

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PABLO GUILHERME MARCELINO PEREIRA

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR SUCROALCOOLEIRO E OS
IMPACTOS NO SINDICALISMO RURAL:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG NA DÉCADA DE
2000.

UBERLÂNDIA
2012

PABLO GUILHERME MARCELINO PEREIRA

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR SUCROALCOOLEIRO E OS
IMPACTOS NO SINDICALISMO RURAL:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG NA DÉCADA DE
2000.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais da
Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito
parcial para a obtenção do
título de mestre em Sociologia
e Antropologia.

Área de concentração: Ciências
Sociais

Orientadora: Professora Dr^a
Fabiane Santana Previtali.

UBERLÂNDIA
2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

-
- P436r Pereira, Pablo Guilherme Marcelino, 1982-
Reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro e os impactos no sindicalismo rural : um estudo de caso no município de Ituiutaba/MG na década de 2000 / Pablo Guilherme Marcelino Pereira. - 2012.
101 f. : il.
- Orientadora: Fabiane Santana Previtali.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
- Inclui bibliografia.
1. Sociologia - Teses. 2. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba - Teses. 3. Trabalhadores da agroindústria açucareira - Ituiutaba (MG) - Séc. XXI - Teses. I. Previtali, Fabiane Santana. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

PABLO GUILHERME MARCELINO PEREIRA

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO SETOR SUCROALCOOLEIRO E OS
IMPACTOS NO SINDICALISMO RURAL:
UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG NA DÉCADA DE
2000.

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais da
Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito
parcial para a obtenção do
título de mestre em Sociologia
e Antropologia.

Área de concentração: Ciências
Sociais.

Orientadora: Professora Dr^a
Fabiane Santana Previtali.

Uberlândia, 24 de junho 2012.
Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Fabiane Santana Previtali

Prof Dr Adriano Eurípedes Medeiros Martins

Prof Dr Sérgio Paulo Morais

Prof^a Dr^a Marili Peres Junqueira

Este trabalho é dedicado à
minha querida Flor Maria.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Uberlândia e ao Departamento de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela oportunidade de realizar este curso, onde, na vivência diária com professores, funcionários e colegas pós-graduandos encontrei compreensão, estímulo e cooperação.

Aos trabalhadores que aceitaram participar da pesquisa.

À minha orientadora Professora Dr^a Fabiane Santana Previtali, por todo apoio e ensinamentos que extrapolam os limites deste trabalho.

Às agências de financiamento CNPq e FAPEMIG, pelo apoio financeiro que oportunizaram a realização deste trabalho.

À minha família, pelo apoio e suporte nas horas em que mais precisei e que, com certeza, sem ela não seria possível a conclusão deste trabalho.

O açúcar

*O branco açúcar que adoçará meu café
Nesta manhã de Ipanema
Não foi produzido por mim
Nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.*

*Vejo-o puro
E afável ao paladar
Como beijo de moça, água
Na pele, flor
Que se dissolve na boca. Mas este açúcar
Não foi feito por mim.*

*Este açúcar veio
Da mercearia da esquina e
Tampouco o fez o Oliveira,
Dono da mercearia.
Este açúcar veio
De uma usina de açúcar em Pernambuco
Ou no Estado do Rio
E tampouco o fez o dono da usina.*

*Este açúcar era cana
E veio dos canaviais extensos
Que não nascem por acaso
No regaço do vale.*

*Em lugares distantes,
Onde não há hospital,
Nem escola, homens que não sabem ler e morrem de fome
Aos 27 anos
Plantaram e colheram a cana
Que viraria açúcar.
Em usinas escuras, homens de vida amarga
E dura
Produziram este açúcar
Branco e puro
Com que adoço meu café esta manhã
Em Ipanema.
(GULLAR, 1997)*

RESUMO

Este trabalho objetiva identificar e refletir o sindicalismo rural no âmbito da expansão da indústria sucroalcooleira na região do Triângulo Mineiro. Neste universo elegemos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG enquanto fio condutor da pesquisa, por acreditar na potencialidade desta unidade analítica de lançar luzes e revelar os meandros e os impactos sociais inscritos no processo de reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro na década de 2000. O objetivo foi mostrar que a despeito do discurso de modernização do setor e de qualificação da força de trabalho há, contraditoriamente, a intensificação do grau de exploração do trabalhador, precariedade das condições de trabalho e de vida do trabalhador, utilização do trabalho migrante que tem refletido negativamente na capacidade representativa, organizativa e de mobilização dos sindicatos rurais. A metodologia utilizada foi revisão de literatura, pesquisa de campo por meio de visitas às usinas sucroalcooleiras e entrevista ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG. A conclusão a que chegamos é que os grandes investimentos governamentais, que buscam a modernização do setor sucroalcooleiro, não têm garantido melhorias das condições de trabalho e de vida da grande maioria dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo, fundamentalmente na colheita da cana de açúcar. Destacamos o desemprego acentuado, o caráter temporal dos contratos de trabalho, aumento das exigências de produtividade e insegurança para a classe trabalhadora. Estes fatores dificultam a atuação do sindicato dos trabalhadores rurais e reforça o caráter legalista dos mecanismos de enfrentamento dos impactos econômicos e sociais da reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Setor Sucroalcooleiro. Sindicalismo Rural.

ABSTRACT

This paper aims to identify and reflect the rural unionism in the expansion of sugar industry in the Triangulo Mineiro region. In this universe we chose the Rural Workers Union of Ituiutaba - MG as a thread of research, for believing in the potential of this analytical unit to shed light and reveal the intricacies and social impacts included in the process of productive restructuring of this sector in the 2000s. The aim was to show that despite the discourse of modernization of the sector and qualification of the workforce is, paradoxically, increased the degree of exploitation of workers, precarious working conditions and living standards of workers, use of migrant labor that has reflected negatively in representative capacity, organizational and mobilization of rural unions. The methodology was a literature review, field research through visits to sugarcane mills and an interview with the Rural Workers Union of Ituiutaba - MG. The conclusion reached is that large governmental investments, seeking the modernization of this sector, have not guaranteed improvements in working conditions and lives of the vast majority of workers involved in the production process, mainly in the harvesting of sugar cane. Featuring steep unemployment, the temporal nature of employment contracts, increased demands for productivity and insecurity for the working class. These factors hinder the performance of the rural workers union and reinforces the legalistic nature of the coping mechanisms of economic and social impacts of productive restructuring of this sector.

Keywords: Economic restructuring. Sugar and Alcohol Sector. Rural Unionism.

SUMÁRIO:

Introdução	13
Capítulo 1: Caracterização do mundo do trabalho.	14
1.1 – A centralidade do trabalho	14
1.2 – Trabalho no âmbito da reestruturação produtiva do capital	19
1.3 – A plasticidade do trabalho rural nos novos contornos da reestruturação produtiva do capital	28
Capítulo 2: Breves considerações sobre a questão agrária no Brasil e a Agroindústria sucroalcooleira	38
2.1) Breve histórico da questão agrária no Brasil	38
2.2 – A questão agrária e o processo de modernização do setor sucroalcooleiro	42
2.3 – A cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro no Estado de Minas Gerais	49
Capítulo 3: Breve histórico do sindicalismo rural brasileiro	63
Considerações finais	80
Referências bibliográficas	84
Anexos	89
Roteiro de entrevista: sindicato dos trabalhadores rurais de Ituiutaba – MG.	89

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 – Fases do cultivo da cana-de-açúcar e incorporação de progresso técnico	46
Figura 2 – Co-produtos e seus aproveitamentos	58
Figura 3 – Matriz de aproveitamento de co-produtos no estado de minas gerais	61

LISTA DE MAPAS:

Mapa 1 – Potencial de geração de energia das usinas sucroalcooleiras em Minas Gerais 2009	55
Mapa 2 – Produção de cana-de-açúcar por mesorregião, na safra de 2008/09	57

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1 – Custo de Produção do Etanol	42
Tabela 2 – Rendimento da lavoura canavieira no Brasil e regiões selecionadas – T/hectare	47
Tabela 3 - Usinas cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia Minas Gerais Safra 2008/2009	49
Tabela 4 – Potencial de geração de energia das usinas sucroalcooleiras mesorregiões de Minas Gerais – 2009	55
Tabela 5 – Municípios com maior área cultivada de cana de açúcar no Estado de Minas Gerais Safras 2005/2006 – 2008/2009	56
Tabela 6 – Produção de etanol nos principais Estados brasileiros e no Brasil (safra 2008/09)	58

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva identificar e refletir o sindicalismo rural no âmbito da expansão da indústria sucroalcooleira na região do Triângulo Mineiro. Neste universo elegemos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG enquanto fio condutor da pesquisa, por acreditar na potencialidade desta unidade analítica de lançar luzes e revelar os meandros e os impactos sociais inscritos no processo de reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro.

Em um primeiro momento buscamos caracterizar o mundo do trabalho e a centralidade do trabalho enquanto atividade fundante da condição humana. Para em seguida, entendermos as mudanças pelas quais o trabalho tem passado ao longo do processo de reestruturação produtiva. E de forma mais específica, quais são as implicações no agrário brasileiro e particularmente na região do Triângulo Mineiro. A hipótese que testamos é que a despeito da grande publicização pelos meios de comunicação sobre os avanços e benefícios prometidos pelos grandes investimentos governamentais e privados em uma matriz energética “limpa” e renovável, que atenda os princípios da sustentabilidade tão em voga, não se traduz em promoção das condições de vida e de trabalho dos assalariados envolvidos na colheita da cana de açúcar que compõe o processo migratório e que se veem privados de condições básicas de moradia, saúde, educação e estabilidade, pois, seus contratos são sazonais. Problematizamos como esta precariedade das condições de trabalho tem refletido nas formas de organização e luta de suas instâncias representativas, particularmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG na década de 2000. Para tanto, a metodologia utilizada foi a revisão de literatura, pesquisa empírica através de aplicação de questionário junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG. Esta pesquisa foi realizada no período de 2010-2012. Foram realizadas algumas visitas de campo à Usina de Triálcool e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG.

A importância deste trabalho se traduz na busca por consolidar reflexões que apontem caminhos possíveis para a promoção da emancipação daqueles que produzem a riqueza social e que, contraditoriamente, são alijados de seu usufruto. Com isso buscamos contribuir com um conjunto de análises e reflexões que se colocam enquanto contraponto aos trabalhos produzidos sobre o setor sucroalcooleiro e que não extrapolam os limites de uma análise puramente técnica e ou funcional.

CAPÍTULO 1

A caracterização do mundo do trabalho.

1.1) A centralidade do trabalho

O trabalho tal como já apontado por Marx (1985) é um processo que ocorre entre o homem e a natureza, onde o homem regula e transforma seu metabolismo e modifica a natureza, ao mesmo tempo em que a si mesmo, quando põem em movimento as forças pertencentes a sua corporalidade. É uma atividade orientada a um fim, portanto, dotada de subjetividade, visando produzir valores de uso, sendo comum a todas as formas sociais. O que caracteriza o trabalho humano é a capacidade de subjetividade, enquanto que o trabalho animal tem suas características centradas no instinto.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto com a construção dos favos de colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de se subordinar sua vontade. Os elementos simples do processo de trabalho são atividade orientada a um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. (MARX, 1985, p. 150).

No processo de produção e reprodução de sua existência sociocultural o homem não apenas modifica o material ao qual deseja satisfazer suas necessidades, ele concretiza neste material um projeto anterior criado conscientemente. Não são colocadas em ação apenas suas potencialidades naturais, mas também são retiradas potencialidades existentes na natureza e colocadas em seu favor. É como uma atividade fundante da existência humana que o trabalho adquire formas e conteúdos social e historicamente condicionados. Os homens contraem relações uns com os outros com o mesmo fim, ou seja, instituem relações sociais de produção que influenciam e sofrem influência pelos arranjos estruturais dos homens em sociedade que, por sua vez, condicionam as relações materiais de produção. Podemos perceber estas relações na seguinte passagem de Marx e Engels (1974):

“La situación económica es la base, pero los diversos factores de la superestructura que sobre ella se levanta --las formas políticas de la lucha de clases y sus resultados, las Constituciones que, después de ganada una batalla, redacta la clase triunfante, etc., las formas jurídicas, e incluso los reflejos de todas estas luchas reales en el cerebro de los participantes, las

teorías políticas, jurídicas, filosóficas, las ideas religiosas y el desarrollo ulterior de éstas hasta convertirlas en un sistema de dogmas-- ejercen también su influencia sobre el curso de las luchas históricas y determinan, predominantemente en muchos casos, su forma” (MARX; ENGELS, 1974. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/e21-9-90.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2012).

Contudo, Engels (1974), em carta a Jose Bloch, adverte-nos quanto a algumas incompreensões possíveis a respeito deste processo:

Según la concepción materialista de la historia, el factor que en última instancia determina la historia es la producción y la reproducción de la vida real. Ni Marx ni yo hemos afirmado nunca más que esto. Si alguien lo tergiversa diciendo que el factor económico es el único determinante, convertirá aquella tesis en una frase vacua, abstracta, absurda (MARX; ENGELS, 1974. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/e21-9-90.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2012).

O que ocorre é influenciar e ser influenciado: “*As circunstâncias fazem os homens, da mesma forma que os homens fazem as circunstâncias*” (Marx; Engels, 1996, p. 147) Nas palavras de Fontes (2009), o trabalho humano é uma atividade sempre mediada por relações sociais, sendo considerado como elemento fundamental da vida humana. O que nos permite refletirmos sobre as possibilidades do fim do trabalho, de uma atividade que nos tornou humanos: “*adeus ao trabalho, ou adeus ao proletariado (formulação original de GORZ, 1982) estaríamos dizendo adeus ao processo de humanização*” (THOMAZ JR, 2008, p. 286).

Um dos autores que mais se dedicou ao estudo da centralidade e da importância do trabalho no processo de constituição do homem e da humanidade, e que mobilizou diversas áreas do saber e do fazer para a importância da atividade trabalho na constituição de toda e qualquer sociedade foi Karl Marx e Friedrich Engels. Entre a vasta obra produzida podemos encontrar nos capítulos históricos de *O Capital* (cooperação, manufatura e grande indústria) e no capítulo VI (inédito do capital), em que Marx trabalha os resultados do processo de produção imediato, a metamorfose das relações entre capital e trabalho que perpassam a cooperação simples e a manufatura, caracterizadas por uma subjugação formal do trabalho ao capital, e à grande indústria, à forma específica ou consolidada capitalista, a qual pressupõe uma subjugação real do trabalho ao capital (PREVITALI, 2010).

Na sociedade atual o trabalho é um dispêndio da força do homem, orientado para a produção de um valor de uso caracterizado em uma mercadoria, sendo medido através do tempo de trabalho socialmente necessário para esta produção. Enquanto um processo

que consome a força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares: o primeiro relaciona-se a capacidade do capitalista de cuidar para que o trabalho se realize em ordem e que os meios de trabalho sejam preservados e o segundo, que o processo de trabalho é apenas o consumo da força de trabalho (mercadoria), comprada pelo capitalista, que só pode ser consumida ou acrescentada de meios de produção. O produto da força de trabalho, assim como a própria força de trabalho pertence ao capitalista (MARX, 1985).

A mercadoria caracteriza-se como um produto do processo de trabalho e até mesmo o próprio processo de trabalho, tendo em si, portanto duas características, o valor de uso e o valor de troca. O valor de uso apresenta-se como a utilidade específica da própria mercadoria, refere-se, sobretudo a dimensão qualitativa do trabalho materializado, enquanto o valor de troca decorre da dimensão quantitativa, do tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção e pertence ao trabalho abstrato. O valor de troca, tal como apontado por Marx, no capitalismo é primeiro em relação ao valor de uso, determinando que a produção de coisas úteis para a humanidade só é levada a cabo na medida em que se apresente produtiva para o capital. Portanto, o capitalista produz valor de uso somente porque nestas mercadorias podemos encontrar valores de troca (TEIXEIRA, 2000).

Para melhor compreensão da categoria trabalho torna-se necessário realizar a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo inserido no sistema capitalista de produção. Conforme demonstrado por Bernardo (1997) a categoria trabalho produtivo não se refere aos produtos do processo de trabalho, mas ao próprio trabalho enquanto um processo. Manifesto no relacionamento social em que uma pessoa está inserida do ponto de vista da perda ou da detenção do controle sobre o tempo de uma atividade e sobre as decisões econômicas que define seu trabalho como produtivo ou improdutivo.

De acordo com Antunes (1999), a classe-que-vive-do-trabalho, entendendo esta como aquela que precisa vender a sua força de trabalho para sobreviver, tem como núcleo central, os trabalhadores produtivos (aqueles que realizam a mais valia e participam do processo de valorização do capital), incorporando a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Entretanto, a classe trabalhadora engloba também aqueles trabalhadores improdutivos (dentro da ordem do capital), cujas formas de trabalho são serviços prestados, seja ele para o capitalista ou para os setores públicos. Para os setores públicos - ou sem fins lucrativos diretos - este serviço para o capital se caracterizaria como algo improdutivo, enquanto este mesmo serviço sendo realizado para ou por

intermédio do capitalista, já assumiria o caráter de produtivo. O trabalho improdutivo seria aquele consumido em termos do seu valor de uso e não no seu valor de troca:

Considerando, portanto, que todo trabalhador produtivo é assalariado e nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora, vista de modo ampliado, deve, em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados. (ANTUNES, 1999, p. 104).

Cumpramos definirmos no universo da classe trabalhadora a especificidade do trabalhador rural e suas atividades. O trabalho rural está regulado pela Lei nº 5.889/73, regulamentado pelo Decreto nº 73.626/74 e no artigo 7º da Constituição Federal de 1988. De forma resumida podemos dizer que o empregado rural é toda a pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual ao empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário. E o empregador rural a pessoa física ou jurídica, proprietária ou não, que explora atividade agrário-econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados. Inclui-se também neste caso a exploração industrial em estabelecimento agrário. E ainda conforme a legislação qualifica-se trabalhador rural safrista, ou “*safreiro*”, o trabalhador que se obriga à prestação de serviços mediante contrato de safra. Ao discutirmos a reestruturação produtiva no agrário brasileiro, veremos que a legislação não contempla as diversas situações concretas em que se encontra o trabalhador rural. Como fica claro na fala do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG ao apontar para limitação das leis e a falta de fiscalização dos órgãos oficiais:

E alguns entraves, por exemplo, hoje o trabalhador que não tem registro na carteira, que fala “boia fria”, mas “boia fria” são, na verdade todos aqueles que levam comida pra roça que acabam comendo uma comida fria. Mas o trabalhador ambulante que trabalha pra um, pra outro, que ele não é avulso, por que se fosse avulso ele era autônomo, ele não é autônomo, na verdade, ele trabalha para o empregador, porém aquele empregador não faz o registro na carteira dele e, infelizmente, não há fiscalização por parte dos órgãos competentes, INSS, Ministério do Trabalho que deveriam cobrar e fazer este papel na maioria das vezes não faz. Ai automaticamente ele deixa de recolher a previdência, deixa de recolher o FGTS, e, sem dúvida nenhuma, para efeito de previdência ele não consegue o benefício. (...) e até agora não surgiu uma lei, uma normativa, uma lei nova, onde a gente possa, mesmo sabendo que aquele é um trabalhador rural, que trabalha de sol à sol, infelizmente ele está desamparado da previdência social (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, entrevista realizada em 19/10/11).

Mas antes, é necessário entendermos as características gerais da reestruturação produtiva que tem promovido intensas transformações em relação à estrutura de classes

e à própria dinâmica das dimensões objetiva e subjetiva dos trabalhadores. Conforme Thomaz Jr. (2005), estas transformações tem significado para os trabalhadores uma realidade e uma identidade cada vez mais fragmentada, heterogeneizada e precarizada, fazendo com que seu trabalho seja constantemente (des)realizado nas cidades e nos campos.

1.2) Trabalho no âmbito da reestruturação produtiva do capital.

Sob a ótica do capital, cujo objetivo principal é a sua própria valorização, verifica-se um intenso processo de reorganização do trabalho com vistas à obtenção de maior flexibilidade e de elevação da produtividade mediante a introdução das inovações técnicas e/ou organizacionais. Esse processo vem afetando a força de trabalho de forma quantitativa e qualitativa, implicando mudanças nas qualificações requeridas, na gestão da força de trabalho, no volume e na estrutura do emprego (PREVITALI, 2008):

Nos centros urbanos as principais marcas desse processo de reestruturação produtiva do capital se evidenciam no fato de que as plantas fabris estão sendo remodeladas para abrigar os rearranjos que apontam para a intensificação da concentração de capital, do crescimento inaudito da urbanização, seguido das maiores taxas de favelização e de desemprego da população trabalhadora, como também para acomodar a transferência de segmentos produtivos para outras empresas de menor porte, como parte da terceirização, e na atomização para inúmeros trabalhadores(as) que engrossam as fileiras do trabalho domiciliar temporário (THOMAZ JR, 2008, p. 276).

O modo de regulação fordista constituiu um regime de acumulação que proporcionou estabilidade e dinamismo à sociedade capitalista no pós-guerra ao superar barreiras para acumulação capitalista que, por um lado, consubstanciavam na resistência dos trabalhadores às tentativas de aumentar a produtividade e, por outro, nas desproporções entre produção e consumo. Para a superação de tais barreiras foi necessário uma mudança na forma de extração da mais-valia:

O regime anterior ao taylorista-fordista era de característica essencialmente extensiva, fundado na extração da mais-valia absoluta, isto é, na extração do trabalho excedente por meio do prolongamento da jornada de trabalho. Com o desenvolvimento do novo regime, o processo de acumulação passa a ser de característica essencialmente intensiva, fundado na extração da mais-valia relativa obtida por meio do desenvolvimento técnico (BIHR, 1998 apud PREVITALI, 2010).

O regime taylorista-fordista como um modo de produção em massa, teve seu apogeu nas décadas de 1950 e 1960 conhecidos como “Anos Dourados” do capitalismo. Tinha como características, dentre outras, uma produção padronizada e em escalas, especialização de tarefas, economia de estoque, produtos padronizados, rigidez e suposição de um mercado consumidor, bem como, uma concepção hierarquizada no processo de trabalho. Baseado nas idéias prioritárias de eficiência, maior produtividade e desenvolvimento, este modo de produção centrava-se na proposição de que as tarefas deveriam ser executadas com maior qualidade e tempo menor, especialização das

tarefas, incentivos pelo trabalho e premiações, tempo pré-estabelecido e racionalizado (de modo a conter o desperdício), supervisão do trabalho de forma descentralizada (muitas vezes realizada por outro operário) e recompensas salariais e materiais pela produtividade e pelo desempenho (BIHR, 1998 apud PREVITALI, 2010).

E ainda, tal como apontado por Gramsci (1984), a contrapartida subjetiva do processo de formação inicial do fordismo, buscava relacionar todos os aspectos da vida social, sexual e religiosa dos trabalhadores, de forma coercitiva, por meio do estabelecimento de novos valores morais.

Bihl (1998) elucida dois fundamentos para o estabelecimento do novo regime de acumulação taylorista-fordista. O primeiro é quanto às divergências dentro do próprio movimento sindical em que o êxito da vertente reformista, sociodemocrata, em detrimento da vertente revolucionária foi o que possibilitou a formação de um compromisso de classes intermediado e regulado pelo Estado, potencializando o desenvolvimento do novo regime de acumulação do capital.

O movimento sindical objetivou obter melhorias em termos puramente econômicos, sob os quais os membros concordavam em se submeter. Para muitos trabalhadores, esse era o único incentivo para o retorno aos portões da fábrica dia a pós dia (MILKMAN, 1997 apud PREVITALI, 2011, p. 51).

O regime social-democrata do movimento operário começou a se destacar, adotando o discurso da legalidade e do desenvolvimento do Estado-nação, sendo impregnado pelo “fetiche do Estado”. Renuncia a luta revolucionária, ao mesmo tempo em que foi aceitando a discutir a dominação capitalista nos termos de um compromisso.

Para Clarke (1994) os sindicatos tornavam-se despolitizados, reduzidos às instituições seccionais representativas apenas de interesses econômicos, negociando coletivamente dentro de uma dada estrutura e representando politicamente somente os interesses de grupos dentro de um sistema dado. Tinham se subordinado não aos interesses da classe trabalhadora, mas do capital. Contudo, para Bihl (1998) este modo de regulação não acabou com a luta de classes, mas circunscreveu-a nos limites do compromisso que implicava na aceitação, por parte da classe trabalhadora, do conjunto de transformações na organização do trabalho e da forma do desenvolvimento capitalista em troca da garantia de seus interesses de classes mais imediatos, relativos à sua seguridade social.

Cumprir ainda destacar, quanto a este primeiro fundamento do regime taylorista-fordista, que houve uma reconfiguração na própria composição do movimento operário.

O operário de ofício, hegemônico até a eclosão da primeira guerra mundial e que impunha ao movimento operário suas características revolucionárias estava desaparecendo e dando lugar a um novo perfil de trabalhador, o “operário-massa”¹, moldado dentro do processo do trabalho parcelar e desprovido de conteúdo da produção em massa e que se tornou a nova força de trabalho hegemônica do compromisso taylorista-fordista (PREVITALI, 2011).

Já o segundo fundamento apontado por Bihl (1998) para o estabelecimento do novo regime de acumulação taylorista-fordista, refere-se à classe burguesa, que se viu obrigada a renunciar o liberalismo de classe para aceitar as bases do compromisso e do intervencionismo do Estado. Com o fracasso dos governos liberais em conter a crise ao longo da década de 1920 e 1930, vários intelectuais e políticos passaram a considerar o intervencionismo estatal como forma de regular a economia e disciplinar as relações de trabalho sob mecanismos mais eficientes. O Estado passou a regular de forma mais intensa a relação entre capital e trabalho, incorporando algumas reivindicações trabalhistas, introduzindo a negociação coletiva entre trabalhadores e empresários, reconhecimento dos sindicatos como representantes legítimos dos trabalhadores. Um dos pontos fundamentais desse compromisso relacionava-se ao fato de que o incremento da produtividade do trabalho e os aumentos dos preços salariais deveriam ser ajustados de forma a não permitir crises de subconsumo. É neste sentido que se instituíram os salários indiretos ou benefícios sociais relacionados ao seguro desemprego, seguro saúde, previdência social, auxílio à educação, financiados pelos impostos obrigatórios, visando permitir a reprodução da força de trabalho e a garantia do consumo de mercadorias (BIHR, 1998 e PREVITALI, 2011).

Antunes (1999) nos mostra que após um longo período de acumulação de capitais caracterizado pelo auge do taylorismo-fordismo e do keynesianismo, o capitalismo a partir de 1970 começou a apresentar uma queda da taxa de lucro dada pelo aumento da força de trabalho intensificada pelas lutas sociais dos anos 1960; um esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista dado pela incapacidade de resposta à retração do consumo proporcionada pelo desemprego estrutural; a hipertrofia da esfera financeira, colocando o capital financeiro como prioritário à especulação; a

¹ Nova parcela hegemônica da classe trabalhadora. Denominação em razão de sua concentração tanto na fábrica quanto fora dela. O processo de concentração implicava: a) perda da identidade anterior; b) formação de uma nova identidade sócio-cultural e de uma nova consciência de classe (BIHR, 1998). O conteúdo dessa nova consciência figura entre os quatro elementos que Babson (1995) destaca que conformaram a moldura do novo regime, dentre eles: a promoção de uma cultura conformista e consumista que assegurou um mercado de massa para uma produção em massa (PREVITALI, 2010).

maior concentração do capital em oligopólios e empresas monopolistas; a crise do “Estado de bem-estar social” e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o setor privado e ainda, as acentuadas privatizações, as desregulamentações e as flexibilizações do processo produtivo, do mercado e da força de trabalho.

Na década de 1980 a expressão mais evidente dessas mudanças foi o advento das formas toyotistas (ANTUNES, 2003; ALVES, 2000) ou do chamado “modelo japonês” (HIRATA, 1993) de organização do processo produtivo, cujos elementos proporcionaram um maior controle sobre o fluxo dos processos de trabalho. A imitação seletiva dos métodos japoneses por empresas ocidentais constituiu em um “receituário” para a superação da crise do capitalismo e que expressava duas palavras chaves: “qualidade” e “flexibilidade”. As principais técnicas adotadas visando à otimização do processo produtivo foram: os Grupos de Controle da Qualidade (CCQs), os gráficos de Controle Estatístico de Processos (CEP) e o *Just-in-Time* (JIT)² interno. Na década de 1990, as empresas optaram para a adoção de uma abordagem mais sistêmica das práticas toyotistas, envolvendo o *Total Quality Control* (TQM) e o *Just-in-Time* (JIT) externo, isto é, com as empresas fornecedoras. Neste contexto a palavra chave é “flexibilidade”, além da busca por aumentar os investimentos em inovação de produtos e processos, os quais se tornaram áreas importantes para a garantia da competitividade. (PREVITALI, 2010).

Neste contexto, o neoliberalismo surge como um conjunto de medidas que reforçam a não participação do Estado na economia, tendo como principais experiências, a política implementada por Augusto Pinochet no Chile (1973), Margaret Thatcher na Inglaterra (1979), Ronald Reagan nos EUA (1980), H. Kohl na Alemanha (1982) e Schluter na Dinamarca (1983). No Brasil, foi na década de 1980³, que

2 Em determinados momentos da produção *Just-in-Time* verifica-se primeiramente na venda dos produtos, e só depois, na compra da força de trabalho necessária a sua fabricação e a sua própria fabricação.

3 “O capitalismo brasileiro, particularmente seu padrão de acumulação industrial desenvolvido desde meados da década de 1950 e especialmente no pós-64, desenvolveu uma estrutura produtiva bi-fronte: de um lado voltava-se para a produção de bens de consumo duráveis, como automóveis, eletrodomésticos etc., visando um mercado interno restrito e seletivo que se desenvolvia no país; por outro lado, objetivava também desenvolver a produção para a exportação, tanto de produtos primários, como também de produtos industrializados. Quanto à sua dinâmica interna, o padrão de acumulação estruturava-se através de um processo de *superexploração da força de trabalho*, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e da fortíssima intensidade em seus ritmos, dentro de um patamar industrial significativo para um país que, *apesar de sua inserção subordinada*, chegou a alinhar-se entre as oito grandes potências industriais. Esse modelo econômico teve amplos movimentos de expansão ao longo das décadas de 1950 a 1970” (ANTUNES, 2003, p. 15. *Grifos do autor*).

ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva, potencializados pelos “*influxos da nova divisão internacional do trabalho*” (ANTUNES, 2003, p. 15). Após 1990, ocorreu uma forte intensificação da terceirização/subcontratação, bem como a instauração de novos programas organizacionais, tais como os Programas de Qualidade Total, sistema *Jus-inTime/kan-ban*, bônus salariais vinculados à produtividade, estabelecimento de metas de qualidade e de produtividade que objetivavam captar a subjetividade do trabalhador por meio do desenvolvimento de uma nova base técnica de produção, com a utilização, em vários ramos da produção, da automação microeletrônica na produção e das novas tecnologias de informação. As empresas passaram a investir na formação dos trabalhadores em um processo contínuo de agregação de informações e promoção de capacidades necessárias para formar trabalhadores multifuncionais ou polivalentes. Destaca-se, como recurso utilizado para assegurar o comprometimento dos trabalhadores, a gestão participativa. Nesse sentido, as empresas passaram a investir em novos meios de comunicação com o trabalhador, como o circuito interno de TV e os jornais oficiais do grupo nos quais são veiculadas notícias positivas sobre o grupo e a empresa (ANTUNES, 2003; ALVES, 2000; PREVITALI, 2010).

Contudo, esse processo não se deu de forma homogênea, nem tão pouco linear. O processo de reestruturação produtiva do capital mostrou ser a base material do projeto ideológico político neoliberal, a estrutura e o alicerce do seu ideário a partir de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. A vigência do neoliberalismo propiciou condições favoráveis à adaptação diferenciada dos elementos do toyotismo (ANTUNES, 1999). Do ponto de vista do trabalho, o conjunto das mudanças contribui para a construção de uma nova forma de racionalização que se caracteriza, por um lado, pela regressão das estruturas de controle repressivas, típicas do taylorismo-fordismo e, por outro lado, pela introdução de novos métodos, especialmente aqueles associados ao toyotismo, em que predominam a polivalência e a gestão participativa, o que possibilita a reversão da tendência à extrema separação entre concepção e execução do trabalho (GITAHY et al, 1997; ABREU et al, 1998).

É a maturação do que havia de embrionário no taylorismo-fordismo que buscava com a destruição do sindicalismo de base territorial, altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima, mas que ainda configurava-se como racionalidade inconclusa e que o toyotismo desenvolve por mecanismos de comprometimento na dimensão subjetiva (ALVES, 2000). O que se constata é que há

uma agudização do caráter estranhado do trabalho como podemos perceber nos exemplos a seguir:

“A título de exemplo poderíamos elencar os trabalhadores de telemarketing, os digitalizadores, os trabalhadores envolvidos na cibernética de modo geral, ou o novo proletariado da era da cibernética, que em grande medida se vinculam ao mercado de trabalho na modalidade de subcontratados, terceirizados ou formas derivadas de informalização. No caso específico do trabalho em domicílio, notamos que cresce e se multiplica o trabalho produtivo com essas características, que junta as dimensões do trabalho e da produção, com a morada (o descanso ou a reprodução), e que envolve contingentes expressivos da força de trabalho feminina” (THOMAZ JR, 2008, p. 285-286).

Este processo de modernização e reestruturação produtiva, enquanto fenômeno geral manifesta-se no setor agrário brasileiro, entretanto assume particularidades e características próprias neste novo contexto. Para os trabalhadores os impactos do processo de reestruturação produtiva promovem mudanças de duas ordens: nas condições de vida e de trabalho e no universo simbólico e da subjetividade. A pesquisa permitiu que percebêssemos duas modalidades de controle subjetivo e de estímulo de produtividade por parte das indústrias sucroalcooleiras. O primeiro caso é verificável na seguinte passagem da entrevista:

Pablo: Você vê alguma política dentro da usina para tentar tirar o trabalhador do movimento sindical, para trazer o trabalhador mais para a usina?
 Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Existe, aqui para ser sincero eu não posso reclamar com você em nível de usina de Ituiutaba, mas em algumas empresas sim, é muito comum uma pessoa começa a liderar lá com destaque no meio dos trabalhadores a empresa promover ele a alguma coisa encarregado, se ele é braçal põe ele como operador ou motorista isso é uma maneira que eles agem de forma frequente, é uma maneira de irem eliminando as lideranças (Entrevista realizada em 19/10/11).

A promoção à um cargo de liderança ou de maior conforto para o desempenho de suas atividades apresenta-se como forma de neutralização daqueles que se apresentam como ameaça à ordem estabelecida e aos interesses da empresa. Não é de se espantar que seja sedutora a possibilidade de deixar uma atividade tão degradante como é a do corte da cana:

Pablo: E você tem notícia ou conhecimento de algum tipo de discriminação contra elas [mulheres na colheita da cana]?
 Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Não, realmente quanto a questão de discriminação... A única questão é essa por que as empresas elas evita de pegar mulher para o corte por que infelizmente é um trabalho muito pesado e para mulher... Para o homem eu já acho que é um trabalho degradante está comprovado através de estudos da Fundacentro⁴ o trabalhador que trabalha no corte de cana por um longo período a

⁴ Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho.

capacidade de trabalho dele é reduzida no mínimo em 40 a 50% mais no final da vida dele, o desgaste é tão excessivo e muitas vezes o trabalhador usa até algum estimulante para poder conseguir ter força para trabalhar por mais que seja vigiado mas a imprensa já mostrou isso no passado aí é tão desgastante o trabalho que no outro dia quando ele acorda ele não tem nem força pra ir para o serviço. E muitas vezes também a alimentação não é uma alimentação... O ganho dele também não favorece para ele ter uma alimentação realmente...

Pablo: Mas lá hora do corte quem fornece alimentação é a usina?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Não, não, o trabalhador leva de casa quer dizer leva comida fria muitas vezes por economia por que o ganho é pouco, tem família para tratar ele não leva uma comida balanceada a altura não tem a alimentação necessária. A quantidade de alimentos às vezes não é necessária para o desgaste dele. E se você pegar qualquer um cortador de cana desde a hora que ele começa até a hora que ele para ele está com o corpo molhado o dia inteiro com a roupa molhada o dia inteiro de suor...

Pablo: Perdendo...

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Perdendo a quantidade de sais minerais e outras coisas que ele perde no corpo é imensa, mesmo que algumas empresas, algumas empresas não, quase todas as empresas que desde o acordo geral a gente negocia, fornece aquele hidratante, mas mesmo assim tem trabalhador que vai embora dando câimbra para casa de tanta canseira de tanto desgaste físico que ele teve durante o trabalho (Entrevista realizada em 19/10/11).

E há outra modalidade que se apresenta como uma política motivacional ou de incentivo à produtividade, ao zelo pelas máquinas e equipamentos:

Pablo: E quais são os benefícios ou complementos salariais que as empresas oferecem: vale-transporte...

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Não normalmente é a cesta básica ou quite alimentação e tem o PPL, PLR participação nos lucros e resultados, hoje não são todas, por exemplo, no grupo João Lyra, nas duas unidades não tem isso, aí tem às vezes eles põe bônus ou uma gratificação, em alguns lugares chamam bônus em outros chamam gratificação, que é também certo incentivo no zelo das máquinas, na questão de frequência e em tudo isso se a pessoa atingiu aqueles níveis que eles exigem que esta muito parecido, muito dentro dos critérios do PRL se atingiu aquelas metas consegue ganhar um ganho diferenciado. E usina que eu sei que tem esse benefício que para mim é questão de fundamental importância ajuda bolsa, chama bolsa universitária em outro lugar chama ajuda faculdade que eu acho que é Cururipe do grupo Tércio Wanderley que acho que aí sim se as empresas todas tivessem esse incentivo poderia ajudar os trabalhadores para efeito de futuro, por que essa qualificação que eles fazem em máquina isso realmente, perto da quantidade dos trabalhadores que estão sendo prejudicados não resolve nada. Agora a questão da ajuda de faculdade ou ajuda em alguns, temos tentado incluir, mas infelizmente há uma falta de apoio, falta de clareza, de clareza não, falta de reconhecimento mesmo dos empresários que seria o incentivo, inclusive para quem tem filhos ainda em primário, no ensino fundamental, que seria uma bolsa algum incentivo para essas crianças. A gente tem tentando isso nos acordos coletivos, mas temos encontrado uma resistência muito grande por parte dos empregadores, mas me parece que dentro do acordão que foi feito governo, empresas do setor e CONTAG's tem esse projeto dentro disso aí, só que infelizmente não está sendo praticado ainda. (Entrevista realizada em 19/10/11).

É importante frisar que se há uma cobrança pelo zelo dos equipamentos e maquinário não há, em contrapartida, o fornecimento e a reposição regular dos equipamentos de proteção individual (EPI) que resguardam a integridade física do trabalhador. Conforme a legislação que trata da utilização do EPI no âmbito da segurança e saúde do trabalhador, que é estabelecida pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mais precisamente a Lei 6514 de dezembro de 1977, que é o Capítulo V da CLT, estabelece a regulamentação de segurança e medicina no trabalho. A Seção IV desse capítulo, composta pelos artigos 166 e 167, estabelece a obrigatoriedade da empresa fornecer o EPI gratuitamente ao trabalhador, e a obrigatoriedade do EPI ser utilizado apenas com o Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). E, ainda, as Normas Regulamentadoras (NR) 6 e 9, do MTE, especialmente o item 9.3.5.5, que prevê: “c) estabelecimento de normas ou procedimentos para promover o fornecimento, o uso, a guarda, a higienização, a conservação, a manutenção e a reposição do EPI, visando garantir as condições de proteção originalmente estabelecidas”⁵. O que se verifica é o não cumprimento da legislação e das normatizações e a ausência de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, pois a exigência da reposição do EPI já foi um dos motivos de greve dos trabalhadores do corte da cana:

Pablo: Há manutenção preventiva, há um posto de trabalho em que um trabalhador faz? Você falou que houve até uma greve por falta de EPI...

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Infelizmente a falta de EPI as empresas falam que tem técnico de segurança, falam não, tem todas elas tem técnico de segurança, mas por uma questão de economia das empresas eles seguram enquanto tem jeito a reposição dos EPI’s na entrada do serviço eles fornecem os EPI’s, mas a reposição ela tem que ser feita de acordo com o desgaste natural dos mesmos e isso infelizmente, tem luva eu você usa ela e dura vinte dias ou um mês e tem luva que dura uma semana, defeitos de fábrica que descostura ou rasga aquele couro não pode ser uma coisa muito dura por que se não também tem jeito do trabalhador trabalhar e como ela é sensível são poucos dias de corte e tem luva que já rasga. A bota não é diferente mesmo que ela está com ponteira de ferro, mas o podão bater no colômbio ele desliza e vem na bota, você pode ver que quase todas as botas de cortador de cana têm sinais de podãozada, quer dizer e muitas das vezes essas botas estragam rápido. E quando estragam tem que ser rápida a reposição dessas botas ou das perneiras, que é como chamamos, é demorada tem que estar brigando, tem que estar cobrando e o trabalhador muitas vezes não tem esse poder.

(...)

Pablo: Então quer dizer que o podão com passar do tempo vai ficando mais leve e vai ficando mais difícil de você cortar a cana?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: É o podão também é outra questão a qualidade do podão tem muita a ver, podão de péssima qualidade, a lima também é uma briga permanente nós nos acordos coletivos nós, inclusive, põe a marca da lima KF que é a melhor lima

⁵ Disponível em: < <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/05/mtb/9.htm>>. Acessado em: 09/06/12.

que existe hoje, não é fazendo propaganda para nenhuma empresa, mas é a realidade já saiu várias outras limas mas que não tem a qualidade da lima KF. E de acordo com a capacidade de corte do trabalhador o desgaste dele é maior. Por que se ele é um trabalhador bom de podão, nós chamamos bom de podão, ele corta muito, se ele corta muito o podão dele automaticamente gasta mais lima e se ele vai limar mais o podão, o podão dele vai acabar primeiro e tem que ser feita a reposição desse podão e muitas vezes o sindicato tem que estar de cima, tem que estar brigando, tem que estar cobrando, por isso que nós dentro do acordo coletivo nós colocamos a comissão de negociação e a comissão acompanha dia-a-dia na roça. (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG. Entrevista realizada em 19/10/11).

Segundo VIAN e GONÇALVES (2007), há uma constatação de que as inovações tecnológicas na agricultura e na indústria impactaram no processo produtivo, nas condições de trabalho e no número de empregados no setor. Verifica-se que há uma concomitância entre modernização da agricultura e redução dos postos de trabalho, embora a produção de cana-de-açúcar venha crescendo na última década por conta do crescente interesse em biocombustíveis. Para entendermos este processo cumpre, portanto, identificar e problematizar o conteúdo complexo do trabalhador rural, as formas concretas que se materializam e que requalificam os sentidos de seu trabalho.

1.3) A plasticidade do trabalho rural nos novos contornos da reestruturação produtiva do capital.

Conforme Szmrecsányi (1979), o setor agropecuário engloba um conjunto de atividades econômicas vinculadas à exploração, direta ou indireta, do solo, para obtenção de alimentos e matérias-primas de origem vegetal e animal. Os preços referentes à esta fase são geralmente utilizados para dimensionar o valor da produção e desta forma, o setor agropecuário distingue-se dos demais conjuntos de atividades econômicas pela modalidade de uso do solo, ao qual ele se acha vinculado, não apenas do ponto de vista espacial, mas principalmente em termos físicos, apresentando uma grande importância no desenvolvimento econômico e social.

É neste sentido que Szmrecsányi (1979) afirma que a liberação de excedentes, ou seja, os produtos e os fatores de produção, por parte do setor agropecuário são condições essenciais para a ocorrência da urbanização e da industrialização, para a estabilidade do sistema de preços, e para o equilíbrio do balanço de pagamento de qualquer país. Estes excedentes, direta ou indiretamente, tornam possível o atendimento da crescente demanda de força de trabalho, matéria-prima e capital dos setores urbanos e industriais. É o que aparece na análise de Fausto Arruda em sua publicação “*A mistificação burguesa do campo e a atualidade da revolução agrária*”, no *Jornal A Nova Democracia*, ao analisar que a extrema concentração de terras no Brasil produz quase cinco milhões de famílias camponesas sem terra, o que leva a uma:

Disponibilidade permanente de farta força de trabalho à cidade e aos latifúndios, extorsão da indústria sobre a economia camponesa que fornece os gêneros de primeira necessidade essenciais da cesta alimentar, que por sua vez é a base da reposição da força de trabalho (salários), sobre a qual se extrai mais-valia. Estes dois fatores concorrem para a permanente manutenção dos salários de fome, tal como é o mínimo e estão na base da gigantesca disparidade da renda, que cava um fosso intransponível dentro da sociedade brasileira, entre opulência de uma minoria e a miséria sem fim da imensa maioria; a decomposição social, a delinquência ascendente, o caos (ARRUDA, F. *A mistificação burguesa do campo e a atualidade da revolução agrária*. *Jornal A Nova Democracia*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, julho-agosto de 2002. Disponível em: < <http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1447-a-mistificacao-burguesa-do-campo-e-a-atualidade-da-revolucao-agraria>>. Acesso em: 07/06/12).

Ainda conforme Szmrecsányi (1979), o setor agropecuário contribui para a manutenção e elevação da capacidade de importar da economia nacional através de sua participação nas exportações, por meio da substituição de importações de alimentos e matérias-primas. O setor agropecuário é também capaz de induzir o crescimento e a

diversificação dos demais setores através de sua demanda de insumos produtivos e de bens de serviços.

Mas como se constituiu este setor de grande relevância para a economia de toda e qualquer sociedade? Segundo José Graziano da Silva (1980, p.42), em “*O que é questão agrária*”, a ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira se fez, como em todo o mundo capitalista, pela proletarização dos camponeses, através de sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os em miseráveis “bóias-frias”. Como este termo é amplo e comporta várias definições e entendimentos, tomamos aqui a definição feita por CORTEZ (1992), que conceitua e subdivide esta categoria em três tipos:

O volante é um proletário, ou seja, um trabalhador desprovido dos meios de produção, e como tal é obrigado a vender sua força de trabalho para garantir sua subsistência. O aumento da sazonalidade do trabalho, conseqüência do desenvolvimento das relações de produção capitalista na agricultura brasileira, confere certa peculiaridade à proletarização do volante.

Existem três tipos de volante:

- o indivíduo que é trabalhador rural o ano inteiro, seria o “bóia-fria”, tem todos os seus encargos trabalhistas.
- os “bóias-frias” eventuais, empregados só à época de safra.
- os “bóia-fria temporários” que alternam sazonalmente empregos rurais e urbanos.

Os salários rurais dos volantes tendem a se equiparar aos salários urbanos mais baixos. O trabalhador volante, apesar de ser um trabalhador rural, tem o seu custo de produção determinado pelo nível do setor urbano (CORTEZ, 1992, p. 123).

Os fundamentos do processo de reestruturação produtiva que se expressam em nível mundial, manifestam-se no setor agropecuário brasileiro, amparados pelo modelo agroexportador, vinculados aos programas de ajustes estruturais do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e no regime de livre comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC) (THOMAZ JR, 2008):

Esta realidade, num primeiro momento, não se diferencia daquela de outros países, apontados por vários autores – Standing (2000), Antunes (2000), Mattoso (1996), Gollac (1996) – onde, o processo de reestruturação produtiva foi acompanhado do aumento da intensificação da exploração da força de trabalho, além da insegurança laboral, da precariedade, dentre outros males impingidos aos trabalhadores (SILVA, 2003, p. 31).

A plasticidade do trabalho expressa nesse processo nos permite entender a riqueza dos conteúdos sociais da classe trabalhadora, tanto do campesinato que se mantém enraizado ao modo de vida e de trabalho da família camponesa e do trabalhador egresso das experiências proletárias (operário urbano e rural) quanto dos operários que

não desnudaram integralmente os valores da *campesinidade*⁶ (Wortmann, 1990), mas que foram subsumidos pelo modo de vida e pelas determinações fetichizadas do mundo operário/proletário vinculado ao núcleo central da produção de mercadorias e de extração de mais-valia (THOMAZ JR, 2008). É neste sentido que não devemos entender o trabalhador rural como uma categoria analítica em si mesmo, o que seria reificá-la, mas segundo seu próprio contexto, como nos assegura Caio Prado Junior, em “*A questão agrária no Brasil*” (1979), que:

Ao tratar das relações de trabalho a serem legalmente reguladas, devemos partir não da conceituação abstrata dessas relações, de quadros jurídicos ou esquemas político-sociais pré-formados, e sim do que efetivamente se observa na realidade brasileira (PRADO, 1979, p. 92).

É, sobretudo, a partir desta constatação que a legislação se mostra insuficiente que se apresenta pertinente a proposição de Mezáros (2002), de “totalidade viva do trabalho” como um complexo de relações que nos indica haver redefinições de grande magnitude não somente na esfera econômica, mas também política, social e no interior da classe trabalhadora. A raiz desse processo está sediada nos rearranjos do metabolismo do capital em escala mundial e seus efeitos se espalham para os campos e para as cidades e acrescenta novos valores para os sindicatos, as centrais sindicais, as associações, os partidos políticos e para os trabalhadores em particular.

No Brasil o movimento de territorialização e desterritorialização do trabalho é o que nos permite compreender a realidade das famílias trabalhadoras camponesas, dos inúmeros contingentes de trabalhadores e trabalhadoras egressos dos centros urbanos, e que carregam em seu interior formações e conteúdos socioculturais distintos, mas que fazem espacializar o conflito de classes e criam/constroem por dentro dos mesmos conflitos os territórios da resistência em resposta aos mecanismos dos quais se valem o capital, os Estados nacionais e os setores hegemônicos para a manutenção da extração de valor, de mais-valia, às expensas da despossessão, da fragilização e da desrealização crescente e intensa dos direitos sociais (ao trabalho, segurança no trabalho, direito de greve etc.) conquistados por meio de lutas históricas (THOMAZ JR, 2008).

Cabe destacar o caráter nefasto e truculento dos mecanismos dos quais se valem o capital, os Estados nacionais e os setores hegemônicos para a manutenção da exploração:

⁶Características morais, sociais e culturais que organizam relações específicas que os camponeses estabeleciam em relação à natureza e à sociedade.

“A adoção por parte dos Estados, das políticas neoliberais exigidas pelos órgãos de fomento do grande capital, dos setores hegemônicos da burguesia, com frequência tem utilizado de meios violentos, incluindo o emprego de forças armadas (como os casos da Colômbia, México, Filipinas, Egito); de milícias (Colômbia, Equador, Paraguai, Tailândia), esquadrões da morte, capangas ou pistoleiros (Brasil, Zimbábwe, África do Sul, Indonésia) (THOMAZ JR, 2008, p. 287).

Estes mecanismos violentos tem se mostrado inerentes à própria formação do agrário brasileiro. E mais, tem orientado a ação da classe latifundiária brasileira além dos limites do nosso próprio território, como nos indica Tomás Palau Viladesau, em seu estudo sobre os antecedentes e impactos sociais e econômicos da exploração da soja no Paraguai:

“La primera oleada significativa (y devastadora) de la agricultura capitalista, ella ya si de la mano de empresas multinacionales vinculadas a la agroexportación, se da com ingreso de brasileños por expansión de la frontera de la soja em los Estados del sur de Brasil hacia fines de los 1960 y durante toda a década de los 1970. (...) Colonias antiguas – pobladas por campesinos paraguayos y creadas por El Instituto de Reforma Agraria em décadas anteriores – y nuevas, como la de Minga Guazú, son ocupadas por brasileños y se expulsa a campesinos paraguayos, quienes se limitan a ocupar precariamente la tierra haberla desmontado de modo a que sean aptas para las labores mecanizadas. (...) De hecho, cuando se han agotado los intentos de expulsión campesina por la via judicial y de la fiscalía, los sojeros echan mano ya sea a la acción violenta de pistoleros especialmente contratados, o directamente a la fumigación aérea, lo que ya no pude ser resistido por lãs familias que se ven obligadas a desalojar sus predios y viviendas” (VILADESAU, 2008, pp. 18-24).

A reestruturação produtiva do capital no campo produz assim, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado, inclusive em expressivos segmentos de trabalhadores vinculados às relações de produção não essencialmente capitalistas:

Mais fetichizada do que em épocas anteriores, a socialibilidade contemporânea (...) reafirma e intensifica a lógica destrutiva do sistema produtor de mercadorias e a conseqüente vigência do trabalho estranhado (ANTUNES, 1995 apud THOMAZ JR, 2008, p. 286)

É por dentro das contradições desse processo que entendemos a violência expressa pelo crescimento intensivo da concentração de riquezas⁷, e toda a manipulação que garante aos setores dominantes a imposição dos pressupostos do modelo destrutivo da sociedade do capital que se propõe:

7 “(...) concentração de terras e propriedade que significa também concentração de domínio sobre recursos econômicos que constituem a única fonte de subsistência daquela população [população rural brasileira]” (PRADO JR, 1979, p. 34). “(...) a posse concentrada da terra significa posse concentrada de renda e de poder” (FURTADO, 1973 apud GOMES, 2002).

a) sufocar a resistência dos camponeses, das comunidades nativas, indígenas, pescadores atingidos por barragens, operários urbanos e rurais, desempregados, subempregados, para implementar a expropriação e a sujeição dos camponeses, sendo que ao recriá-los, subordina-os com mais intensidade; b) blindar qualquer forma de acesso à terra que não seja via mercado; c) deteriorar e precarizar as condições de trabalho; e) ampliar os horizontes da adoção da mão-de-obra infantil; f) desempregar assalariados; g) fragilizar relações de trabalho formais; h) intensificar as práticas de terceirização e das cooperativas de trabalho; i) rebaixar salários etc. (THOMAZ JR, 2008, p. 287).

A ausência de uma política agrária capaz de atingir o núcleo central do poder de frações da burguesia que se assenta na estrutura da propriedade da terra, mantém os fundamentos do patrimonialismo e do ativo terra como quesito para o enriquecimento e empoderamento dos setores hegemônicos. Quesito esse umbilicalmente ligado ao direito de propriedade, que desde o século XVIII foi sacralizado e é um dos pivôs do pensamento político e jurídico ocidental (BIHR e CHESNAIS, 2003). Sobretudo, nos últimos tempos com a ofensiva da agroindústria (química-farmacêutica-agroalimentar e madeireira-mineradora-extrativista) que, por meio dos apoios e privilégios das políticas oficiais de produção, financiamentos e exportação, consorcia de forma mais contundente a fusão de interesses entre setores agropecuários, industriais e financeiros, nos mais diferentes ramos e cadeias produtivas (soja, milho, cana-de-açúcar, leite etc.) (THOMAZ JR, 2008):

A partir da década de 70, a adoção, em larga escala, das práticas tecnológicas do modelo europeu-americano propiciou, de fato, a elevação dos níveis de produtividade em quase todas as culturas lavroeiros do país. Neste período, a política agrícola nacional, reforçando seu viés setorial e reiterando os interesses de classe, orientou-se para o setor externo estimulada por uma política cambial agressiva, levando com isso grandes produtores a transferir recursos alocados na produção doméstica para o investimento em produtos exportáveis. Muito do estímulo governamental encontrou reverberação nos produtores paulistas que passaram a dedicar-se às culturas mais “protegidas” pelo governo – como foi o caso da monocultura canavieira, fortemente amparada pelo Pró-álcool (SILVA e MARTINS, 2009, p. 289).

A história recente demonstra que os “sucessos” da *revolução verde*, que congrega os significados do progresso técnico/científico na agricultura, desde a articulação da motomecanização aos insumos químicos e de outros matizes, iniciada nos anos 1950/1960 escamoteia o quanto de miséria e pobreza proporcionou para os camponeses e para os assalariados. Diga-se de passagem, que a miséria e a pobreza que enfrentaram, e enfrentam, os camponeses e os assalariados significou, e significa, a valorização, maximização e concentração dos lucros para os capitalistas:

“A partir da análise de Marx podemos entender que o problema social e político é sempre anterior ao das possíveis barreiras físicas. É assim que na sociedade capitalista enormes volumes de alimentos são desperdiçados anualmente quando seus preços não chegam a cobrir os custos de produção; pois na Comunidade Econômica Européia alimentam-se as vacas com o leite em pó que elas próprias haviam produzido anteriormente na forma líquida; nos Estados Unidos destinam-se milhões de dólares para que os agricultores não semeiem e, tudo isso, ainda que outros milhões porém de pessoas, morram de fome. A contradição entre o valor de uso e o valor das mercadorias, que é o ponto de partida da exposição marxiana do capitalismo, é também a origem do entendimento destas contradições” (FOLADORI, 1997, p. 146).

Se por um lado o rebaixamento dos preços é consequência do aumento da produção e da diminuição dos custos, dos mecanismos regulatórios dos mercados preferenciais liderados pelos países e grupos transnacionais europeus, americanos e japoneses; por outro lado, isso tem causado a precarização das condições de trabalho, endividamento⁸, redução dos cultivos alimentícios destinados ao autoconsumo e à parte comercial, seguida da degradação da fertilidade natural das terras⁹, diminuição da capacidade de produção agrícola dos países e das comunidades camponesas pobres, abandono das terras, êxodo, desemprego, pobreza e a exterminação de milhões de famílias camponesas em todo o mundo (CHESNAIS, SERFATI, 2003; FOLADORI, 1997; MAZOYER, 2003):

Todo progresso da agricultura capitalista não é somente um progresso na arte de esgotar o solo (...). O progresso capitalista, conseqüentemente, não desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção senão solapando, ao mesmo tempo, os mananciais de toda riqueza: a terra e o trabalhador (MARX apud FOLADORI, 1997, p. 144).

É por isso que o universo da força de trabalho no agrário brasileiro, o campesinato e as demais forças de expressão do trabalho, não são um *a priori*, tão pouco uma essência identificada por características próprias, mas se constituem através

8 “(...) a defesa da especialização da produção pode sim, ser a entrada dos produtores nas enrascadas dos financiamentos bancários, assunto tão conhecido dos camponeses brasileiros e de suas entidades de organização. O deslumbramento das novas tecnologias e equipamentos é o que subentendido nessa proposta, para viabilizar a competição com os produtores capitalistas” (THOMAZ JR, 2008, p. 294) “Mas seja como for, o certo é que o progresso técnico que objetiva maior rentabilidade, não pode constituir, por si, fator de elevação do padrão de vida do trabalhador rural” (PRADO JR, 1979, p. 29)

9 “No estado de São Paulo, as perdas anuais de solos em algumas áreas de lavouras tradicionais – como o feijão, o milho e a cana-de-açúcar – por meio de manejo inadequado do solo, chegaram, no final da década de 80, ao patamar dos 60 mil hectares. Em 1995, Basos Filho alertava que cerca de 15 milhões de hectares, ou 80% da área cultivada no estado de São Paulo, estariam sofrendo processos erosivos além dos limites de tolerância” (Silva & Martins, 2009, p. 287) “(...) Un componente medioambiental [da nova ofensiva da agricultura capitalista, é] (...) la intoxicación y muerte de seres humanos y contaminación de flora y fauna y, finalmente, la deforestación y desertificación de importantes territorios de la selva atlántica y otros ecosistemas” (VILADESAU, 2008, p. 20).

e por meio da ação histórica dos sujeitos-atores como expressões vivas das contradições da luta de classe:

O campesinato não é uma categoria homogênea e enrijecida, mas sim um conjunto de identidades diversas, que se constroem na luta social, tais como os assentados, produto da luta pela terra no Brasil, após meados dos anos 1980, que inauguram um novo capítulo na história do campesinato e da classe trabalhadora deste país; os povos da floresta; os posseiros; os ribeirinhos; os pescadores artesanais lavradores; os foreiros; os parceiros; os castanheiros; açazeiros; os arrendatários não capitalistas; os cessionários; os quilombolas; os povos indígenas camponesados. Há que se considerar para tanto, não somente ou exclusivamente os aspectos econômicos e/ou salariais, mas também a bagagem cultural dos trabalhadores e, no caso específico dos camponeses, a estrutura familiar, a ética camponesa para grupos e indivíduos específicos (ribeirinhos, posseiros, assentados, produtores integrados, parceiros...) (THOMAZ JR, 2008, p. 281).

E, dadas as especificidades históricas do caso brasileiro, tendo em vista a intensa mobilidade territorial e espacial, os históricos embates de classes, a predominância do sistema de posse precária da terra, o seu modo de vida, muito mais do que a terra, é o patrimônio que tem sido transmitido¹⁰, é, portanto, diferente do camponês europeu que tem histórico de enraizamento territorial com a terra¹¹ (THOMAZ JR, 2008; FORMAN, 1979):

O que ocorre é que a diversidade de tipos de camponeses que aparece no panorama brasileiro constitui uma parte do sistema sócio-econômico e político rural que é, por sua vez, parte de um sistema social e cultural mais amplo. (...) as relações sócio-econômicas que definem a variedade de tipos de camponeses ao decorrer do tempo são acionadas de um lado pelas condições prevaletentes em localidades específicas. Por outro lado, essas relações devem ser compreendidas na perspectiva histórica mais ampla. (...) temos que fazer a História trabalhar para nós, não apenas provendo o pano de fundo (...), mas desvendando o campo dinâmico no qual se desenvolve acontecimentos e relações concretas (FORMAN, 1979, pp. 23-24).

10 “Conservação e transmissão de um patrimônio sócio-cultural” (LAMARCHE, 1993 apud WANDERLEY, 1996, p. 8).

11 “O campesinato brasileiro emergiu de um conjunto de circunstâncias históricas, como subproduto de um sistema de comercialização, interna e externa, em desenvolvimento. (...) a natureza mutável da economia brasileira torna fugidia a definição de base de um campesinato auto-suficiente. O camponês brasileiro esteve sempre atado a uma economia monetizada, (...). desde o período colonial, a sua produção tem sido dirigida, de um modo ou de outro, para o setor de exportação da economia, seja pelo cultivo de safras diretamente comerciais, seja pelo fornecimento de alimentos aos produtores através dos mercados rurais” (FORMAN, 1979, pp. 30-34). Pode-se encontrar análise semelhante em PRADO, 1979 (p. 158). Outra característica distintiva e limitadora do camponês brasileiro em relação ao europeu é, que aquele, enquanto produto de uma economia exportadora e da própria situação em que se encontra demonstra insuficiências significativas para controlar os processos de produção e de planejar as estratégias que mais adequadamente satisfazem: “(...) não passam de simples executores de tarefas, sem que nunca lhes tenham sido dada, nem podia ser dada, a oportunidade de deliberação sobre a maneira de executar essas tarefas” (PRADO, 1979, p. 152) “Muitas vezes, o principal obstáculo ao desenvolvimento agropecuário reside na falta de instrução dos produtores e no desconhecimento por estes das modernas técnicas de produção. Por isso, uma estratégia coerente de desenvolvimento do setor não pode deixar de incluir investimentos no sistema educacional” (SZMRECSÁNYI, 1979, p. 34).

Além de substancial grau de heterogeneidade interna, o campesinato brasileiro também se revela grandemente diversificado em termos regionais, reflexo da interação entre fatores ecológicos e históricos específicos. Contudo, pode-se observar um princípio básico organizador no setor camponês de economia que é a maximização da segurança e minimização do risco (FORMAN, 1979).

Sob a dinâmica das mudanças em curso é preciso dar conta do processo de deixar de ser camponês e vivenciar o universo do trabalhador proletário, com ou sem vínculos formais, podendo participar das inúmeras formas de dominação ou subordinação às relações hegemônicas capitalistas:

“En su conjunto, se trata de un problema complejo, que tiene como efecto social final más importante, el desalojo campesino de las áreas rurales del país. Esto es, la transferencia de la tierra rural campesina, en una primera etapa, a la agricultura empresarial (farmer principalmente, pero también empresas agrícolas propiamente) y, posteriormente, a corporaciones agroexportadoras, agroindustriales y/o financieras. (...) a expulsión campesina – solo por soja – alcanza [durante o período: 1997-98/2005-06, no Paraguai] a nueve mil familias por año. (VILADESAU, 2008, pp. 20-22).

Também é preciso dar conta do seu reverso, ou seja, a recriação do campesinato por meio do arrendamento, da compra da terra, e da ocupação da terra, que seguem rotinas específica no tocante à dinâmica da sujeição da renda da terra ao capital (THOMAZ JR, 2008).

Assim o apregoado fim do campesinato, em suas múltiplas compreensões, desde aquelas amparadas nas formulações mais conservadoras até aquelas que sua extinção pode significar o início de relações modernas e amparadas no desenvolvimento das forças produtivas, e, portanto, transformando em trabalhadores assalariados e compondo o universo simbólico do operário rural, com mentalidade operária¹², ganha força diante da confusão no debate teórico em que:

A esperada despolitização da questão agrária com a substituição do enunciado conceitual de camponês para pequeno produtor, tendo em vista que a centralidade da dimensão do trabalho se resolveria via mercado (capacidade de adotar o pacote tecnológico e de absorver os subsídios públicos e políticas creditícias) (THOMAZ JR, 2008, p. 291).

Dessa forma, retira da compreensão dos agricultores a sujeição da renda da terra ao capital e, portanto, aos aspectos econômicos da dominação de classe, esvaziando politicamente a necessidade da Reforma Agrária uma vez que a problemática dos

12 “Así, la afirmación que encontramos en la magistral obra de Eric Hobsbawm sobre el siglo 20, según la cual “El cambio social más impresionante y de mayor alcance en la segunda mitad de este siglo y que nos aísla para siempre del mundo del pasado es la muerte del campesinado” no parece haberse cumplido” (LEITE & ÁVILA, 2008, p. 304).

trabalhadores sem terra não se resolveria por essa lógica. Portanto, os conflitos de classe saem de cena e transferem-se as soluções possíveis para o mercado e para as políticas de incentivo à produção na busca por aumento da produtividade, preços remuneradores, apoio para o escoamento da produção etc.:

Agricultura familiar é muito mais do que uma denominação desprezível ou uma nomenclatura substituta de um termo que para alguns não soa bem. Mais do que pretender apresentar-se como alternativa à agricultura camponesa ou ao modo camponês de vida e de trabalho, fundado na família e na terra individual, há outros interesses que somam a esses e dão sustentação às estratégias da política agrária do governo brasileiro, que por sua vez está padronizada às formulações apregoadas pela Política Agrícola Comum (PAC), da União Européia, e pela Fam Bill, dos Estados Unidos da América (THOMAZ JR, 2008, p. 291).

A metamorfose que transforma camponês em agricultor familiar, ou seja, o que era um modo de vida se converte em profissão, numa forma de trabalho, exclui o campesinato da denominação profissional, e como tal para fugir dessa injuriosa classificação lhe resta a integração ao mercado. Estamos diante de uma falsa polarização, de um fetiche, pois esvaziado de conteúdo e sentido de classe, confunde os próprios trabalhadores e subverte as contradições do processo social, até por que “*a exploração camponesa é familiar, mas nem todas as explorações familiares são camponesas*” (LAMARCHE, 1993 apud THOMAZ JR, 2008, p. 293).

O ofuscamento dessas questões conduz à incompreensões no interior dos próprios movimentos sociais como é o caso, por exemplo, dos fundamentos do Sistema Cooperativo dos Assentados (SCA) do MST/Concrab que estão ancorados no fato de que para a supressão da miséria e da fome nos assentamentos, se faz necessária a superação da condição camponesa: “*Organizar o seu processo produtivo de forma familiar (sem divisão técnica do trabalho) e com base na propriedade privada, o campesinato tende a construir uma visão de mundo subjetivista e oportunista*” (CONCRAB, 2001 apud THOMAZ JR, 2008, p. 293). Segundo o mesmo autor é mais provável, considerando os pressupostos do caminho proposto pela parcela do MST que defende a superação do ser camponês, que esta orientação conduzirá a capitulação e a conciliação de interesses que manterá a prevalência da mentalidade capitalista.

É bom deixar claro que o que está em questão não é ser contra a utilização de novas técnicas, mas sim aos pressupostos de sua utilização, objetivos e funcionalidades, diante da lógica do capital:

Com os interesses vinculados à destruição dos ecossistemas, de desempregar a qualquer custo, para garantir o desenvolvimento das forças produtivas em nome do progresso, das técnicas, do aumento da produção de alimentos sob o argumento de barateá-los, sem que a sociedade e os trabalhadores possam criticar e democraticamente decidir (THOMAZ JR, 2008, p. 295).

Foi possível constatar na bibliografia revisitada que o processo de reestruturação produtiva no campo e suas consequências para os trabalhadores, para o meio ambiente e, portanto, para toda forma de vida, intensificam a lógica destrutiva do capital. Seus reflexos negativos podem ser sentidos no duro processo de organização, representação e luta dos trabalhadores que se encontram cada vez mais fragilizados pela racionalização capitalista no campo ou dos efeitos da mecanização/automação/transgenificação, processo também denominado de “artificialização da agricultura”. Suas organizações e entidades representativas são vitimadas por conta do desemprego, das terceirizações, do trabalho temporário, e conseqüentemente, pelo esvaziamento dos filiados e pela diminuição da arrecadação, o que implica em limitações para o trabalho de formação política e mobilização dos trabalhadores. O que já é difícil em condições formais de relação de trabalho¹³ é agudizado no contexto dessa nova reconfiguração fragmentária que promove a atomização de inúmeros trabalhadores em que reina a incerteza generalizada, sobretudo, para aqueles que se reproduzem à custa do trabalho domiciliar e temporário.

Paralelo a este processo, pôde-se verificar o privilegiamento das ações organizativas e reivindicativas para as esferas do Estado e dos governos que estão engrossando as diretivas sindicais para as instâncias políticas permitidas e aceitas pelo capital. Para entendermos essa tendência faz necessário revisitarmos brevemente a história da formação agrária brasileira procurando entender as continuidades e descontinuidades deste processo.

13 “Contraditoriamente, são os setores mais qualificados os que sofrem de modo mais intenso o processo de manipulação no interior do espaço produtivo e de trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 217).

CAPÍTULO 2

Considerações sobre a questão agrária no Brasil e a agroindústria sucroalcooleira.

2.1) Breve histórico da questão agrária no Brasil

Desde os primórdios da colonização a forma de distribuição e acesso a terra foi desigual. Primeiro, as capitanias hereditárias e seus donatários, depois as sesmarias dando origem ao latifúndio no Brasil (SILVA, 2002). A estrutura fundiária do país nasce assim sob os pilares da grande propriedade rural, que numa economia agrícola, a posse concentrada da terra significa posse concentrada de renda e de poder (FURTADO, 1973 apud GOMES, 2002). Expressão jurídica dessa concentração de poder foi a Lei n. 601, a Primeira Lei de Terras, promulgada em 1850. Esta lei assegurava um acesso restrito à posse da terra e garantia como consequência, a permanência dos escravos libertos e dos pobres como trabalhadores das fazendas. Portanto, determinava que somente mediante pagamento em dinheiro é que seria legalizada a propriedade privada da terra. Dessa forma os escravos e os libertos permaneceram despossuídos de seu principal meio de trabalho. No Brasil, a consolidação do latifúndio enquanto base da produção agrícola do país teve como incentivo a constituição da base legal da propriedade da terra (GOMES, 2002; SILVA, 1994). Que, dentre outras formas empregadas, buscou garantir a manutenção da função colonial:

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da evolução e formação histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fosse o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira. (...) E prolongar-se-á até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos deste longo passado colonial (PRADO, 1994, pp. 22 e 23).

O paradoxo está no fato de que a “revolução nacional” não resultou de uma “revolução econômica” nem concorreu para forjar idéias de autonomia econômica que

implicasse ruptura imediata, irreversível e total com o passado recente. Antes, consolidou e revitalizou as funções da grande lavoura, como monopólio dinâmico da economia interna, servindo de base à referida expansão, limites das estruturas econômicas coloniais. Portanto, estamos diante de uma evolução histórica em que o “setor velho” da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o “setor novo”. Por paradoxal que isso seja, visto ao nível da economia mundial e das estruturas internacionais de poder da época, constituía um simples meio para manter o equilíbrio de uma economia colonial, sob condições de transferência dos controles jurídicos-políticos da vida econômica interna de fora para dentro. E só conferiu autonomia econômica real aos estamentos senhoriais em um ponto: onde e na medida em que as posições de poder político, que conquistaram, representassem uma condição para a preservação do equilíbrio do sistema econômico existente e, portanto, para a continuidade do suprimento do mercado externo. (FERNANDES, 1987; PRADO, 1994 e 1979; SILVA, 1994).

Dessa forma, o estatuto colonial foi condenado e superado como estado jurídico-político. O mesmo não sucedeu com seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional. O liberalismo assume duas funções típicas. De um lado preencheu a função de dar forma e conteúdo às manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o “esbulho colonial”. De outro lado, desempenhou a função de redefinir, de modo aceitável para a dignidade das elites nativas ou da Nação as relações de dependência que continuariam a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo e as grandes potências da época (FERNANDES, 1987). É neste sentido que:

Autores como Stédile (1999) afirmam ter-se instituído mesmo uma parceria entre as oligarquias rurais e a elite industrial de forma a aparecer, além da oligarquia rural agroexportadora de origem colonial, uma espécie de burguesia agrária, que mescla seus interesses entre a agricultura, o comércio, as finanças e a indústria (GOMES, 2002, p. 9).

O senhor agrário brasileiro acabou sendo vítima da situação heteronômica da economia que ele geria e explorava. Mesmo quando a derrocada parecia iminente, ele ainda negligenciava o ponto nevrálgico e se furtava a atacar a organização vigente das relações de produção: “*O senhor de escravo, por sua vontade e por suas mãos, escravizava-se ao escravo e à ordem social que se fundara na escravidão, condenando-se a desaparecer quando esta fosse extinta*”. (FERNANDES, 1987; p. 107).

Nesse processo o senhor agrário, especificamente o fazendeiro de café, experimenta transformações de personalidade, de mentalidade e de comportamento prático, os quais são tão radicais que ele se converte em “coronel” e em “homem de negócios”. Quanto ao primeiro caso em vez de liberalizar sua concepção de mundo e de democratizar o seu comportamento político, enredava na direção inversa, pois tinha de procurar em controles impessoais e indiretos, impostos pela ordem legal, os fatores de estabilidade econômica e da continuidade do seu poder de mando. Foi o segundo tipo de fazendeiro que era a negação do senhor agrário e o seu tipo especificamente burguês. Este segundo tipo de fazendeiro é quem exerceu influência na desagregação da ordem senhorial e na implantação da República. Expressa uma mentalidade econômica tipicamente racional com relação a fins, que modifica a qualidade da dependência ou da condição heteronômica, já que a barganha econômica foi estendida a efeitos da comercialização dos produtos no mercado mundial¹⁴.

Em termos de personalidade, eram duros aventureiros, que repetiam em novas bases os episódios da era da conquista. Invadiam terras, subjugavam ou destruíam pessoas, esmagavam obstáculos e colhiam avidamente os frutos dessa manifestação de pioneirismo, que combinava audácia, aventura e espírito empreendedor. A liberdade, a autoridade e o poder quase ilimitado de decisão ou de punição que a tradição senhorial conferia eram usados com extremo rigor. O seu afã de riqueza gerava crueldades raras e ignoradas no mundo escravista da casa-grande tradicional¹⁵ (FERNANDES, 1987).

14 Segundo Florestan Fernandes sua atuação apresenta dois momentos culminantes: 1) Quando a desagregação da ordem senhorial ameaçava converter a extinção da escravidão numa convulsão social incontrolável e revolucionária. Opondo-se à miopia dos donos de escravos que se identificavam, material e moralmente, com o status senhorial, procuraram minar as bases do movimento abolicionista e extrair dele o seu sentido revolucionário, neutralizando-o social e politicamente, e tiraram as vantagens econômicas do que poderia ter sido uma catástrofe para os fazendeiros. 2) Relaciona-se com a política econômica montada para enfrentar os riscos da superprodução que deixava de lançar mão dos mecanismos indiretos de manipulação do poder, característicos da política econômica senhorial, para estabelecer uma política permanente de defesa do café contra os efeitos da superprodução que sempre foram manipulados especulativamente no mercado mundial (FERNANDES, 1987; p. 117).

15 “Os estudos de muitos antropólogos sugerem que é uma tendência constante do pensamento humano projetar, no mundo da natureza (e particularmente no reino animal), categorias e valores derivados da sociedade humana para, depois, trazê-los de volta à ordem humana, que criticarão ou defenderão, justificando determinado arranjo social ou político com base em que de algum modo seria mais “natural” que os outros possíveis” (THOMAS, K. “O homem e o Mundo Natural”, 1988; p.73). “Pois toda observação do mundo da natureza envolve a utilização de categorias mentais com que nós, os observadores classificamos e ordenamos a massa de fenômenos ao nosso redor, a qual de outra forma permaneceria incompreensível; e é sabido que uma vez apreendidas essas categorias, passa a ser bastante difícil ver o mundo de outra maneira. O sistema de classificação dominante toma posse de nós, moldando nossa percepção e, desse modo, nosso comportamento” (idem; p.62). “O domínio humano sobre as criaturas inferiores forneceu a analogia mental em que se basearam vários arranjos políticos e sociais. Além disso, os dois tipos de domínio reforçavam-se mutuamente. (...) A domesticação tornou-se, assim, padrão arquétipo para outras formas de subordinação social. O modelo básico era o paternal, com o

Nesse sentido a ruptura com o passado tornava-se uma contingência irreversível e a preservação de símbolos estamentais apenas tornava opções inevitáveis menos dolorosas e dramáticas. A estrutura de mercado não eliminara a condição heteronômica da economia exportadora, mas criara meios que permitiam explorar economicamente a própria dependência. Para Florestan Fernandes o papel desempenhado pelo imigrante seria o de “*tipo humano que encarnaria de modo mais completo a concretização interna da mentalidade capitalista*” (FERNANDES, 1987; p. 139). A mentalidade capitalista cresceu internamente, através das atividades econômicas sucessivas desempenhadas pelos imigrantes¹⁶. O comércio não só contribuiu para expandir e diferenciar a rede de estabelecimentos, mas estabeleceu ramificações de superfície e em profundidade entre comercialização e a produção interna. A instauração e universalização de um novo regime econômico demandavam uma racionalidade adaptativa, cálculo racional do agente econômico¹⁷. Tal cálculo respondia à lógica da aventura, da cupidez e da audácia. Assim, como ocorrera com o senhor agrário colonial e da primeira época da era nacional, o imigrante agia no âmbito de seus interesses. Não projetava planos mais amplos que implicaria outras racionalidades econômicas e ou ideais coletivos de auto-suficiência econômica ou de independência nacional. Segundo Florestan Fernandes (1987), reside aqui o “*calcanhar-de-aquiles*” do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

A esse capitalismo pode-se chamar de “*capitalismo dependente*” (FERNANDES, 1987, p.90). É-lhe característico uma dupla polarização, fruto de uma situação de mercado que possuía duas dimensões: uma estruturalmente heteronômica (econômica); outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em vias de integração estrutural (política). O que implicará num processo de “*modernização tardia*” (CORTEZ, 1992, p. 115) do setor agrário brasileiro que terá início depois de consolidada a hegemonia do capital industrial com a industrialização pesada.

governante como bom pastor, tal como o bispo com seu rebanho. Animais dóceis e fiéis obedecendo a um senhor atencioso constituíam um exemplo para todos os subalternos” (idem; p.55).

¹⁶ Nutriam duas expectativas que os impeliam para o setor monetário da economia: 1) Formar uma espécie de espólio, que constituiria a fortuna ou a riqueza pela qual seria premiados e recompensados pela audácia, a persistência e o talento. 2) Retorno a comunidade de origem com probabilidade de ascensão social expressava o ponto culminante do êxito alcançado. Soma-se a isso as adversidades que encontravam: não possuíam acumulação estamental de capital (processo rígido e muito fechado) não dispunha de *status* senhorial ou condições para atingi-lo. Por isso mesmo rompia com a tradição senhorial: “*o trabalho próprio e não o trabalho alheio, sob a forma de apropriação do trabalho escravo, seria a fonte de sua subsistência e sua eventual riqueza e prosperidade*” (Fernandes, 1987; p. 130).

¹⁷ “O agente econômico tinha de estender a margem de lucro para extrair de um reduzido número de operações resultados realmente compensadores e estimulantes” (Fernandes, 1987; p. 138).

2.2) A questão agrária e o processo de modernização do setor sucroalcooleiro.

O desenvolvimento da indústria canavieira teve um papel de grande relevo na história econômica do Brasil. O consumo do açúcar, inicialmente como remédio e gênero alimentício de luxo, e atualmente como um produto alimentar de primeira necessidade e de consumo generalizado em todos os países, remonta sua origem na crescente procura a partir do século XV e que foi o fator determinante para o surto da cultura canavieira em várias regiões do planeta, entre as quais o Brasil desde cedo passou a ocupar uma posição de destaque. Durante quase dois séculos após o descobrimento a indústria canavieira constituiu praticamente o único pilar em que se assentava a economia colonial, condição que só veio a perder em fins do século XVIII, quando definitivamente se firmou o ciclo do café. Até a segunda metade do século XIX, o açúcar sempre foi, com exceção do curto ciclo do ouro, o principal produto de exportação da economia brasileira. Em 1974, o açúcar voltou a ocupar o primeiro lugar na pauta das exportações brasileiras. Perdeu este posto em 1975, devido ao decréscimo de sua produção e à queda dos preços no mercado internacional. Ao mesmo tempo verifica-se uma crescente produção de álcool de cana, com fins carburantes e industriais (SZMRECSÁNYI, 1979; CORTEZ, 1992)

O Brasil é o maior produtor mundial de açúcar de cana, tem os menores custos de produção e apresenta os melhores índices de produtividade entre os principais produtores (SIQUEIRA & REIS, 2004). Possui vantagens comparativas na produção de açúcar e etanol, não só em termos de custo, mas também em recursos naturais favoráveis à produção, como tipo de solo, clima, terra, como se pode verificar na tabela 1 a seguir quanto ao custo de produção do etanol em 2009:

Tabela 1 - Custo de Produção do Etanol

Produtor	Matéria Prima	Custo (US\$/litro)*
Brasil	Cana-de-açúcar	0,20
Tailândia	Cana-de-açúcar	0,29
Austrália	Cana-de-açúcar	0,32
Estados Unidos	Milho	0,47
União Européia	Cereais	0,97

Fonte: Silva & Strachman, 2009.

* Custo na Usina, US\$ em 16/06/05 igual a R\$ 2,41/US\$

Fonte: Datagro apud SILVA (2009).

No Brasil o processo de revolução agrícola começou de forma tardia, ou seja, começa depois de consolidada a hegemonia do capital industrial com a industrialização pesada¹⁸. As primeiras medidas em busca de modernizar a economia brasileira podem ser observadas de forma mais sistemática a partir do modelo de industrialização dependente adotado em 1930, dirigido por Getúlio Vargas e pela burguesia industrial, cuja principal característica é a subordinação da agricultura à indústria. Em estudo recente de Carlos Eduardo Freitas Vian e Daniel Bertoli Gonçalves (2007) sobre o setor, dois são os fatores que desencadeiam as mudanças atuais:

(...) em primeiro lugar, desde a década de 1950 vem ocorrendo o processo de modernização da agricultura e da agroindústria, com a mecanização da agricultura e a automação industrial. Mais recentemente, surgiu uma crescente preocupação com o cumprimento da legislação trabalhista e ambiental, sendo que isto se deve em parte a maior inserção do setor no mercado internacional, que está cada vez mais exigente quanto à qualidade do produto e com o cumprimento de regras trabalhistas e ambientais (VIAN e GONÇALVES, 2007, p. 80).

Antes do golpe de 1964 existiam dois projetos diferentes de desenvolvimento. O projeto que foi vencido defendia a criação de um amplo mercado interno por meio da distribuição de renda mais justa oportunizando aos trabalhadores maior capacidade de consumo. Por isso defendia a Reforma Agrária sob o controle dos trabalhadores. Crescendo o consumo cresceria a produção industrial e agrícola para atender esse novo mercado o que estimularia o desenvolvimento socioeconômico auto-sustentado. Este projeto foi vencido e os militares implantaram outro modelo, no qual a agricultura passou a assumir o papel de absorvedora de parte da produção industrial e de produtora de insumos industriais. A indústria comanda o desenvolvimento econômico e o setor chave desse modelo é o de bens de consumo duráveis (CORTEZ, 1997):

O CAI (Complexo Agro Industrial) brasileiro caracteriza-se pela constituição de um setor industrial produtor de bens para a agricultura e pela consolidação, com bases modernas, de um mercado de produtos industrializados de origem agropecuária, constituindo-se num sistema de agroindústrias que dirige parte de sua produção para o mercado interno e para o mercado externo. Este processo não alcançou o conjunto da agricultura brasileira, deixando intacto alguns segmentos com produção tecnicamente

¹⁸ “Conforme Passos Guimarães (1979), a revolução agrícola iniciou-se entre 1700 e 1750 na Inglaterra, primeiro país a romper as barreiras com o feudalismo na Europa. Em 1750 já estava implantada na Inglaterra a agricultura moderna, e suas conseqüências foram importantes para abrir caminho a revolução industrial. A concentração da terra e a acumulação de capitais atingiram níveis jamais vistos antes. A abundância de mão-de-obra ocasionou grande redução dos salários. O desenvolvimento industrial contribuiu para acentuar o movimento de *enclosures* (cercamentos) e o despovoamento dos campos. O crescimento da população urbana favoreceu o enriquecimento dos proprietários agrícolas através de um maior consumo de produtos agrícolas. Conseqüentemente a renda da terra elevou-se. A revolução industrial do fim do século XVIII, na Inglaterra, não teria ocorrido caso não fosse precedida pela revolução agrícola” (CORTEZ, 1992, p. 115).

atrasada. Métodos tradicionais são encontrados lado a lado com métodos modernos (CORTEZ, 1997, p. 118).

Entre 1956-1967 a modernização da agricultura se intensificou em função do crescente uso de adubos e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas mudas e sementes selecionadas dentre outras inovações gestadas no bojo da *revolução verde*. Cresceu o uso parasitário das terras retidas especulativamente em função de seu ritmo de valorização, o que se tornou uma forma de investimento. A agricultura converteu-se num grande setor comprador de produtos industriais. É característico da formação do Complexo Agro Industrial na periferia no capitalismo o reforço da subordinação às empresas multinacionais e uma política concentracionista da propriedade e da renda no setor agrícola que são responsáveis pela pauperização crescente da população rural e pelas miseráveis condições de vida (CORTEZ, 1997):

Conviene comprender que el complejo sojero es parte de un proyecto de dominación de claro corte imperial que busca asegurar para los EE.UU. el control de recursos estratégicos para garantizar el lucro de sus corporaciones y el american way of life para su población; forman parte de ese proyecto las fuentes de energía (petróleo-gas-hidroelectricidad), la biodiversidad, el agua y, en esta parte del continente, la soja, tal como un folleto de propaganda de Syngenta lo aclara, la República Unida de la Soja, que abarca buena parte del sur de Brasil, el oriente boliviano, todo Paraguay, buena parte del centro-norte argentino y el occidente uruguayo Para hacer un resumen, la supeditación del gobierno a los lineamientos impuestos por los organismos multilaterales ha implicado una creciente pérdida de soberanía del país en un triple aspecto: a) Pérdida de soberanía económica; b) Pérdida de soberanía territorial, c) Pérdida de soberanía alimentaria e d) Pérdida de soberanía cultural (VILADESAU, 2008, p. 31).

É indiscutível a importância econômica desse setor especialmente a partir de meados da década de 1970 quando foi implantado o Programa Nacional do Alcool (Proálcool)¹⁹. Em meados da década de 1980, com o início da desregulamentação da economia sucroalcooleira, as empresas implementaram um processo de reestruturação produtiva em decorrência das mudanças no cenário político e econômico nacional e internacional. A partir de então, a reestruturação do setor passou a ser orientada, principalmente, pelas demandas do mercado externo e comandada pela introdução de

¹⁹ “O Programa Nacional do Alcool (Proálcool) não foi a primeira experiência brasileira em produzir álcool para ser utilizado em veículos, porém, a estabilização do preço do barril de petróleo e os problemas enfrentados pelas usinas como falta de gerência e a retirada dos subsídios levaram um grande número delas a quebrar, interrompendo, assim, este programa. É notório, porém, que a produção de álcool e açúcar não foi totalmente interrompida pois muitas usinas permaneceram fornecendo álcool para os veículos que ainda rodavam com esse combustível. Agora, com a necessidade de redução imediata da emissão de gases de efeito estufa, produzido em grande escala pelos combustíveis fósseis, os biocombustíveis surgem como solução e assim o álcool brasileiro volta à cena” (ANDRADE et al., 2009, p.1).

novas tecnologias de produção e de organização inspirados no chamado modelo japonês da qualidade total (TRUZZI, 1989; PREVITALI, 2006 e 2008).

As inovações mecânicas introduzidas na lavoura canavieira tiveram quatro tipos de repercussões: a primeira foi a redução do tempo de realização de determinadas tarefas; a segunda foi a menor demanda por mão de obra empregada para a realização dessas tarefas; a terceira foi a queda da necessidade de empregados residentes na propriedade e a quarta foi a introdução de uma mudança qualitativa na procura por trabalhadores, ao utilizar pessoas com maior grau de especialização (tratoristas, motoristas e operadores de máquinas agrícolas) em conjunto com as sem especialização). Isso fez com que reduzisse significativamente a demanda por mão de obra. Estima-se atualmente que uma destas máquinas substitua cerca de 100 pessoas no campo (VIAN e GONÇALVES, 2007).

Cumpre, ainda, questionar os argumentos pretensamente ambientais que buscam legitimar a mecanização. Como fica claro na apreciação crítica da liderança sindical entrevistada sobre o tema, que questiona, por um lado, que os casos em que ainda não houve mecanização do processo produtivo do setor sucroalcooleiro, não é por pena dos trabalhadores que serão empregados, mas sim por falta de recurso para mecanização. E que, por outro lado, as usinas que realizaram a mecanização não o fizeram por preocupações ambientais, mas sim pelas exigências de competitividade impostas pelo mercado nacional e internacional:

Pablo: E isso que você falou, o grupo João Lyra, a Triácool e a Vale elas são 100% mecanizadas?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: As únicas usinas que ainda não são mecanizadas aqui na região é a do grupo João Lyra, Triácool e Vale e não estão mecanizadas não é por que eles têm dó dos trabalhadores e por que quer ajudar o trabalhador, não. É por que eles não conseguiram recuso ainda, é uma empresa que está em recuperação judicial, eles não conseguiram o recurso para mecanizar. Mas de qualquer forma a partir de 2014 a lei ambiental é clara não pode ter queima de cana, automaticamente se não tem queima de cana, não vai ter corte manual. Quer dizer, eu até comentei em alguns lugares que a gente tem participado de alguma palestra, até nisto eu vejo que há um descaso por parte dos governos no sentido de beneficiar ou de ajudar estes trabalhadores na manutenção do emprego, por que, por exemplo, há tanto estudo científico, estudo técnico, que poderia ter produzido uma cana sem palha aonde o caboclo pudesse cortar sua cana normal, sem degradar meio ambiente, sem nada disso. Por que até então eles defendiam os grandes empresários do setor, que a queima de cana não trazia nenhum problema para a questão ambiental, agora não, como a mecanização chegou os incentivos do governo é muito grande para o setor, não, a queima de cana prejudica, nós estamos mecanizando pela questão... Mas não é, eles estão mecanizando não é pela questão ambiental, é muito mais por uma questão econômica. Isso eu ouvi da boca do presidente do sindicato do setor que falou, que não, que é uma questão de competitividade de mercado, as multinacionais estão chegando com alta

tecnologia, tudo mecanizada e eles têm que acompanhar (...). (Entrevista realizada em 19/10/11).

Percebemos que o que sobressai no quadro de referência que norteia o processo de reestruturação produtiva e modernização do setor sucroalcooleiro não é a preocupação com os trabalhadores, seja com relação ao número de postos de trabalho, seja com relação à saúde do mesmo. Nem mesmo a preocupação com o meio ambiente. O fator determinante é a assimilação dos índices de competitividade do mercado nacional e internacional, expresso pela presença de multinacionais, que tem colocado em novos patamares a relação custo-benefício, a manutenção do setor e os índices de lucratividade que o tornam um empreendimento viável do ponto de vista econômico.

A Figura 1, a seguir, ilustra em linhas gerais a incorporação do progresso técnico nas fases do cultivo da cana-de-açúcar:

Figura 1 – Fases do cultivo da cana-de-açúcar e incorporação de progresso técnico



Fonte: (VIAN e GONÇALVES, 2007).

Com isso as empresas conseguiram maior poder de negociação com os grevistas do que possuíam antes, visto que não há mais risco de prejuízos elevados com a parada da usina e com a perda de sacarose da cana que estava queimada ou cortada. Se por um lado a mecanização da colheita retira os trabalhadores de um serviço penoso e estafante, por outro está desempregando de forma permanente um grande contingente de pessoas com baixa qualificação. Como tivemos oportunidade de constatar no município de Ituiutaba – MG:

Pablo: E qual que é o grau de escolaridade desses trabalhadores?

Presidente do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Olha é muito variado você vê ai hoje no corte de cana, aqui na usina CNA mesmo e na usina Campina Verde eu encontrei agora, inclusive um membro da comissão de negociação que é operador ele está cursando o 4º ano de direito. E de escolaridade um pouco mais baixa nós temos vários níveis e, mas, a grande maioria igual eu falei para você infelizmente o grau de escolaridade é muito baixo. E pessoas que a idade já está avançada, não tem como requalificar, não tem como voltar à escola. Por que como que um cidadão

desses bate um podão o dia todo ou trabalha o dia todo aí no cabo de uma enxada vai para uma sala de aula e estudar para qualificar, realmente é inviável mesmo. Eu falo por que eu já fiz isso, trabalhar na roça o dia inteiro e ir para uma sala de aula, você cochila muito mais do que estuda, entendeu? Infelizmente (entrevista realizada em 19/10/11).

Estas condições acentuaram o caráter sazonal da atividade agrícola, aumentando a necessidade de trabalho temporário e reduzindo o número de contratos permanentes. Este processo, contudo, não se deu de forma homogênea mantendo enorme heterogeneidade entre as regiões produtoras do complexo²⁰, como demonstra a Tabela 2, a seguir:

TABELA 2 - Rendimento da lavoura canavieira no Brasil e regiões selecionadas – T/hectare

REGIÃO	1960/61	1970/71	1980/81	1985/86	1989/90	1995/96	1997/98	1998/99	1999/00	Var. %
BRASIL	42,48	46,23	57,18	57,06	56,45	66,49	69,12	68,18	69,25	63%
NO/NE	40,95	42,47	46,72	44,71	43,19	48,69	51,60	48,87	50,47	23%
C/SUL	43,40	48,46	64,11	63,00	60,93	73,46	76,5	74,20	74,63	72%
S.PAULO	53,94	58,3	73,03	73,57	72,03	77,45	78,3	77,89	78,85	46%

Fonte: (VIAN e GONÇALVES, 2007).

O Nordeste cresceu a taxas muito inferiores às do Centro-Sul do Brasil e é naquela região que se encontram também os piores salários e condições de trabalho. O que se verifica é uma diferença regional na demanda por força de trabalho no Centro-Sul e no Nordeste. Enquanto no primeiro a demanda por trabalhadores mais qualificados cresceu, na segunda a demanda ainda é por trabalhadores menos qualificados e que recebem salários menores (VIAN & GONÇALVES, 2007).

Mesmo nos locais em que este processo se deu de forma mais “exitosa” na “*região de Ribeirão Preto (que) é mais conhecida como a Califórnia Brasileira*” (SCOPINHO, 1995, p.45) em que se verificou a diversificação de economia, a expansão agroindustrial, o aumento da população e o conseqüente crescimento do terceiro setor:

(...) a diversificação das atividades econômicas, que potencializa as oportunidades de emprego, não redundou em níveis salariais elevados e condições de vida invejáveis. A carestia e seus efeitos deteriorantes da qualidade de vida são os maiores problemas enfrentados pela população. Na Califórnia Brasileira, o custo de vida situa-se entre os mais elevados, dos registrados do País, e 46% da população classificou-o como sendo ruim ou péssimo (Folha de São Paulo, 1993). Com certeza, a Região não é uma ilha

²⁰ “A agricultura brasileira, após 1960, mostrou seu processo de desequilíbrio regional em três macrorregiões: Centro-Sul: onde a agricultura se modernizou rapidamente pela modernização de insumos industriais; Nordeste: sem grandes transformações fundamentais no conjunto de sua agropecuária; Amazônia: pouco ou nada desenvolvido” (CORTEZ, 1992, p. 120).

paradisiaca num País que é um mar de miséria e contradições sociais (SCOPINHO e VALARELLI, 1995 p. 14).

Percebemos que no interior, particularmente no caso do município de Ituiutaba – MG, o setor sucroalcooleiro apresenta-se mais concentrador de renda, como revela a seguinte passagem da entrevista:

Pablo: você poderia começar falando sobre a história do sindicato, qual foi a trajetória dele.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Olha o sindicato aqui foi fundado em 1972, e na época aqui era mais agricultura mesmo convencional, foi inclusive quando era a capital do arroz, o município de Ituiutaba, e algodão, milho... Infelizmente, com o passar do tempo a lavoura de grãos deixou praticamente de existir, Ituiutaba hoje ela é uma cidade mais ligada à pecuária e, infelizmente, à cana de açúcar. Quando eu falo infelizmente é por que é um setor que eu entendo que é um setor de concentração de renda onde não há distribuição de renda, infelizmente (Entrevista realizada 19/10/11).

E percebemos também que afeta negativamente o terceiro setor local, pois o serviço que a indústria sucroalcooleira terceiriza tem origem fora do município. Promove o desemprego, por meio da mecanização, do próprio setor e do setor de serviço circundante:

Pablo: E quando que você tem visto que essa mudança mecanização da usina quais que são os impactos que tem trago para o sindicato?

Presidente Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Olha para o sindicato é grande por que é o desemprego de centenas ou milhares de trabalhadores, se for olhar em nível de Brasil, milhares de trabalhadores que estão ficando desempregados automaticamente esses trabalhadores grande partes deles tem que mudar de categoria deixar de ser rurícola por que não há espaço para trabalhar no setor e nem em outra atividade no município. E para o comércio também o impacto é enorme por que, por exemplo, um lavourista de grãos normalmente, normalmente não, todos eles compram seus insumos, o petróleo, as máquinas deles são consertadas no município, os insumos são comprados na cidade, as sementes na cidade. Já o grande empresário do setor sucroalcooleiro principalmente eles compram tudo direto lá das firmas, quer dizer, eles têm combustível próprio, eles têm a oficina própria, então com isso sem dúvida para as pessoas do município, onde eu falo que as cidades acabam empobrecendo é nesse sentido. Oficina, por exemplo, que trabalhava que tinha lá 8, 10, 15 funcionários, hoje tem um ou dois muitos até fecharam por que não tem mais aqueles lavouristas de grãos que tinham vários tratores e movimento, quer dizer, vai montar a usina e a usina faz tudo direto (Entrevista realizada em 19/10/11).

Vejamos agora, como se encontra a realidade do setor sucroalcooleiro na região do Triângulo Mineiro, analisando sua capacidade produtiva, o processo de transformação da cana-de-açúcar em álcool e suas potencialidades, as regiões do Estado com maior área de plantação de cana e de produção de álcool, as tecnologias envolvidas neste processo e, ainda, aquelas que estão sendo desenvolvida com vistas à otimização do setor, redução de perdas e maximização dos lucros.

2.3) A cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro no estado de Minas Gerais.

A cadeia produtiva do etanol no Estado de Minas Gerais teve seu desenvolvimento a partir do PROALCOOL, na década de 1970, e veio evoluindo ao longo dos anos²¹. Atualmente o Estado é o que detém a segunda maior produção e consumo de etanol, com produção fortemente concentrada na região do Triângulo Mineiro²² conforme se verifica com maior clareza na Tabela 3 a seguir:

Tabela 3 – Usinas cadastradas no Departamento da Cana-de-açúcar e Agroenergia Minas Gerais Safra 2008/2009

Empresa	Município	Produto	Produção/m ³
Agroindustrial Santa Juliana S/A	Santa Juliana	Álcool	105.182
AGROPEU - Agro industrial de Pompéu S/A	Pompéu	Álcool	59.175
ALCANA - Destilaria de álcool de Nanuque S/A	Nanuque	Álcool e açúcar	41.381
Alvorada do Bebedouro S/A - Açúcar e Álcool	Guaranésia	Álcool e açúcar	67.623
Cabrera Central Energética Açúcar e Álcool Ltda.	Limeira do Oeste	Álcool	-
Cameirinho Agroindustrial S/A	Carneirinho	Álcool e açúcar	18.930
Central Energética Paraíso S/A	São Sebastião do Paraíso	Álcool	34.663
Companhia Agrícola Pontenovense	Urucânia	Álcool e açúcar	17.121
Companhia Energética Vale do São Simão	Santa Vitória	Álcool e açúcar	-
DAMFI - Destilaria Antonio Monti Filho Ltda.	Canápolis	Álcool	-
DASA - Destilaria de álcool Serra dos Aimorés S/A	Serra dos Aimorés	Álcool	93.652
Destilaria Alpha Ltda.	Cláudio	Álcool	-
Destilaria Atenas S/A	São Pedro dos Ferros	Álcool	21.500
Destilaria Cachoeira Ltda.	Tupaciguara	Álcool	-
Destilaria Planalto S/A	Ibiá	Álcool	49.449
Destilaria Rio do Cachimbo Ltda.	João Pinheiro	Álcool	17.656
Destilaria Senhora da Glória Ltda.	Santo Hipólito	Álcool	-
Destilaria WD Ltda.	João Pinheiro	Álcool e açúcar	54.001
Destilaria Veredas Ind. de Açúcar e Álcool Ltda.	João Pinheiro	Álcool	15.357
Ituiutaba Bioenergia Ltda.	Ltuitaba	Álcool	9.694
Laginha Agro Industrial S/A (Triálcool)	Canápolis	Álcool e Açúcar	114.300
Laginha Agro Industrial S/A(Vale do Paranaíba)	Capinópolis	Álcool e Açúcar	64.445
LDC Bioenergia S/A	Lagoa da Prata	Álcool e Açúcar	-
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	Campo Florido	Álcool e Açúcar	165.309
S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool	Limeira do Oeste	Álcool	107.617
S.A. Usina Iturama Coruripe Açúcar e Álcool	Iturama	Álcool e Açúcar	112.724
SADA Bioenergia e Agricultura Ltda.	Jaíba	Álcool	-
Total Agroindústria Canavieira S.A.	BambuÍ	Álcool	-

²¹ A partir da década de 1970, com a implementação da chamada Revolução Verde, teve início o processo de ocupação do cerrado brasileiro, iniciado a partir da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Nesse período, intensificou-se a produção de cana-de-açúcar, bastante incentivada no decorrer daquela década (GARLIPP e ORTEGA, 1998 apud SIQUEIRA e REIS, 2006).

²² “No quesito disponibilidade de cana-de-açúcar, as características do ambiente natural, como clima e tipo de solo, são importantes para descobrir se as condições de plantio e colheita da cana-de-açúcar nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba são favoráveis para o desenvolvimento da agroindústria na região, já que, segundo Neves et al. (1998), para uma usina e destilaria, uma plantação de cana distante mais de 50 quilômetros torna economicamente inviável o empreendimento, devido aos custos de transporte. Também existe a especificidade temporal no setor, pois a cana queimada precisa ser esmagada rapidamente, sob pena de ir perdendo qualidade. Além disso, a produtividade da cana-de-açúcar nas regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, foi analisada porque, quanto maior a produtividade, maior a possibilidade de que os plantadores de cana-de-açúcar da região forneçam o produto em volume adequado e a preços competitivos” (SIQUEIRA e REIS, 2006, p. 206)

USA - Usina Santo Ângelo Ltda.	Pirajuba	Álcool e Açúcar	72.270
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.	Araporã	Álcool e Açúcar	67.562
Usina Caeté S/A - Unidade Delta	Delta	Álcool e Açúcar	114.907
Usina Caeté S/A - Unidade Volta Grande	Conceição das Alagoas	Álcool e Açúcar	195.411
Usina Cerradão Ltda.	Frutal	Álcool	-
Usina Frutal Açúcar e Álcool S/A	Frutal	Álcool e Açúcar	106.517
Usina Itaiquara de Açúcar e Álcool S/A	Passos	Álcool e Açúcar	47.378
Usina Itapagipe Açúcar e Álcool Ltda.	Itapagipe	Álcool e Açúcar	83.661
Usina Monte Alegre Ltda.	Monte Belo	Álcool e Açúcar	34.915
Usina Uberaba S/A	Uberaba	Álcool	81.826
Vale do Ivaí S/A - Açúcar e Álcool	Fronteira	Álcool	-

Fonte: MAPA, 2009 apud COSTA, M. A. et al, 2009.

A partir dos anos 1990, com a desregulamentação do setor, a agroindústria sucroalcooleira vem passando por profundas transformações e o estado de Minas Gerais tem uma participação importante nesse processo, mais especificamente as regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Segundo dados da União da Agroindústria Canaveieira de São Paulo (ÚNICA – 2006), a produção de cana-de-açúcar nos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais aumentou, enquanto que nos dois principais estados produtores da região Nordeste diminuiu. As regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além de serem as maiores produtoras de cana-de-açúcar, incrementaram sua produção em 88,58%, de 1990 a 2004, enquanto as regiões do Sul e Sudeste de Minas Gerais e da Zona da Mata diminuíram sua produção em 18,40% e 25,74%, respectivamente. Este aumento expressa os resultados de fortes investimentos feitos no setor sucroalcooleiro. Em 1997, a usina Coruripe, do grupo alagoano Tércio Wanderley, investiu na construção, em Iturama, de uma fábrica de açúcar com capacidade para produzir um milhão de sacas/ano, além de um armazém nas proximidades do porto (PAIVA e RIBEIRO, 1997 apud SIQUEIRA e REIS, 2006).

Com um investimento de R\$ 111 milhões, esse mesmo grupo inaugurou, em março de 2002, em Campo Florido, outra usina, com capacidade de produzir 800 mil sacas/ano, ainda em 2002. Outro complexo industrial proveniente do Nordeste, o grupo Carlos Lyra, que possui unidades nos municípios de Volta Grande e Delta, deverá investir R\$ 40 milhões nas usinas dos dois municípios em 2003 e 2004, visando duplicar a produção de açúcar e álcool (CASTRO e MOURA FILHO, 2002 apud SIQUEIRA e REIS, 2006; SILVA e STRACHMAN, 2009). Em recente trabalho exploratório de campo à Laginha Agro Industrial S/A, unidade Triálcool em Canápolis/MG foi possível acompanhar todo o processo produtivo que, em diálogo com a literatura consultada, sintetizamos a seguir:

1. Processo produtivo do etanol:

O etanol pode ser obtido através de diferentes insumos, como casca de arroz, mandioca, soja e eucalipto, mas os mais comuns são os derivados do amido de milho e da cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar tem vantagens em relação aos seus concorrentes, com um balanço de energia mais favorável em sua produção e a maior produtividade por área. Além disso, em comparação com a gasolina, o etanol de cana tem redução de emissão de gases de efeito estufa da ordem de 89%, enquanto o de milho tem redução de apenas 31%. A produção de álcool pode ser dividida nas seguintes questões: plantio da cana, colheita, recepção/preparo/moagem, tratamento do caldo, fábrica de açúcar e destilaria de álcool (COSTA, et al, 2009; MARQUES, 2009).

1.1 Plantio da cana:

A primeira etapa da produção do etanol é o plantio da cana-de-açúcar, que pode ser realizado de forma manual ou mecanizada. O plantio manual é mais utilizado, porém, com a mecanização da colheita, essa tendência poderá se estender também para o plantio, exigindo menos força de trabalho e diminuindo custo. O plantio mecanizado pode ser feito em talhões maiores, portanto, eventuais falhas só serão notadas na colheita. Atualmente, são realizados estudos que visam ao aperfeiçoamento da técnica, para diminuição dessas falhas (COSTA, et al, 2009).

Considera-se a cultura de cana-de-açúcar como semi-perene, pois, após o plantio, ela pode ser cortada várias vezes antes de ser replantada. O ciclo produtivo da cana é, em média, de cinco anos, dependendo de variações decorrentes dos fatores ambientais e tecnológicos. A fase do plantio da cana-de-açúcar se inicia com a limpeza do terreno, se for o caso de uma área ainda não utilizada para tal cultura, ou com a eliminação da soqueira (rebrotas da cana cortada). Após a limpeza, é feito um preparo do solo, com processos de subsolagem, calagem, gradeamento ou aração, terraceamento, sulcagem, pulverização de herbicida e quebra de sulco. A operação de distribuição de mudas ainda é feita manualmente, na maior parte dos casos, mas a mecanização tem avançado nos últimos anos. Em Minas Gerais, já se observam casos em que todo o processo de plantio é mecanizado, contribuindo para maior eficiência do sistema de abastecimento das indústrias (COSTA, et al, 2009).

1.2 Colheita:

Assim como o plantio, a colheita pode ser feita de modo mecanizado ou manual. O processo manual é realizado com a queima da cana, de forma a facilitar o corte por

trabalhadores rurais. Já a mecanizada é realizada com máquinas que cortam a cana em pedaços homogêneos, sem necessidade de queima prévia. Em Minas Gerais, existe uma tendência à total mecanização da colheita até 2014, prevista em acordo realizado em 2008, entre o governo estadual e os produtores de cana-de-açúcar (COSTA, et al, 2009).

O ciclo completo da cana permite até cinco cortes. O primeiro deles acontece até os 18 meses após o plantio, os cortes subsequentes são realizados a cada 12 meses. Ao final do ciclo completo é realizada a rotação de cultura, que consiste no plantio de uma oleaginosa em Minas Gerais, a soja e o amendoim são os mais comuns para a conservação e fixação de nitrogênio no solo (COSTA, et al, 2009).

1.3 Recepção, preparo e moagem:

Essa etapa do processo tem a finalidade de condicionar a cana (limpeza e abertura das células) e extrair o caldo, com um mínimo de perda de açúcares da cana, além de reduzir a umidade final do bagaço. A cana recebida é amostrada aleatoriamente para se aferir sua qualidade (teor de sacarose, fibra, pureza do caldo etc). O sistema de pagamento da cana em uso estimula o produtor de cana independente a entregar a matéria-prima em boas condições, tendo sido inclusive observados, durante as pesquisas de campo, casos em que existem penalidades ou prêmios dependendo da cana entregue na usina (COSTA, et al, 2009; TRUZZI, 1989).

A cana colhida inteira (corte manual) é normalmente lavada para diminuir as impurezas, que afetam negativamente o seu processamento, na própria mesa de recepção. No caso da cana picada (corte mecanizado), o insumo não pode ser lavado, pois as perdas de sacarose seriam muito elevadas. Algumas usinas, contudo, estão começando a utilizar o sistema de limpeza a seco baseados em jatos de ar sobre a cana:

Em Minas Gerais, esse processo foi observado na usina da Sada Bioenergia, em Jaíba, que faz a colheita da cana-de-açúcar junto com a palha, que também é utilizada como combustível nas caldeiras, sendo separada da cana por insufladores de ar instalados no início do circuito de preparo da matéria-prima (COSTA, M. A. et al, 2009, p. 20).

Da mesa de alimentação, a cana é transportada por esteiras até os equipamentos de preparo. Normalmente, existem um ou dois conjuntos de facas rotativas que têm a finalidade de picar a cana (quando inteira) e/ou nivelar a camada de cana na esteira, facilitando o trabalho do desfibrilador. O desfibrilador é um equipamento composto de um rotor com martelos oscilantes e uma placa desfibradora, que pulveriza a cana e abre

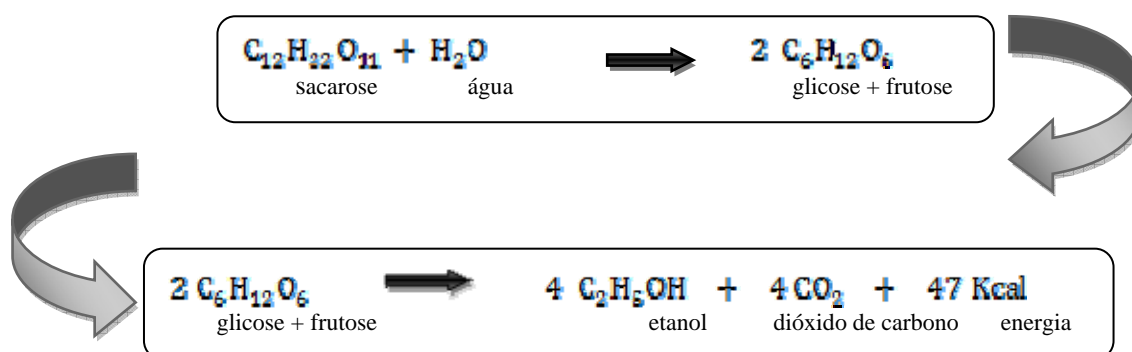
as células que contém os açúcares, facilitando o processo de extração desses açúcares pela moenda (mais de 80% das células devem estar abertas para se conseguir uma boa eficiência de extração nas moendas). A extração dos açúcares contidos na cana pode ser feita por dois processos, moagem e difusão. A utilização do processo de moagem é praticamente unanimidade em Minas Gerais, motivo pelo qual o processo de difusão não será aqui tratado. A moagem é um processo de extração do caldo, fazendo a cana passar entre dois rolos, com uma pressão pré-estabelecida aplicada a eles. O objetivo secundário da moagem, porém de grande valia, é a produção de um bagaço em condições de propiciar uma queima eficiente nas caldeiras (COSTA, et al, 2009; TRUZZI, 1989).

1.4 Tratamento do caldo:

O caldo de cana, depois que sai do processo de extração, precisa ter o seu pH corrigido, para se evitar a inversão e decomposição da sacarose. Além disso, ele contém uma quantidade de impurezas, tais como os sólidos insolúveis e outros tipos, que precisam ser removidas, de maneira a deixá-lo com as características adequadas ao seu processamento na fábrica de açúcar e na destilaria. O caldo tratado pode ser enviado à fabricação de açúcar ou de álcool. Algumas destilarias resumem esta operação numa simples peneiragem enquanto outras incluem um aquecedor de caldo, a fim de realizar sua pasteurização (COSTA, et al, 2009; TRUZZI, 1989).

1.5 Destilaria:

Na etapa de destilação, o caldo tratado passará por um processo de fermentação e depois pela destilação propriamente dita. A fermentação é a fase onde os açúcares serão transformados em álcool. As reações ocorrem em tanques denominados dornas de fermentação, onde se misturam o mosto (caldo) e pé-de-cuba (fermento biológico), na proporção de 2:1, respectivamente (COSTA, et al, 2009; TRUZZI, 1989). Os açúcares (sacarose) são transformados em álcool, segundo a reação simplificada de Gay Lussac:



Fonte: elaboração própria.

Durante a reação ocorre intensa liberação de gás carbônico. A solução se aquece e ocorre a formação de alguns produtos secundários, como alcoóis superiores, glicerol, aldeídos etc. O tempo de fermentação varia de 4 a 12 horas. Ao final deste período, praticamente todo o açúcar já foi consumido, com a conseqüente redução da liberação de gases. Ao terminar a fermentação, o teor médio de álcool nestas dornas é de 7% a 10%, e a mistura recebe o nome de vinho fermentado. Devido a grande quantidade de calor liberado durante o processo e à necessidade da temperatura ser mantida baixa (32° C) é preciso realizar o resfriamento do vinho, circulando águas em serpentinas internas às dornas, ou em trocadores de calor, por onde o vinho é bombeado continuamente com água em contracorrente (COSTA, et al, 2009; TRUZZI, 1989).

Após a fermentação, o vinho é enviado às centrífugas para a recuperação do fermento. O concentrado de fermento recuperado, denominado leite de levedura, retorna à cubas para o tratamento. A fase leve de centrifugação, ou vinho delevedurado, é enviada para as colunas de destilação. O vinho que vem da fermentação possui em sua composição, 7 a 10° GL (% em volume) de álcool, além de outros componentes de natureza líquida, sólida e gasosa. O álcool presente neste vinho é recuperado por destilação, processo esse que se utiliza dos diferentes pontos de ebulição das diversas substâncias voláteis presentes separando-as (COSTA, et al, 2009).

2. Potencial energético do setor sucroalcooleiro

As usinas de etanol são auto-suficientes em energia graças ao vapor gerado pelo bagaço em caldeiras de baixa pressão. Um fator relevante na produção do etanol é a pressão nas caldeiras. Quanto maior a pressão e temperatura, maior também será sua eficácia energética. A substituição dessas caldeiras por outras de alta pressão e a evolução no uso da palha da cana como combustível, por um lado, demanda investimento mais oneroso e requer um maior volume de bagaço de cana. Por outro, permite a inclusão das usinas em um novo mercado que é o da venda de energia elétrica. A região Triângulo Mineiro responde por 84% do potencial energético de Minas Gerais. Os dados da Tabela 4, a seguir, revelam a importância do Triângulo Mineiro para o setor sucroenergético do Estado:

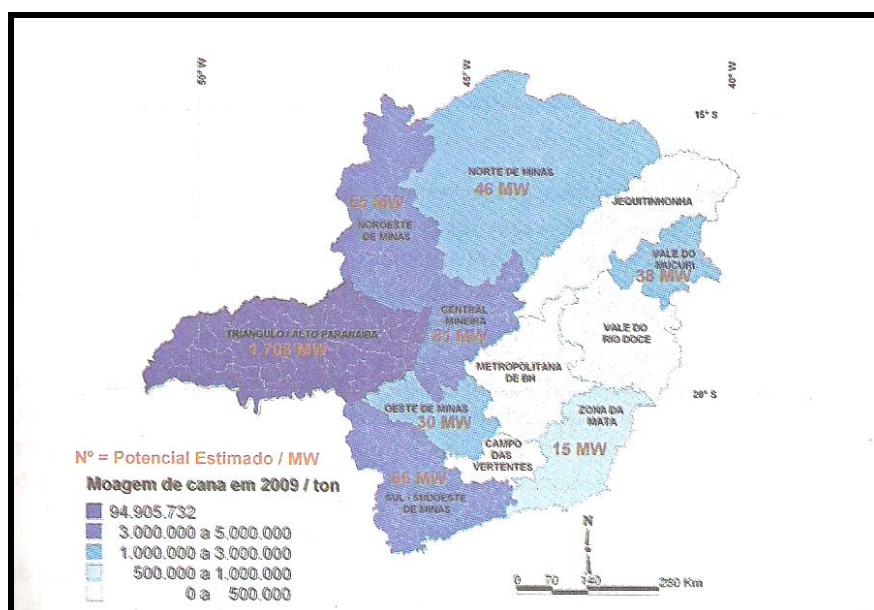
Tabela 4 _ Potencial de geração de energia das usinas sucroalcooleiras mesorregiões de Minas Gerais - 2009

Mesorregiões	Moagem 2009/ton.	Potencial 2009/MW
Central Mineira	4518144	81
Noroeste de Minas Gerais	3050743	55
Norte de Minas	2550000	46
Oeste de Minas	1680000	30
Sul/Sudoeste de Minas	3668804	66
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	94905732	1708
Zona da Mata	829798	15
Vale do Mucuri	2135393	38
Total	113338614	2040

Fonte: COSTA, M. A. et al, 2009.

O Mapa 1, a seguir, ilustra a posição destacada da mesorregião Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no Estado de Minas Gerais:

Mapa 1 – Potencial de geração de energia das usinas sucroalcooleiras em Minas Gerais 2009.



Fonte: COSTA, M. A. et al, 2009.

Na Tabela 5, a seguir, consta a relação dos 25 municípios com maiores áreas plantada, nas safras de 2005/06 a 2008/09:

Tabela 5 – Municípios com maior área cultivada de cana de açúcar no Estado de Minas Gerais Safras 2005/2006 – 2008/2009

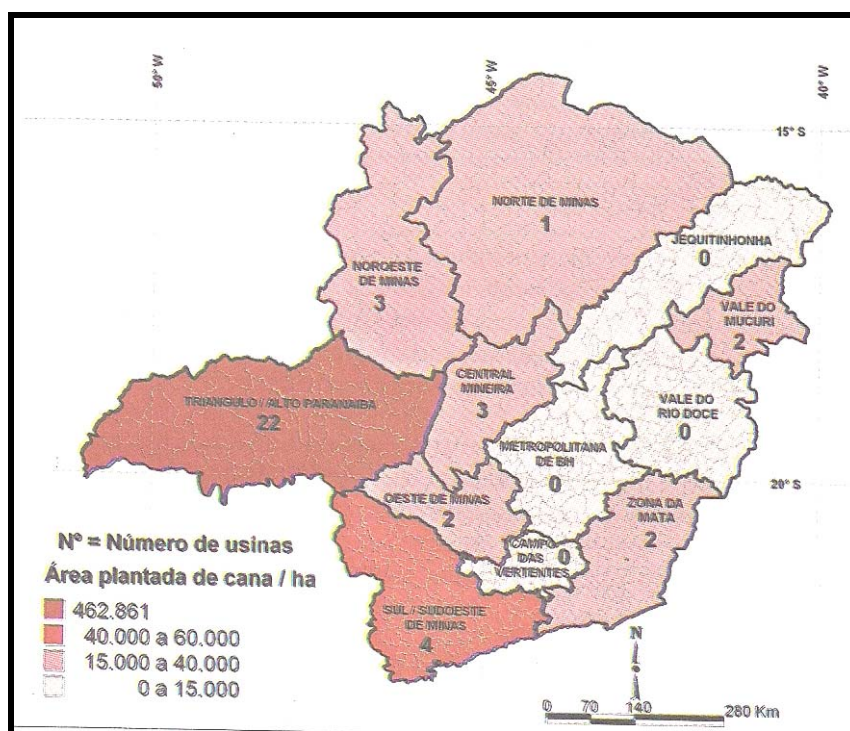
2005/2006		2006/2007		2007/2008		2008/2009	
Município	Área Total Cultivada; (ha)	Município	Área Total Cultivada; (ha)	Município	Área Total Cultivada; (ha)	Município	Área Total Cultivada; (ha)
Uberaba	27.556	Uberaba	29.963	Conceição das Alagoas	41.022	Frutal	54.625
Conceição das Alagoas	24.504	Conceição das Alagoas	29.498	Uberaba	38.879	Uberaba	47.751
Iturama	24.187	Iturama	26.752	Frutal	33.373	Conceição das Alagoas	46.028
Canápolis	18.961	Frutal	20.468	Iturama	28.828	Iturama	30.902
Campo Florido	15.447	Canápolis	20.457	Campo Florido	26.815	Campo Florido	30.520
Frutal	15.428	Campo Florido	19.605	Canápolis	21.983	Canápolis	22.359
Conquista	15.304	Conquista	14.999	Conquista	17.995	Conquista	19.596
Passos	11.072	Pompéu	12.743	João Pinheiro	14.201	Limeira do Oeste	19.089
Água Comprida	10.805	Passos	11.664	Água Comprida	14.062	União de Minas	16.814
Pompéu	10.256	Água Comprida	11.266	Pompéu	13.827	Pirajuba	15.818
Araporã	8.970	João Pinheiro	11.075	Pirajuba	13.647	Água Comprida	15.152
Lagoa da Prata	8.947	União de Minas	10.803	Passos	13.472	Ituiutaba	15.022
João Pinheiro	8.681	Pirajuba	10.442	União de Minas	12.597	João Pinheiro	14.837
Pirajuba	8.204	Lagoa da Prata	10.034	Lagoa da Prata	11.803	Passos	14.208
União de Minas	7.421	Araporã	9.958	Limeira do Oeste	11.662	Pompéu	13.285
Ituiutaba	6.485	Ituiutaba	8.218	Araporã	10.721	São Francisco de Sales	11.678
Delta	5.438	Limeira do Oeste	7.854	Ituiutaba	9.966	Lagoa da Prata	11.535
Monte Alegre de Minas	5.402	Monte Belo	5.990	São Francisco de Sales	8.432	Araporã	11.105
Monte Belo	5.330	Monte Alegre de Minas	5.566	Capinópolis	7.679	Itapagipe	9.124
Japaraíba	4.789	Delta	5.268	Planura	6.973	Planura	8.578
Tupaciguara	4.350	Japaraíba	4.818	Monte Alegre de Minas	6.899	Capinópolis	8.523
Fronteira	4.041	Ipiacu	4.622	Monte Belo	5.986	Perdizes	8.153
Capinópolis	3.849	Capinópolis	4.598	Perdizes	5.794	Luz	7.596
São Pedro dos Ferros	3.507	Fronteira	4.383	Ipiacu	5.347	Ibiá	7.491
Nanuque	3.279	Planura	3.837	Delta	5.335	Monte Alegre de Minas	7.275
Demais municípios (49)	46.609	Demais municípios (54)	63.588	Demais municípios (58)	95.834	Demais municípios (79)	147.984
TOTAL MG	308.822	TOTAL MG	368.469	TOTAL MG	483.132	TOTAL MG	615.048

Fonte: CANASAT (INPE) apud COSTA, M. A. et al, 2009.

De acordo com a Tabela 5 os dez municípios com maior produção de cana-de-açúcar estão localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro e, atualmente Frutal, é o município com maior área cultivada, com um aumento de 254% entre as safras de 2005/06 e 2008/09, impulsionado pelo início das operações da Usina Frutal, uma das maiores de Minas Gerais. A produção estadual de cana-de-açúcar apresentou considerável crescimento entre as safras de 2005/06 e 2008/09, tendo praticamente dobrado a área cultivada que passou de 308.822 ha, na safra entre 2005/06, para 615.048 ha, na safra de 2008/09, mostrando a força crescente do setor sucroenergético no estado (COSTA et al, 2009).

O Mapa 2 ilustra melhor a concentração da produção da cana-de-açúcar na mesorregião do Triângulo Mineiro:

Mapa 2 – Produção de cana-de-açúcar por mesorregião, na safra de 2008/09.



Fonte: COSTA, M. A. et al, 2009.

Minas Gerais apresenta-se, atualmente, como o terceiro maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil, o ritmo de expansão da produção no Estado, de 1991 a 2008, foi de 72%, superior ao ritmo nacional, de 55%. Fica atrás apenas de São Paulo e Paraná. Em relação a produção de etanol, Minas Gerais é o segundo maior produtor entre os estados brasileiros, atrás apenas de São Paulo, e com uma produção levemente maior do que a do Paraná, como podemos verificar na Tabela 6 a seguir:

Tabela 6 – Produção de etanol nos principais Estados brasileiros e no Brasil (safra 2008/09)

Estados/país	Produção/m ³
1° São Paulo	16.722.478
2° Minas Gerais	2.166.896
3° Paraná	2.048.032
4° Goiás	1.726.080
5° Mato Grosso do Sul	1.076.161
6° Mato Grosso	953.735
Outros Estados	2.856.618
Total do Brasil	27.550.000

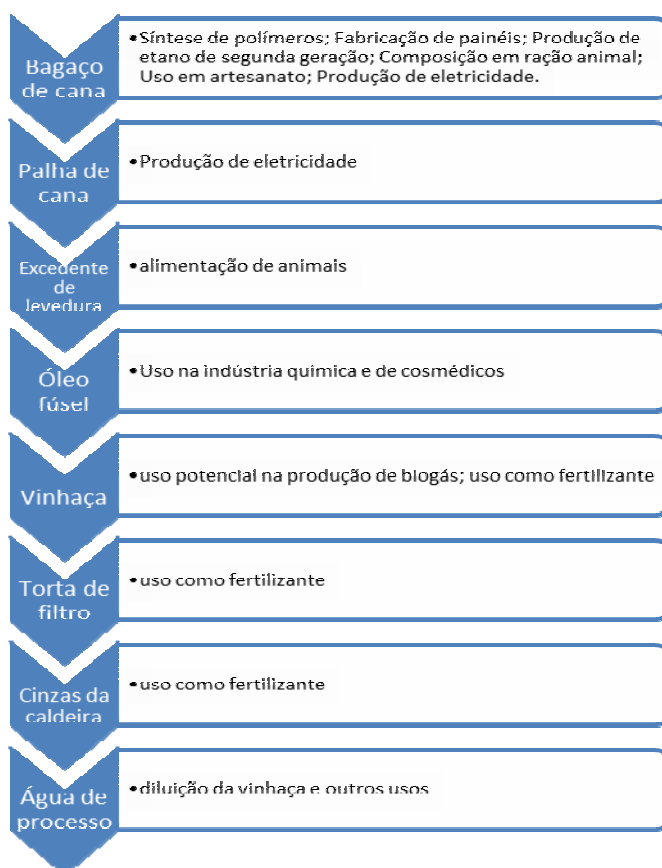
Fonte: SIAMIG, 2009 apud COSTA, M. A. et al, 2009.

A produtividade média por hectare observada atualmente no Estado de Minas Gerais gira em torno dos 80 ton/ha. Algumas empresas, com plantio mecanizado e o treinamento da força de trabalho para a realização do plantio atingem valores de produtividades em até 50% superiores da média (COSTA et al, 2009).

3. Co-produtos e seus aproveitamentos.

Os co-produtos da cadeia produtiva do etanol e suas potencialidades estão representados na matriz esquemática, representada na figura 2 a seguir:

Figura 2 – Co-produtos e seus aproveitamentos



Fonte: Costa et al, 2009.

Assume um papel destacado no aproveitamento dos co-produtos do setor o bagaço da cana na queima nas caldeiras, cumprindo a função de combustível que viabiliza o negócio. O vapor produzido nas caldeiras, além de suprir as necessidades internas do processo, é empregado para geração de eletricidade em geradores acionados a turbinas a vapor. Com essa prática, as usinas tornam-se auto-suficientes em energia elétrica, durante todo o período de moagem da cana. Em função disso a perspectiva de expansão da capacidade produtiva de geração de eletricidade se coloca no horizonte do setor que almeja o ingresso no mercado de venda de eletricidade²³. Há casos de usinas, devido ao seu baixo consumo de energia, que vendem o excesso de bagaço para outras usinas que já comercializam a sua eletricidade excedente ou para outras indústrias, como as de celulose e as de extração de óleo de soja. Pesquisas concentradas em instituições públicas ou privadas, ainda sem expectativa de resultados para o curto prazo, apontam para a produção do etanol de segunda geração, obtido por meio do processo de hidrólise²⁴ do bagaço da cana:

O alvo é aproveitar o bagaço e a palha da cana-de-açúcar, fontes de celulose que respondem por dois terços da energia da planta, mas não são convertidos em biocombustíveis (MARQUES, F. “O alvo é o bagaço”. Pesquisa FAPESP, setembro 2009, p. 17).

Há um potencial de ampliar o leque de matérias-primas, utilizando não só o bagaço, como também, as folhas da cana-de-açúcar (Salsa, 2009). Contudo, a tecnologia precisa reduzir custos a ponto de compensar a mudança do uso, já eficiente, que se faz hoje do bagaço de cana, baseado na queima para gerar eletricidade nas usinas de álcool

23 Contudo, há fatores limitantes: distância das linhas de transmissão de energia, os entraves oferecidos pelas concessionárias, a falta de linhas de créditos específicas e, em alguns casos, cautela de parcela do setor em investirem num mercado desconhecido e em estruturação (COSTA, M. A. et al, 2009).

24 Processo químico de quebras de moléculas. Resíduos como aparas de madeira, bagaço e palha de cana ou sabugo de milho são formados por celulose e podem ser transformados em biocombustíveis quando submetidos a reações de hidrólise. O bagaço e a palha são constituídos por celulose, um polímero de glicose formado por seis carbonos, as hexoses; por hemicelulose, composta por açúcares de cinco carbonos, chamados de pentoses e não aproveitados ainda para a produção de açúcar; e pela lignina, um material estrutural da planta, associado a parede vegetal celular, responsável pela rigidez, impermeabilidade e resistência a ataques aos tecidos vegetais. Para que as biomassas possam ser utilizadas como matérias-primas para processos químicos e biológicos, elas precisam ser submetidas a um pré-tratamento capaz de desorganizar o recalcitrante complexo lignocelulósico. A lignocelulose é um açúcar que compõe todas as fibras vegetais (MARQUES, F. “O alvo é o bagaço”. Pesquisa FAPESP, setembro 2009 e SALSA, C. “Árvore ‘genealógica’ dos biocombustíveis: várias gerações do etanol e tecnologias associadas”. Portal EcoDebate. Pesquisado em 20/06/10. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/09/25/arvore-genealogica-dos-biocombustiveis-varias-geracoes-do-etanol-e-tecnologias-associadas-artigo-carol-salsa/>)

e açúcar²⁵. Estudos apontam para a potencialidade competitiva do etanol, ampliando sua produção sem precisar aumentar na mesma proporção a área plantada de cana-de-açúcar:

Estudos conduzidos no âmbito do Projeto Bioetanol, uma rede de pesquisa financiada pelo governo federal, apontam que uma destilaria que produz hoje 1 milhão de litros de etanol por dia do caldo da cana poderia inicialmente, com a tecnologia de hidrólise, gerar um adicional de 150 mil litros de etanol do bagaço. Em 2025, com a técnica aperfeiçoada, a mesma produção poderia ter um acréscimo de 400 mil litros provenientes do bagaço recuperado. A palha da cana é outra fonte de extração de etanol. Com o abandono da prática das queimadas, tende a ser utilizada como fonte de celulose (MARQUES, F. “O alvo é o bagaço”. Pesquisa FAPESP, setembro 2009, p. 18).

Em contrapartida, há a geração de um poluente que impõe a demanda de uma destinação segura. Pois, a produção do etanol proveniente de hidrólise gera o vinhoto, resíduo da destilação para recuperação do etanol, que não contém potássio e fósforo perdendo sua funcionalidade como fertilizante (MARQUES, F. “O alvo é o bagaço”. Pesquisa FAPESP, setembro 2009). A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais, assume importância destacada no desenvolvimento da produção do etanol de segunda geração. Segundo SALSA (2009), em Minas Gerais, cerca de R\$ 1 milhão será investido no município de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, para a instalação de uma Unidade Básica de Apoio à Pesquisa (Ubp) voltada ao desenvolvimento de etanol de segunda geração. Os investimentos são da ordem de R\$ 800 mil que virão de emenda parlamentar, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia, enquanto R\$ 200 mil virão da contrapartida do Governo de Minas.

A torta de filtro, as cinzas são utilizadas como fertilizantes e corretores de solo, incorporados às lavouras, enquanto a vinhaça é utilizada na fertirrigação. Existem algumas análises e projetos sobre a possibilidade de instalação de biodigestores para tratamento da vinhaça e produção de biogás, que poderá ser utilizado como combustível nas caldeiras, garantindo o fornecimento energético ao longo do ano.

Podemos sintetizar em um fluxograma a matriz de aproveitamento de co-produtos no estado de Minas Gerais em que se destacam os usos atuais e os principais potenciais a serem desenvolvidos na cadeia produtiva do setor sucroalcooleiro:

25 “A saída para o problema tem sido considerada o desenvolvimento de métodos e tecnologias baseados no conceito de integração energética” (SALSA, C. “Árvore ‘genealógica’ dos biocombustíveis: várias gerações do etanol e tecnologias associadas”. Portal EcoDebate. Pesquisado em 20/06/10. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/09/25/arvore-genealogica-dos-biocombustiveis-varias-geracoes-do-etanol-e-tecnologias-associadas-artigo-carol-salsa/>).

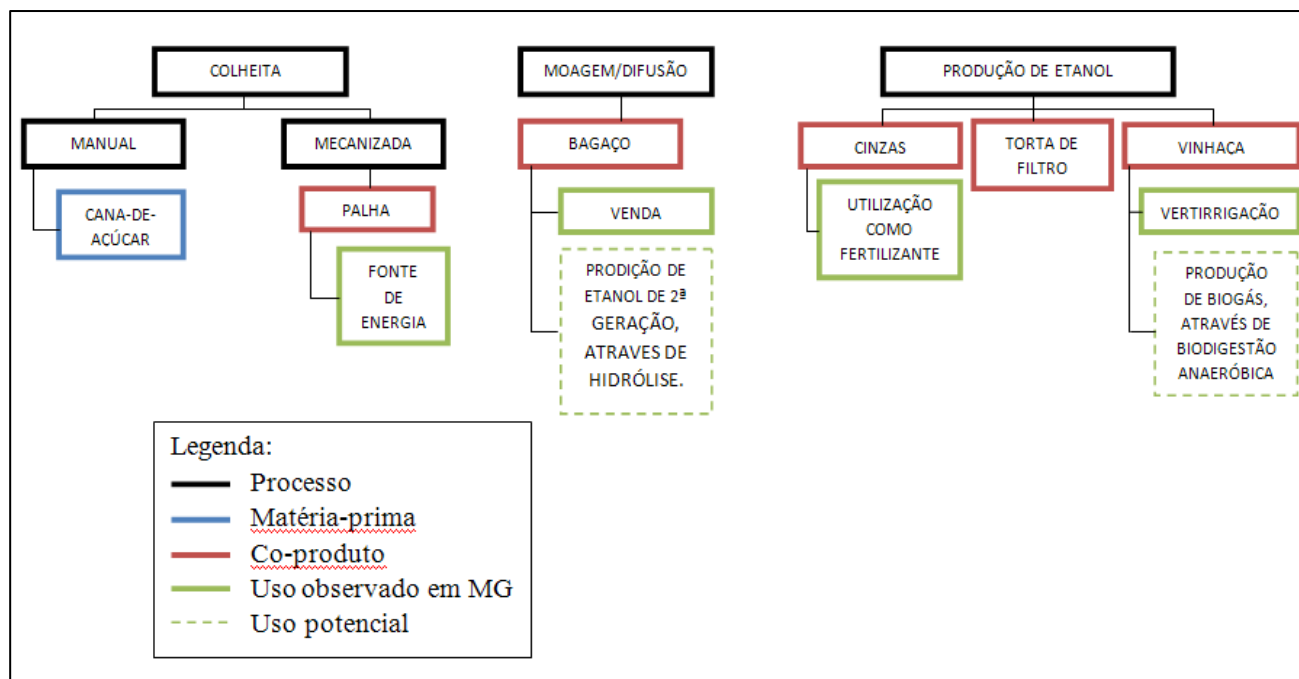


Figura 3 – Matriz de aproveitamento de co-produtos no estado de Minas Gerais

Fonte: Costa et al, 2009.

É importante ressaltar que este investimento tecnológico não tem se traduzido em qualificação profissional para grande maioria dos trabalhadores:

Pablo: Esses trabalhadores que trabalham no corte da cana aqui, estes ambulantes, qual que é a origem deles?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Olha, é muito variado, aqui, por exemplo, na usina CNA ate que praticamente a grande maioria são fixo de Ituiutaba. Mas tem trabalhadores aqui que trabalham na usina Triálcool e na usina Vale do Paranaíba, que são, por exemplo, aqui em Ituiutaba hoje está com três alojamento de trabalhadores cortadores de cana dessas unidades da Triálcool e da Vale, Tudo alojamento grande, são trabalhadores do Piauí, do Maranhão, de Alagoas, do norte de Minas também tem muitos, tem da Bahia, tem trabalhador de várias regiões do país, e a gente lamenta muito por que infelizmente largam suas famílias vem sonhando que realmente vão ter um ganho bom, onde vão ter condições de levar um dinheiro de volta para suas famílias e infelizmente o setor sucroalcooleiro hoje não remunera igual remunerava no passado, a tecnologia chegou, as canas hoje são plantadas mais perto, maior quantidade de cana na rua e com isso o trabalhador trabalha mais e ganha menos. O excesso de trabalho, e, lamentavelmente, a gente tem brigado, procurado melhorar, mas você percebe que infelizmente o empregador, conta hoje, com um poder de barganha muito forte, por que eles têm a mecanização e pressiona ou o trabalhador trabalha ou vai por maquina, vai por isso e aquilo, essas maquinas muitas das vezes subsidiadas pelo governo, com dinheiro do BNDS. Quer dizer, muito incentivo para o setor sucroalcooleiro e, lamentavelmente, eu não vejo nenhum incentivo, nenhuma contrapartida do governo, nem estaduais, nem municipais, nem federal no sentido de reenquadrar este trabalhador, falam-se muito em qualificar os trabalhadores, as empresas, mas está comprovado qualquer empresa mecanizada por mais que aproveite aquele trabalhador do corte de cana não chega no máximo a 8% que vai ser reaproveitado. Quer dizer, no mínimo 90% destes

trabalhadores vão ficar desempregados e a maioria das usinas hoje já são 100% mecanizadas (Pesquisa realizada em 19/10/11).

Os limites da qualificação não se apresentam somente por uma questão numérica, por que com a mecanização tem espaço para poucos. Há limites de outras ordens, como, por exemplo, o fator etário:

Pablo: A idade também, se for uma pessoa mais idosa...

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Não a idade, tanto no plantio quanto no corte de cana normalmente as empresas nem contratam...

Pablo: Nem pegam né?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Nem pega. Quando pega uma pessoa mais idosa é no caso da capina, matar uma formiga, mas é um número reduzido. O setor sucroalcooleiro, o setor produtivo, normalmente se você for olhar a faixa de idade é de 35 anos para trás. De 18 anos até os 35 passou daí dificilmente é contratado numa usina. No transporte ainda vai, mas para o serviço braçal não vai. (Pesquisa realizada em 19/10/11).

E a própria natureza do trabalho:

E pessoas que a idade já está avançada, não tem como requalificar, não tem como voltar à escola. Por que como que um cidadão desses bate um podão o dia todo ou trabalha o dia todo aí no cabo de uma enxada e vai para uma sala de aula e estudar para qualificar, realmente é inviável mesmo. Eu falo por que eu já fiz isso, trabalhar na roça o dia inteiro e ir para uma sala de aula, você cochila muito mais do que estuda, entendeu? Infelizmente (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG. Pesquisa realizada em 19/10/11).

Percebemos que o discurso sobre a qualificação da força de trabalho neste setor tem se resumido em incrementos tecnológicos. Este discurso não leva em conta a diminuição dos postos de trabalho, os limites impostos pela própria natureza do universo da força de trabalho, como por exemplo, a baixa escolaridade e nem mesmo os próprios limites que estão colocados pela própria natureza degradante do trabalho. Cumpre, ainda, em conformidade com as pretensões iniciais desta pesquisa analisarmos, de forma breve, o histórico do sindicalismo rural brasileiro para, em seguida, analisarmos os impactos desse modelo de reestruturação produtiva no setor sucroalcooleiro ao sindicalismo rural.

CAPÍTULO 3

Breve histórico do sindicalismo rural brasileiro

O Sindicato é um fenômeno típico do sistema capitalista. Ele só surge no modo de produção capitalista. A palavra surge do francês - *syndic* - que significa “representante de uma determinada comunidade”. Com a queda do feudalismo na Europa, num longo processo iniciado a partir do século XVII, a sociedade se divide claramente em duas classes. Lênin sintetizou de forma clara as principais características desse sistema:

“Denomina-se capitalismo a organização da sociedade em que a terra, as fábricas, os instrumentos de produção etc., pertencem a um pequeno número de latifundiários e capitalistas, enquanto a massa do povo não possui nenhuma ou quase nenhuma propriedade e deve, por isso, alugar sua força de trabalho. Os latifundiários e industriais contratam os operários, obrigando-os a produzir tais ou quais artigos que eles vendem no mercado. Os patrões pagam aos operários exclusivamente o salário indispensável para que estes e suas famílias mal possam sub-existir. Tudo o que o operário produz acima dessa quantidade de produtos necessária a sua manutenção, o patrão embolsa isso: isso constitui o seu lucro. Portanto, na economia capitalista, a massa do povo trabalha para os outros, não trabalha para si, mas para os patrões, e o faz por um salário. Compreende-se que os patrões tratem de reduzir o salário, quanto menos aos operários, mais lucro lhes sobra. Em compensação, os operários tratam de receber o maior salário possível para poder sustentar sua família com uma alimentação abundante e sadia, viver numa boa casa e não se vestir como mendigos. Portanto, entre patrões e operários há uma constante luta pelo salário” (LÊNIN apud BORGES, 2006).

É dessa luta cotidiana, inerente ao capitalismo, que surgem as primeiras formas de organização dos trabalhadores. Elas nascem como resultado do esforço espontâneo dos operários para impedir ou atenuar a exploração. Para elevar os seus lucros, o capitalista necessita extrair o máximo de mais-valia, que é o trabalho excedente não repassado ao operário na forma de salário (BORGES, 2006). Nas palavras de Marx (1972), a lógica que subjaz este processo é que:

(...) há uma grande diferença entre o montante do salário determinado pela oferta e procura e o montante do salário que o vendedor – o operário – é forçado a aceitar, quando o capitalista trata com cada operário isoladamente e lhe impõe um salário abaixo, explorando a miséria excepcional do operário isolado, independentemente da relação geral da oferta e da procura. Em consequência, os operários unem-se para se colocarem, de certo modo, num pé de igualdade com o capitalista no que respeita ao contrato de compra e venda do seu trabalho. É essa a razão (a base lógica) dos sindicatos (MARX, 1972, p. 47-48).

A história brasileira registra movimentos marcantes da luta e resistência camponesa contra os latifúndios e as formas de violência e poder que dele emanam²⁶. Foi assim com as revoltas indígenas²⁷ e os Quilombos, ainda no período colonial, com os movimentos de Canudos, do Contestado e do Cangaço, na fase da República Velha, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 1950 e 1960, com a organização e resistência de diversas organizações contra a ditadura militar, destacando-se a guerrilha do Araguaia na década de 1970 e mais recentemente com as lutas no campo e na cidade organizados em uma variedade de movimentos sociais. Tais movimentos mostram, acima de tudo, quão antiga é a aspiração dos trabalhadores do campo pela conquista da terra bem como são antigas as modalidades de resistência ao jugo do latifúndio que são criadas em cada contexto histórico (OLIVEIRA, 2005).

Marx, no Tomo I de O Capital, “A Assim Chamada Acumulação Primitiva”, descreve da seguinte forma a expropriação da classe camponesa enquanto um processo constitutivo do capitalismo:

A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em seqüência diversa e em diferente épocas históricas (MARX, 1985, p. 263).

E ainda, no Tomo III, “Metamorfose do Sobrelucro em Renda Fundiária”, aponta como característica que “A propriedade territorial pressupõe o monopólio de certas pessoas que lhes dá direito a dispor sobre determinadas porções do planeta como esferas privativas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras” (MARX, 1985, p. 124).

Com o desenvolvimento do setor agrícola, a valorização das terras foi ponto chave para os problemas agrários no país, iniciando um processo de massacre que foi o das expropriações dessas terras, forçando o trabalhador rural a vender sua própria mão-de-obra, surgindo a proletarização do trabalho no campo²⁸ (IANNI, 1985; DUARTE,

²⁶ “As principais revoluções latino-americanas, ocorridas no século XX, foram influenciadas pelos camponeses. Algumas podem ser consideradas principalmente revoluções camponesas. Outras somaram diferentes forças sociais, dentre as quais sobressaíram as urbanas, em especial operárias. Mas todas estavam marcadas pela presença de camponeses” (IANNI, 1985, p. 16).

²⁷ “Os índios de Matagalpa responderam à pressão oligárquica iniciando uma guerra de grandes proporções, na qual chegaram a mobilizar mais de 7.000 combatentes indígenas...” (ROMÁN apud IANNI, 1985, p. 17). “A questão indígena emerge de nossa economia. Suas raízes estão no regime de propriedade da terra” (MARIATEGUI apud IANNI, 1985, p. 18). “Sob vários aspectos, mas sempre compreendendo a questão da terra, os movimentos e lutas indígenas e camponeses mesclam-se no passado e no presente” (IANNI, 1985, p. 18).

²⁸ “Vários governos latino-americanos adotaram políticas de demarcação e titulação com o objetivo de privatizar as terras devolutas, tribais, comunais, camponesas, ocupadas. (...) os governos adotaram

2008). Como bem caracterizou SILVA (1999) a ocorrência deste processo na região do Vale do Jequitinhonha – MG:

De antemão, cabe dizer que, tal expropriação, culminando com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização (SILVA, 1999, p. 27).

E identifica ainda grande semelhança entre a ocorrência desse processo de expropriação com o processo de acumulação primitiva, analisado por Marx, na Inglaterra:

Neste país, a transformação do camponês em operário levou séculos para se consolidar. A tomada das terras, os enclosures, os arrendamentos de terras pelos rendeiros capitalistas, efetivaram-se por intermédio de legislação específicas produzidas pelo Estado, sobretudo após a Revolução Gloriosa de 1688 (SILVA, 1999, p. 28).

Assim, pode-se dizer que o próprio sistema econômico novo fez com que se criasse a base das novas e múltiplas reivindicações por parte dos movimentos. Desde 1903, se registram as primeiras tentativas no plano legal de organização sindical do trabalhador rural. No entanto, através do Decreto 979, as intenções já apontavam para o cerceamento da liberdade de organização dos trabalhadores rurais, principalmente os colonos do café, que iniciavam movimentos de resistência e contestatórios às condições de trabalho vigentes (IANNI, 1985; THOMAZ JR, 1998; DUARTE, 2008).

No final da década de 1940, surgiram as primeiras organizações de trabalhadores no campo, constituindo-se por local de conflito. Do ponto de vista da regulamentação sindical, amparou-se na "*possibilidade de organização em quatro categorias distintas: trabalhadores na lavoura, trabalhadores na pecuária e similares, trabalhadores na produção extrativa e produtores autônomos*" (MEDEIROS, 1989, p. 2).

Há uma importante distinção feita por RIBEIRO (2006), em que revela que grande parte da historiografia negligenciou a importância dos trabalhadores rurais ao modelo de desenvolvimento capitalista que a burocracia estatal procurara desenvolver entre 1930 e 1954. Entretanto, emerge uma nova perspectiva que sublinha o quão essencial era incorporar as massas rurais, fossem como produtores para a cidade em

políticas destinadas a favorecer o monopólio das terras por grandes negociantes, latifundiários, fazendeiros e empresários, nacionais e estrangeiros. (...) adotavam-se leis destinadas a liquidar as terras das comunidades indígenas, expulsar camponeses das terras ocupadas, transformar trabalhadores rurais autônomos em vendedores de força de trabalho, incentivar o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo" (IANNI, 1985, p. 16-17).

expansão ou na condição de consumidores dos produtos gerados pela cidade, para os propósitos industrializantes da referida burocracia estatal. Essa incorporação era possível por meio de uma luta, ora declarada, ora surda, entre as burocracias emergentes e os setores oligárquicos agrários, muitas vezes incrustados no aparelho estatal, esforçando-se com êxito para evitar mudanças, tais como a implantação de uma legislação trabalhista no campo e a reforma agrária.

Esta nova perspectiva parece-nos ter maior capacidade explicativa da realidade à época na medida em que se verifica que apesar das contradições entre burocratas e oligarcas tanto o Estado continuava necessitando dos recursos gerados pelas exportações primárias, como os setores proprietários continuavam dependendo de recursos estatais (crédito, estradas, facilidades bancárias e principalmente a conservação da ordem fundiária vigente).

Ao final do Estado Novo Vargas instituiu o decreto-lei 7038/44, em respostas às pressões das lutas presentes nas cidades e no campo e objetivando recriar uma relação de forças ao seu favor²⁹, que apesar das dificuldades permitia a organização sindical rural, estabelecendo que cinco sindicatos formassem uma Federação e três Federações poderiam criar uma Confederação (THOMAZ JR, 1998; RIBEIRO, 2006).

A partir de meados dos anos 1950, sob influência de greves que abrangeu diversas categorias de operários urbanos em São Paulo, emergiram na cena política, diferentes categorias de trabalhadores em luta (meeiros, foreiros, colonos, camaradas, posseiros etc.). Que questionavam as desigualdades sociais, tendo como referência a estrutura fundiária, que tinha nas alianças sustentadas dentro do Estado, ardorosos defensores do latifúndio. Notabilizando-se as Ligas Camponesas, com a conotação de "*um movimento radical de constestação ao sistema de monocultura, à mecanização e à estrutura fundiária nordestina*" (RICCI, 1990, p. 4), que tomava o nome de latifúndio, sinônimo não só de grande propriedade, mas também das formas de dominação e opressão nela existente. Segundo MONTENEGRO (1993) o período que compreende a transformação das Ligas Camponesas em um amplo instrumento de organização e luta dos trabalhadores é entre 1955 até o golpe militar de 1964. E ainda que a sindicalização rural estivesse prevista na Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, fosse compatível

²⁹ “Especialmente em momentos nos quais os regimes populistas buscavam legitimar-se através das urnas, procuravam atrair para sua órbita de influências os camponeses, com a possibilidade de benefícios como a legislação trabalhista, o acesso à terra e, no caso argentino, a garantia de permanência dos arrendatários na terra” (RIBEIRO, 2006, p. 2).

com os termos da Constituição de 1946 e anunciada como meta de diversos governos, era barrada pela pressão do bloco agrário (LESSA, 1985). Ou seja:

Em todo o Brasil os trabalhadores rurais se organizavam e encaminhavam ao Ministério do trabalho as cartas de sindicalização, mas estas não eram autorizadas por pressão dos proprietários através da Confederação Rural Brasileira. É nesse cenário que os foreiros do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão/PE, decidem criar uma associação de ajuda mútua, de forma que pudessem de maneira solidária socorrer uns aos outros nos momentos de necessidade. Dessa maneira, acreditam que poderiam melhor enfrentar problemas como o atraso no pagamento do foro e até o enterro dos seus mortos, que era então realizado num caixão coletivo, cedido pela prefeitura, que, depois de utilizado, era novamente devolvido (MONTENEGRO, 1993, p. 2).

Segundo THOMAZ JR (1998), com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, sob o comando do dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Paulo Travassos, já em 1956, realizou o I Congresso Camponês de Pernambuco, onde essa entidade passou a abranger todo o Estado, com forte ligação com os segmentos populares. O que fez crescer ainda mais suas ações (comícios, marchas etc.) e reforçar sua organização interna. A primeira grande vitória foi a desapropriação do engenho Galiléia, em 1959.

Neste período a resistência às transformações no agrário brasileiro podia ser verificada quando João Goulart, ministro do trabalho, estimulou a sindicalização rural, e enfrentou forte resistência tanto da Sociedade Rural Brasileira, como da mais “moderada” Sociedade Nacional de Agricultura, que culminou com a rejeição do sindicalismo rural no anteprojeto da lei enviado ao parlamento em inícios de 1954. Por outro lado, mesmo com a ilegalidade do Partido Comunista do Brasil, este apoiou e ajudou a organizar uma Revolta de Posseiros, ocorrida em Porecatu (Paraná), como foco inicial de uma insurreição armada. Fracassado o levante, o Partido voltou suas atenções para o trabalho legal nos sindicatos, criando em 1953 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil³⁰. Mesmo após a paralisia da atuação do PCB no meio agrário, causada pelas dissensões após o XX Congresso do Partido Comunista Soviético³¹, os camponeses organizavam-se nas novas Ligas Camponesas do Nordeste,

³⁰ “O trabalho mais importante do PCB era na região de Palmares, cujo sindicato nasceu a partir da Liga Camponesa de Água Preta, fundada em 1957. O sindicato de Palmares abrangia 21 municípios e funcionava como uma federação. Chegou a ter 45 mil sócios, antes de 1964. Participava das lutas específicas, localizadas, reivindicativas, e também das lutas gerais, políticas, muito comuns nessa época em que havia um clima de maior liberdade de expressão e um avanço no que diz respeito à organização e politização dos trabalhadores” (JACCOUD apud LIMA, 2005, p.1).

³¹ “Um grande número de quadros do PCUS foi eliminado pelos nazistas durante a Segunda Grande Guerra, o que favoreceu enormemente o surgimento de elites oportunistas que rapidamente se infiltraram

ou na resistência a expulsão de posseiros no Paraná, o que significava já estarem se organizando, mesmo sem a presença do Partido ou do Ministério do Trabalho (LIMA, 2005; RIBEIRO, 2006).

É nesse quadro de enfrentamento que o Estado "resolve por bem", institucionalizar a sindicalização rural. Só em junho de 1962 "fora regulamentado, pela portaria 209-A do Ministério do Trabalho, e estabelecia dezenas de categorias para efeito de enquadramento". Contudo, em novembro do mesmo ano, a sindicalização rural é institucionalizada, através das portarias 209-A/25 e 355-A do Ministério do Trabalho, reduzindo para quatro o número de categorias profissionais para enquadramento: assalariados (trabalhadores na lavoura); pequenos produtores autônomos (arrendatários, meeiros, parceiros, foreiros); pequenos proprietários e posseiros. Instituído-se de forma plena, em 1963, com a aprovação do Estatuto do trabalhador Rural (ETR) (RICCI, 1990).

Com o golpe militar em 1964 o governo promulga o Estatuto da Terra, em 30 de novembro de 1964, ainda que em seu discurso versasse sobre a melhor distribuição da terra na prática tinha por objetivo a capitalização das terras, transformá-las em bem de negócio estimulando o desenvolvimento de empresas agrícolas, de grande, pequeno e médio porte. A partir de 1965 o regime militar unifica todas as categorias sob uma única entidade, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) em nível nacional e estadual

e passaram a dominar importantes postos no aparelho do Partido e do Estado soviético (...). O XX Congresso aprovou teses sobre o término da guerra imperialista e o advento da transição pacífica ao socialismo. (...). Manoel Lisboa afirmou que "O XX Congresso do PCUS apenas deu cobertura jurídica para o reformismo do Partido." Capitanearam esta luta o Presidente Mao Tse-tung e o Partido Comunista da China. (...). Em 1957 e 1960 realizaram-se em Moscou duas Conferências de Partidos Irmãos. As teses kruschovistas são desmascaradas pelo PCCh, mas os "soviéticos" boicotaram a divulgação das críticas desrespeitando-as inteiramente. As teses, entre elas as *Três Pacíficas*, serão consolidadas no XXII congresso do PCUS, em outubro de 1961, onde Kruschov lança as teorias dos Dois Todos que, com as primeiras, formam o esteio teórico do revisionismo moderno. Entre junho de 1963 e novembro de 1964 o PCCh denuncia minuciosamente as cinco teses kruschovistas. Os Dois Todos, (Partido de todo o povo e Estado de todo o povo), dizia, decretam o fim do partido de classe e da ditadura do proletariado, negando a luta de classes no socialismo. As *Três Pacíficas* (tomada do poder pela via pacífica, coexistência pacífica e emulação pacífica) desarmam os partidos comunistas para o combate. A teoria da "transição" pacífica, acusava o PCCh, empurra os partidos para o eleitoralismo e a conciliação. O conceito de coexistência pacífica, deturpado, passa a apregoar o pacifismo nos países capitalistas, não separa mais as guerras justas das injustas e capitula-se frente ao imperialismo. Com a "emulação pacífica" é superestimado o papel das forças produtivas, colocando a necessidade de melhor desempenho nas empresas à maneira do gerenciamento capitalista, sob a máscara de concorrência com o imperialismo. De fato, iniciou-se uma política de conluio e pugna do social-imperialismo russo com o imperialismo pela partilha do mundo. (...). Ante a vergonhosa capitulação da direção do PCBrasileiro frente ao golpe de 1964, os quadros revolucionários que ali ainda restavam, como Marighela, Joaquim Câmara Ferreira e Mario Alves, bem como inúmeros jovens revolucionários, rompem com a direção e fundam diversas organizações, passando à luta armada. A grande maioria foi abatida pela reação ou pelo conluio do revisionismo e da reação, se desintegrando lentamente no enfrentamento, nos cárceres, no exílio, mais tarde, nos partidos burgueses, ou se esgotaram heroicamente no tempo. Outros sobreviveram de forma digna" (CARCERELLI, 2004).

criava-se a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura (FETAG's). Chegando até em algumas localidades a ter nos seus quadros, pescadores e, em muitos casos, patrões (pequenos proprietários e/ou produtores) e empregados (assalariados e semi-assalariados rurais) (MARTINS, 1981; THOMAZ JR, 1998).

A repressão perpetrada aos trabalhadores rurais e suas lideranças, que na grande maioria foram presos e muitos dos sindicatos fechados ou transformados em órgãos de assistências médicas e odontológicas aos seus associados promoveu uma evasão de suas bases. As lembranças dessa época aparecem nos relatos do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG:

Pablo: Este histórico do número de filiados desde 1995 pra cá tem crescido, ou antes, teve mais...

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Olha, o sindicato no início do movimento do movimento sindical, justamente nessa época de fundação do sindicato, já teve mais sócios. Na época o sindicato, depois do golpe de 1964, do golpe militar, ditadura... Onde muitos sindicatos deixaram de existir. Aos poucos foram refazendo, quando recomeçou a partir de uma época que praticamente fechou a maioria dos sindicatos, alguns sindicalistas inclusive foram presos, foi uma série de problemas que o movimento sindical enfrentou. Ai ficou atrelado ao Ministério do Trabalho, há um bom tempo atrelado ao Ministério do Trabalho tinha o controle de eleições de um monte de coisa. A partir da constituição de 1988, houve este desligamento do Ministério do Trabalho, o Ministério do Trabalho tem ainda certa influência, mas que não tem esse controle rigoroso, a liberdade e a autonomia sindical praticamente não existia. E, com isso, naquela época, o Governo implantou dentro do movimento sindical, praticamente um ambulatório, médico, dentista, remédio, e com isso, o sindicato era muito mais como um ambulatório médico do que mesmo um movimento sindical de luta pela classe. Com o tempo automaticamente isso foi deixando de acontecer e o sindicato, sem dúvida nenhuma, os trabalhadores até que eles entenderam o quê que era realmente o objetivo do sindicato houve um esvaziamento dos associados. Agora, hoje, de uns tempos para cá, 3 a 4 anos pra cá o movimento sindical tem melhorado muito, os sócios tem percebido a importância do sindicato, até por que pelo número de acordos, convenções coletivas, os trabalhadores têm, dentro do acordo coletivo que a gente faz, a gente põe a comissão de negociação, os trabalhadores fazem parte da mesa, fazem parte da discussão, tem a comissão permanente dentro das empresas que é ligada ao sindicato. E isso fez com que os trabalhadores acreditassem mais no sindicato, além dos trabalhadores, agricultores familiares, principalmente de luta pela terra, pela reforma agrária, realmente a participação deles hoje, aqui no nosso sindicato, por exemplo, é muito importante. (Entrevista realizada em 19 de outubro de 2011).

Ao mesmo tempo em que se verifica que elementos do COC (Círculos Operários Cristãos), corrente ultraconservadora da Igreja, que atuava em sindicatos recém-fundados em São Paulo e Rio de Janeiro, são nomeados, a mando do governo militar, a dirigir a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)³²:

³² “Vale notar que, na sua criação em dezembro de 1963, articularam-se em torno da primeira diretoria da CONTAG, as forças políticas sob orientação da ULTAB e da Ação Popular (AP), reunindo 24 Federações

Sobre essa lógica interna, os assalariados far-se-ão ausentes das direções políticas das entidades (STR's, FETAG's e da própria CONTAG), refletindo nacionalmente a hegemonia, em ordem decrescente, dos pequenos produtores, arrendatários, parceiros e assalariados no comando diretivo do movimento sindical (THOMAZ JR, 1998).

É na década de 1970 que principia a retomada do movimento sindical por campanhas reivindicatórias por melhoria salarial e melhores condições de vida para o trabalhador. Um dos elementos constitutivos desse processo são os impactos sofridos pelos trabalhadores fruto do processo de "modernização" da agricultura brasileira, com o avanço das monoculturas rumo à agroindustrialização, principalmente a cana-de-açúcar, com o Proálcool. Que só foi possível devido à atuação direta do Estado, através dos projetos de intervenção e das políticas governamentais específicas, tais como, o Proterra, o Polonordeste, SUDAM, SUDENE e, ainda, os incentivos para as cooperativas no sul do país e para a construção de hidroelétricas. Tudo isso, incrementou a especulação imobiliária e fez com que cerca de 16 milhões de pessoas fossem expulsas da terra. (ANDRADE, 1986; THOMAZ JR, 1998).

A intervenção do Estado nos sindicatos durante a ditadura militar trouxe como conseqüência o abandono das referências das lutas dos anos 60 e uma ressignificação da compreensão de Reforma Agrária que, em meados dos anos 80, ficou expresso no PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária): "Nos anos 60, a luta pela reforma agrária visava modificar e potencializar as forças produtivas no Brasil. Atualmente não passa por aí. Passa a ser uma questão social de incorporar os excluídos dentro do próprio processo de desenvolvimento" (STIAA/FETAPE/FASE apud THOMAZ JR, 1998; DUARTE, 2008).

Nesse sentido, o sindicalismo rural, que somente é regulamentado em 1962, no contexto das tentativas de reelaboração do pacto populista, liderado por João Goulart, que não se pautou por acordos com a oligarquia rural, que o rejeitava frontalmente, porém elevou ao extremo, o que se tornou a marca registrada do movimento sindical brasileiro, o corporativismo, o aparelhismo e a referência de "ação" limitada à base territorial de abrangência municipal. De uma maneira ampla, o aparato supraestrutural configurou a vida sindical brasileira, rigidamente assentada na unicidade sindical, só podendo haver um sindicato de cada categoria por município; imposição de uma estrutura vertical, impedindo a constituição de organizações horizontais de trabalhadores; subordinação ao Ministério do Trabalho, que poderia intervir nos sindicatos em diferentes momentos (eleições, prestação de contas, ou qualquer atividade desenvolvida pelas entidades que não fossem permitidas). E, o que viria a se transformar no ancoradouro de inúmeros sindicatos

com direito a voz e voto e 10 como observadoras. Somente mais tarde, as correntes ligadas à Igreja católica se engajariam na montagem de uma chapa para fundar a entidade" (THOMAZ JR, 1998). "O reconhecimento oficial da Contag ocorreu em 31 de janeiro de 1964, por meio do Decreto Presidencial nº 53.517" (Disponível em: <http://www.contag.org.br/index.php>. Acessado em 06/10/10).

"fantasmas" e/ou "pelegos", a instituição do imposto sindical, obrigatório, a contribuição assistencial (arrecadada nos meses de data-base, redistribuídos aos sindicatos, Federações e Confederações, depois de descontados em folha de pagamento, no caso dos assalariados e, à base de percentual da receita, ou outra forma de indexação no caso dos produtores. Sem contar, o assistencialismo, de que já falamos anteriormente, via os convênios com o FUNRURAL, do qual os sindicatos não se furtaram, até porque essa era a única forma de assistência médica e previdenciária para os trabalhadores rurais (THOMAZ JR, 1998).

Cabe destacar ainda a caracterização que GUERRA (1999) realiza sobre as entidades de classe patronais e dos trabalhadores rurais. Define, primeiramente, o sindicato dos trabalhadores rurais como aqueles que agregam:

(...) agricultores e criadores que baseiam suas produções em culturas alimentares (feijão, arroz, milho, mandioca, fruteiras), em criação de animais de pequeno porte ou de bovinos, em pequena escala. Utilizam fundamentalmente a mão-de-obra familiar, assalariam eventualmente ou trocam serviço, possuem ou cultivam em até três módulos rurais (150 hectares) e se articulam ao mercado através de seus excedentes de seus cultivos. Assalariados rurais e outras categorias afins ao meio rural (oleiros, carvoeiros, tratoristas) costumam se abrigar no mesmo sindicato. (GUERRA, 1999, p. 2).

E, posteriormente, define os Sindicatos Rurais ou Sindicatos de Produtores Rurais como entidades compostas por:

Agricultores e criadores que baseiam suas atividades na produção empresarial ou mercantil de culturas ou criações preferencialmente voltadas para o comércio, indústria e exportação (seringueira, castanha, borracha, pimenta, soja, café, abacaxi, dendê, fruteiras em geral, bovinos e bubalinos). Essas atividades fundamentam-se na produção de larga escala e no assalariamento. Os membros desta categoria são proprietários ou detentores de grandes extensões de terra, o que lhes identificam na literatura sociológica adjetivados como grandes proprietários ou latifundiários. Nas organizações onde se fazem representar, o discurso é afirmativo de sua condição de proprietários, empresários e produtores, associando a ideia de atividade agrícola desenvolvida como produção industrial. Os princípios da lucratividade e eficiência regem esta categoria. (GUERRA, 1999, p. 2-3).

No campo simbólico, ambas reivindicam para si o atributo de proprietários. E após as disputas expressas na constituinte de 1988, em que a função social da terra se fortalecia e se tornava referência no debate, a imagem de produtores assume importância nos discursos, indicando outro elemento importante na estratégia das classes patronais rurais:

Recentemente, a criação massiva de Sindicatos de Produtores Rurais, substituindo os Sindicatos Rurais, denominação vaga e usual das entidades patronais, indica uma nova estratégia de recrutamento e de fortalecimento do quadro social: disputar os pequenos e médios proprietários rurais em crise de consciência de classe, associando-os sob a designação de Produtores Rurais e sedimentar uma cultura de fazendeiros-empresários modernos, ativos organizados e legitimados por um quadro social definido e mobilizável. (...).

A mudança do nome dos sindicatos e a intensificação de fundação de novas bases não representa, em si mesma, uma modificação na qualidade da categoria representada, mas significa uma clara alteração da posição das entidades patronais no campo sindical. Elas assumem um caráter social diferenciado, superando a imagem pejorativa de latifundiários, afirmando-se como produtoras. Por consequência, explicita os sem-terra e os assalariados como seus detratores e inimigos, impingindo-lhes a imagem (negativa) de invasores, marginais, ilegais, ameaçadores da paz e da propriedade. Nesta disputa evidencia-se a propriedade ou não da terra como o divisor de águas entre os dois pretendentes ao título de produtores rurais. (GUERRA, 1999, p. 3).

No caso particular dos trabalhadores rurais cortadores de cana Silva e Wensko (2003) ao realizarem pesquisas na região de Ribeirão Preto/SP caracterizam a década de 1990 como:

(...) a década perdida em relação aos direitos dos trabalhadores rurais em razão do processo de precarização das relações de trabalho, decorrente da reestruturação produtiva das empresas agrícolas. Esta situação desencadeou, por um lado, a exclusão, desemprego, refluxo dos movimentos sindicais, das greves, e, por outro lado, o processo de resistência por meio das relações jurídicas (SILVA e WENSKO, 2003, p.2).

A década de 1990 que pode ser caracterizada como uma década perdida em relação aos direitos dos trabalhadores significa, contraditoriamente, uma década de aumento de produtividade e lucratividade para a classe patronal rural. Segundo ALVES (2006) os cortadores para garantirem seus empregos precisavam cortar uma média de 12 toneladas de cana por dia, se comparada à década anterior, em 1980, em que a média era de seis toneladas por dia, representa um aumento de 100% da produtividade média do setor. Essa realidade também foi sentida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG:

Pablo: Como que o senhor vê essa profissão do cortador de cana como que ele era antes de 1995 e como que ele é hoje? Quais as alterações e as mudanças que o senhor tem percebido na função desempenhada por aquele trabalhador?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Olha, na verdade, até 1995 a média de corte de cana de podão de um trabalhador era em torno de oito toneladas, sete toneladas. Hoje a média de corte de cana das empresas chega a 12, 15 toneladas, tem empresa que chega até mais. Quer dizer prova disso é que o trabalhador dobrou a capacidade de trabalho dele, e infelizmente, volto a falar, o ganho desse trabalhador não dobrou, não acompanhou. Por mais que o sindicato briga, por mais que a gente faz o trabalho de defesa do trabalhador, com a mecanização as empresas usam do poder que tem na mão de pressão. Quer dizer, era muito comum a greve no setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo, aqui em Minas mesmo, aqui na região já tivemos greve de 12 dias, 18 dias, quer dizer o trabalhador tinha coragem de brigar por melhoria de vida e condição de trabalho. Hoje por mais que o sindicato pejeja não que a gente fica correndo atrás de fazer as greves, mas a greve é um instrumento do direito de luta do trabalhador e infelizmente é a única maneira de você fazer o empregador respeitar o sindicato e os trabalhadores, só que normalmente os trabalhadores,

infelizmente, sentem isso e, lamentavelmente, hoje nós temos uma dificuldade enorme com relação ao ministério do trabalho e emprego. (Entrevista realizada em 19/10/11).

É importante notar que a literatura pesquisada aponta para uma tendência nacional que pode ser verificada no caso particular do município de Ituiutaba –MG. Conforme, ainda, ALVES (2006) o aumento significativo da produtividade do setor, deve-se a um conjunto de fatores, que podem ser resumidos em:

- O aumento da quantidade de trabalhadores disponíveis para o corte de cana devido a três fatores: i. O aumento da mecanização do corte de cana. ii. O aumento do desemprego geral, provocado por duas décadas de baixo crescimento econômico. iii. A expansão da fronteira agrícola para as regiões do cerrado, atingindo o sul do Piauí e a região da pré-amazônia maranhense, destruindo as formas de reprodução da pequena propriedade agrícola familiar, predominante nestes estados, disponibilizando força de trabalho.
- Seleção mais apurada pelos departamentos de recursos humanos das usinas, que levou à seleção de trabalhadores mais jovens, redução da contratação de mulheres e a possibilidade de contratação de trabalhadores oriundos de regiões mais distantes de São Paulo (norte de Minas, sul da Bahia, Maranhão e Piauí).
- A implementação de período de experiência, no qual os trabalhadores que não conseguissem atingir a nova média de produção, 10 toneladas de cana por dia, eram demitidos antes de completarem três meses de contrato (ALVES, 2006, p.96).

Segundo Silva e Wensko (2003), cálculos recentes estimam que durante a década de 1990 os trabalhadores no corte da cana foram reduzidos em 50% e à precarização das relações de trabalho. Esta situação se refletiu, segundo os autores, numa diminuição das greves e, ainda, verifica-se um deslocamento das lutas para o campo jurídico. Adverte-nos, entretanto, que *“a lei, que se pressupõe acima das classes sociais, nada mais é do que o instrumento utilizado, em muitos casos, para a defesa dos interesses dos patrões”* (SILVA e WENSKO, 2003, p.5). Não obstante, os autores revelam que há possibilidades de atuação dos trabalhadores neste sentido da legalidade e da jurisprudência³³, bem como o apoio de agentes do meio jurídico em seu favor. E figura como *“justificativa para precarizar as relações de trabalho, de acordo ou não*

³³ É preciso ter clareza do caráter limitado dessas possibilidades: “As contradições de classe, no caso analisado, eclodiram no interior do campo jurídico, impondo aos detentores do poder econômico o cumprimento dos direitos, ainda que por meio de acordos, que, ao fim e ao cabo, lhes asseguravam vantagens, já que os valores das indenizações pagas nunca corresponderam aos valores das petições iniciais” (SILVA e WENSKO, 2003, p.4). Marx em correspondência com Engels, em carta de 5 de fevereiro de 1851, já apontava para as tentativas de *“comprar o proletariado”* para desviá-lo da luta e era notório que, por meio desse processo, o proletariado inglês *“se aburguesa”* e como *“a energia revolucionária”* desaparece nele (LÊNIN, 1914). O que Florestan Fernandes chamou em sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, de uma postura que busca transformações dentro da ordem e não da ordem. Ou ainda, *“(…) limitando-se à construir acordos que exigiam que a legislação trabalhista institucionalizada fosse colocada em prática”* (BRITO et al, 2004, p.64).

com a lei, insere-se no contexto de competição e necessidade de inserção nos mercados globais” (SILVA e WENSKO, 2003, p.4).

Este processo de reestruturação produtiva no campo e de atomização dos trabalhadores é conjugado de forma fascista com o “*medo da queda no fosso da exclusão social*”³⁴:

Além da superexploração caracterizada pelos salários baixos, pela sobrejornada, pela precarização, o medo se constitui na estratégia dos detentores destes capitais para impor os métodos de dominação, gerados, principalmente pela grande oferta de trabalhadores existentes, sem contar as dezenas de milhares de migrantes do Vale do Jequitinhonha/MG, Bahia, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e outros estados do nordeste do país, os quais, todos os anos, num vaivém incessante, se dirigem para as plantações de cana, café e laranja desta região.

Portanto, o medo impede, muitas vezes, que o desfecho destas ações seja favorável aos reclamantes dos processos judiciais. Por medo, o trabalhador desiste da ação, aceita acordos prejudiciais aos seus interesses, muda de cidade ou mantém o silêncio. A ameaça que recai sobre eles não é simplesmente da demissão, mas da impossibilidade de encontrar trabalho alhures, tendo em vista a circulação das listas negras, acima mencionada. Trata-se do medo da queda no fosso da exclusão social.

Neste ponto da análise, recorre-se a Dejours, que, ao estudar a situação de precarização dos trabalhadores franceses na época atual do neoliberalismo, aponta para os seguintes aspectos:

O primeiro efeito da precarização é a intensificação do trabalho e o sofrimento subjetivo;

O segundo efeito é a neutralização da mobilização coletiva. (Este aspecto é bastante visível em relação aos trabalhadores rurais desta região, cujas greves praticamente desapareceram nos últimos anos);

O terceiro efeito é a estratégia defensiva do silêncio, da cegueira e da surdez. Cada um nega o sofrimento alheio e cala o próprio;

O quarto efeito da ameaça de demissão e precarização é o individualismo, o cada um por si. (SILVA e WENSKO, 2003, p. 21-22).

Esse formalismo levou o sindicalismo rural brasileiro a estabelecer uma forte dependência do Estado caracterizada pelo legalismo (GALVÃO, 1998). Esta especificidade se expressa não apenas no apego à lei encontrado na base da ação sindical (que frequentemente busca no judiciário o respeito aos direitos trabalhistas),

³⁴ Esta situação é agudizada para a condição feminina: “Vale lembrar que comumente as trabalhadoras rurais “escondem” a gravidez, por meio do uso de calças compridas e saias largas, com o intuito de evitar serem despedidas, sobretudo aquelas que trabalham no corte da cana” (SILVA e WENSKO, 2003, p.21). “Apesar da Sutileza empregada na exploração da mão-de-obra feminina, há mulheres que, realizando as mesmas tarefas que os homens, ganham menos”. (...). “Pagando por produção, os proprietários evitam remunerar o tempo que as mulheres gastam com os filhos e o maior esforço que dependem para limpar uma mesma área de cana”. (...). “Explicação dada por quase todos os fazendeiros para esse fato: elas trabalham bastante, não fazem questão de registro, não dão queixa na Justiça, concordam em receber menos por jornada”. (...). “Na verdade, qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são “leves” as atividades que se prestam à execução por mão-de-obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho “pesado”, menor para o “leve”, mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe” (PAULILO, 1987, p.1-2).

mas também na própria dificuldade do sindicalismo rural em escapar dos limites impostos pelo enquadramento sindical e romper com os pressupostos do “peleguismo” e a lógica assistencialista que inibem a ação sindical (BRITO et al, 2004).

Em pesquisa desenvolvida por BRITO et al (2004), no espaço rural mineiro, identifica-se esta mesma tendência sindical legalista expressa no processo de negociação coletiva e conclui que a “*crise que o sindicalismo brasileiro enfrentou nas duas últimas décadas, foram responsáveis pela consolidação de uma organização sindical de caráter corporativista*”³⁵ (BRITO et al, 2004, p. 64).

É neste sentido que podemos verificar que este modelo de sindicalismo hegemônico é incapaz de compreender e assumir uma crítica que aponta para a necessidade de construir um projeto para uma nova sociedade e que extrapole, portanto, os limites do economicismo e do legalismo. Primeiramente esta crítica figura nas experiências do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), I Internacional, realizada em Genebra (1866):

Todo Estado, a saber, todo governo e toda administração da população de cima a baixo, ao estar fundados necessariamente em uma burocracia, sobre exércitos, sobre espionagem e sobre o clero, não poderão estabelecer jamais a sociedade organizada sobre o trabalho e sobre a justiça, já que, pela natureza mesmo de sua organização estão fatalmente dedicados a oprimir o trabalhador e a negar justiça (COB-ACAT-AIT, 2009. In: http://fosp.anarkio.net/cmanarca/historia_ait_ptbr.pdf).

Quanto ao papel dos sindicatos, Marx dirige aos participantes do Congresso de forma elucidativa:

³⁵ Esta forma de organização tem como legado a unicidade sindical (sindicato único por categoria em uma mesma base territorial), a permanência da contribuição sindical compulsória (determinação e controle da aplicação dos recursos) e a obrigatoriedade de participação dos sindicatos em processo de negociação coletiva. (...). Portanto, produziu-se socialmente uma configuração política-ideológica que resultou numa forma de organização sindical rural, que, de certa forma: a) não estimulou a autonomia sindical e nem a emancipação política dos diferentes atores sociais das relações de trabalho, dificultando o diálogo e a negociação coletiva; b) produziu um excesso de burocracia que contribuiu para a redução da eficiência da justiça do trabalho, que passou a ocupar-se prioritariamente da regulação de conflitos decorrentes do descumprimento das normas trabalhistas; d) reforçou a institucionalização, especialmente, no espaço rural brasileiro, de uma cultura sindical assistencialista, dependente, autoritária e pouco combativa; e) inibiu a politização dos sindicalizados e colocou em cheque a legitimidade social do próprio movimento sindical rural, cuja trajetória política tem sido marcada por um baixo grau de representatividade; f) preservou o poder normativo da Justiça do Trabalho em que as convenções coletivas são vistas como mero complemento legal, contribuindo, assim, para a redução do poder de barganha dos sindicatos. (...). Esse caráter legalista, associado à existência de um patronato autoritário, conservador, resistente às mudanças, desconhecedor do poder normativo do Estado e a uma representação sindical pouco politizada (tanto patronal como dos trabalhadores), inibiu, portanto, o desenvolvimento de uma prática de negociação coletiva que rompesse com os padrões de relações de trabalho existentes no espaço rural mineiro no período considerado por esta pesquisa (BRITO et al, 2004, p.64).

Os sindicatos são escolas do socialismo e, sem presentí-lo tornaram-se eixo da organização da classe operária, assim como as municipalidades e as paróquias medievais o foram para a burguesia (LOSOVSKY apud BARBOSA, 2001, p.43).

E, em “*Salário, preço e lucro*” (1898), já denunciava as incompreensões e limitações que o movimento sindical deveria depurar na luta por consolidar sua organização e representação:

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas, são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de no mesmo tempo se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (MARX, 1898).

A cristalização desse modelo de sindicalismo à sua época era verificável no caso inglês:

O proletariado inglês esta se tornando cada vez mais burguês; de modo que, ao que parece, esta nação mais burguesa que todas as demais tende a ter, em última instancia, tanto uma aristocracia operária, como uma burguesia. Certamente, isto se explica até certo ponto no caso de uma nação que explora o mundo inteiro (MARX e ENGELS, 1934, p.115).

Esta mesma crítica reaparece, posteriormente, nas preocupações de outro grande revolucionário, Lênin, que considerava que a luta revolucionária era inseparável da luta contra o oportunismo. Para ele o economicismo surge como conseqüência de uma prática e de um método espontaneista de organização sindical. Em sua obra “*Que fazer?*”, caracteriza essa prática que “(...) *reduz o movimento operário e a luta de classes a um sindicalismo estreito e à luta ‘realista’ por reformas pequenas e graduais*” (LÊNIN, 1979, p.17). E ainda, que a pura e simples reivindicação salarial não passa de uma busca por “*vender esta ‘mercadoria’ (força de trabalho) de forma mais vantajosa, e a lutar contra o comprador no terreno de uma transação puramente comercial*” (LÊNIN, 1979, p.41).

Esta crítica também está presente em ALVES (1999), que reconhece dois fundamentos para a crise sindical atual, sendo o primeiro proveniente do processo de reestruturação produtiva (responsável pela eliminação de postos de trabalho e corte de milhares de empregos). E o segundo, referente à dimensão subjetiva, político-ideológica, expressa na busca de alguns sindicatos por integrar a lógica do mercado para valorizar e garantir o melhor preço da força de trabalho. Entretanto adverte-nos BIHR

(1998, p.12): *“não se trata de negar a situação de crise que o conjunto do movimento operário ocidental atravessa hoje. Mas tão pouco se trata de ceder a esse pseudo-realismo que somente capitula diante da realidade”*.

O que podemos verificar em nossa pesquisa foi que há um reconhecimento por parte da liderança sindical entrevistada desse caráter legalista que tem caracterizado as principais organizações sindicais nacionais, sobretudo, pelo seu atrelamento ao governo:

Pablo: Vocês são filiados á CUT?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Não, hoje nós somos filiados apenas à Federação, nós não somos filiados a nenhuma central sindical. Mas temos um trabalho direcionado à CTB – Central dos Trabalhadores do Brasil.

Pablo: Como que o sindicato avalia a relação entre a CUT e o Governo Lula?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: a maneira de ver hoje a CUT com o Governo Lula, a CUT ficou muito atrelada ao governo, a CUT deixou de ser aquela central sindical de luta, aquelas greves gerais que fazia à nível de Brasil todo aquele trabalho de luta e tem várias pessoas hoje influentes da CUT fazendo parte do governo e, com isso, infelizmente, não só da CUT, mas dos movimentos sociais, o Governo Lula é um governo em que eu votei nele em todas as eleições, como votei na Dilma, mas o Governo Lula com a capacidade que ele tem de movimentos sociais ele foi muito hábil, muito inteligente, mas com isso o prejuízo para a classe trabalhadora foi enorme, por que hoje você não vê mais aqueles movimentos de luta, não só de luta pela terra como de luta pelo assalariado, quer dizer por direitos iguais, na verdade os movimentos se acomodaram muitos deles as lideranças estão fazendo parte dos governos e pondo uma “mãozinha” para que as coisas não aconteçam. Hoje você vê igual eu citei o Ministério do Trabalho o próprio INCRA, quer dizer, chegou ao ponto de um superintendente do INCRA até pouco tempo era uma grande liderança do MST e foi para coordenação do INCRA até assentado da reforma agrária que era o Gilson. Quer dizer, no Ministério do Trabalho também acabou pegando as lideranças apadrinhadas por um ou por outro e os movimentos sociais nos últimos anos realmente caiu muito e com isso você não tem hoje força junto aos órgãos, não tem mais aquele trabalho de mobilização, de ocupar as entidades, ocupar os lugares onde a coisa não está andando (Entrevista realizada em 19/10/11).

Este atrelamento do sindicalismo ao governo não tem significado uma participação maior dos sindicatos em questões estratégicas, sobretudo, quando se refere à implantação da mecanização do setor sucroalcooleiro e suas consequências:

Pablo: O sindicato tem participado, tem espaço nestas usinas para opinar sobre o processo de mecanização e de reestruturação produtiva?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Não, infelizmente não. É uma coisa que vem de governo para os empresários, os sindicatos normalmente não têm, nós chegamos até a propor que fosse feito uma mecanização mais escalonada para que se desse tempo para aqueles trabalhadores fossem recolocados, mas infelizmente isso não acontece. Até por que nos projetos novos de hoje quando aprova a licença de instalação e a de operação automaticamente já sabem que já saem 100% mecanizado, a lei libera, mas tudo mecanizado (Entrevista realizada em 19/10/11).

E nem tem se traduzido numa postura favorável por parte dos órgãos oficiais, sobretudo do Ministério do Trabalho e Emprego, em casos de conflito ou de greve:

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Por que a falta de fiscalização e, além da falta de fiscalização, normalmente quando acontecem as greves você não pode contar com o apoio do Ministério do Trabalho. Recentemente houve uma greve e o delegado do ministério do trabalho teve a capacidade de falar dos trabalhadores que a polícia tinha que bater nesses trabalhadores, isso o subdelegado do trabalho de Uberlândia, teve a coragem de falar isso que tinha que bater nos trabalhadores.

Pablo: E qual usina que foi?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Na usina João Lyra, grupo João Lyra.

Pablo: Essa greve foi quando?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: a greve desse ano. Teve uma paralisação...

Pablo: Parou quanto tempo?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Os trabalhadores paralisaram na porta da usina manifestando aí o delegado do Ministério do Trabalho veio neste dia, nós da federação, sindicatos, eu sou diretor da federação também, nós estávamos em Iturama fazendo uma convenção coletiva também quando os trabalhadores ligaram para nós que estavam na mesa junto com o subdelegado quando ele falou que era para os trabalhadores saírem da porta da empresa os trabalhadores disseram que não saía enquanto não tivessem uma definição na condição de trabalho deles aí ele falou então a polícia tem que meter o cacete nesses trabalhadores.

Pablo: eles estavam reivindicando o que?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Reivindicando salário e condições de vida e de trabalho, falta de EPI atestado medico que não era pago, fundo de garantia em atraso e que continua em atraso aí eles fazem uma negociação um pacto com o Ministério que vai recolher e tal e enrola de novo e atrasa outra vez, tem trabalhador que saiu da empresa já tem dois anos, três anos e até hoje esse fundo de garantia dele ainda não foi depositado. Então, quer dizer, infelizmente passa por isso. Agora quando eu vejo a falta de recolhimento de fundo de garantia, a falta de cumprir os compromissos sociais e trabalhistas aí eu vejo a falta de governo, do Estado presente por que a luta a gente, movimento sindical, ele vai até certo limite nós não temos o poder, nós temos poder de mobilizar de organizar de defender os direitos do trabalhador, mas o poder de punir e de multar sai de nossa competência, fica sob a competência do Estado e muitas das vezes infelizmente vem e fazem cem, duzentos autos de infração, mas continua a empresa irregular do mesmo jeito, funcionando errado do mesmo jeito, lamentavelmente. (entrevista realizada em 19/10/11).

Entretanto, este reconhecimento do caráter legalista do movimento sindical não aponta para uma superação da situação que extrapole os meios oficiais e governamentais:

Pablo: E como que você avalia o futuro, para onde que está caminhando este movimento sindical que você acabou de colocar aqui pra gente.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Olha é muito complexo, hoje seria até difícil por que você vê hoje que por trás do Ministro do Trabalho, hoje está ligado a uma central sindical que essa mesa central sindical está tentando pluralizar o movimento sindical, hoje eles estão tentando em vários lugares tentando criar sindicato onde já existe sindicato. Infelizmente é até revoltante, nós temos um governo que nós chamamos nosso governo, apesar de ser um governo do país não apenas dos trabalhadores, mas quando nós falamos que é governo nosso é governo que

surgiu do meio de luta dos trabalhadores e justamente nesse período que a gente pensava que o movimento sindical iria crescer melhorar com o apoio do governo é claro. Quer dizer os movimentos sindicais hoje estão lutando por fora e esperando. E dentro do próprio governo, um registro hoje junto ao Ministério do Trabalho é uma dificuldade vão meses, anos para conseguir um registro de uma entidade de sindical junto ao Ministério do Trabalho. Enquanto, infelizmente, tem ai dois grupos de movimentos por ai criando sindicatos onde já existe sindicato. A unicidade sindical que a lei determina que ela exista até hoje ainda não caiu, estão falando da reforma sindical, mas até hoje existe a unicidade sindical só que não está sendo respeitada. E o Ministério do Trabalho em algum lugar anda aceitando injustiça, aceitando o registro.

Pablo: Favorece para desorganização do movimento, seu enfraquecimento...

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Enfraquecimento do movimento.

Pablo: Como que o senhor avalia a flexibilização das leis trabalhistas?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Olha eu avalio com muita preocupação por que sem a flexibilização hoje os empresários já passam por cima e descumprem a lei. Se houver uma flexibilização sem dúvida nenhuma hoje com a tecnologia do jeito que está ai, quer dizer o campo de trabalho cada vez menor e os empresários, toda regra tem exceção, é claro, mas a gente que convive com vários deles ai você vê permanentemente o descumprimento das leis trabalhistas quer dizer a exemplo não só a questão trabalhista, mas na questão social empresários sonogando FGTS, sonogando INSS, agora você imagina flexibilizar isso ai sem duvida nenhuma para o trabalhador vai ser muito difícil. Por que não há uma fiscalização como deveria existir por parte dos órgãos governamentais que tem a função de fazerem esse papel e não fazem.

Pablo: Como que vocês tem pensado em formas de defender esses direitos que estão para serem flexibilizados?

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG: Olha, as centrais sindicais em grande parte as ideias comungam-se e tem feito já várias reuniões a nível de Brasil no sentido disso. E sem duvida nenhuma o trabalho vai ser intenso junto aos representantes, junto às pessoas que tem a capacidade de mudar a lei que é o Congresso e que é o Senado, esse trabalho esta sendo feito e vai continuar sendo feito (Entrevista realizada em 19/10/11).

Percebemos que o dilema do sindicalismo na atualidade também se manifesta neste caso particular. Uma postura ambígua que reconhece, por um lado, “as amarras” do legalismo. Entretanto, não aponta para um horizonte que extrapole as instâncias oficiais de atuação e luta para reverter tal situação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que a despeito da grande publicização pelos meios de comunicação sobre os avanços e benefícios prometidos pelos grandes investimentos governamentais e privados em uma matriz energética “limpa” e renovável, que atenda os princípios da sustentabilidade tão em voga, não tem significado melhorias concretas nas condições e relações de trabalho no setor sucroalcooleiro, sobretudo, daqueles que continuam exercendo manualmente seu trabalho. O que se comprova, seja pela bibliografia pesquisada, seja pela pesquisa de campo, é que a reestruturação produtiva do setor que envolve insumos tecnológicos complexos e a mecanização tem gerado altos índices de produtividade e lucratividade para os proprietários do capital. Em contrapartida, tem criado condições que intensificam a precariedade das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Perda de postos de trabalho, aumento da produtividade, ou seja, ter que cortar o dobro de cana se comparado com as décadas anteriores. Intensificação do caráter sazonal dos contratos de trabalho.

Como podemos perceber na fala do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG as premissas que norteiam a reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro assentam-se basicamente em termos de aumento de produtividade, redução de custos e maximização dos lucros, para obter condições de competitividade nacional e internacional. Possibilita, portanto, o questionamento das justificativas ambientais desse modelo produtivo pelos interesses econômicos do complexo agroindustrial do setor sucroalcooleiro.

Há casos que este aumento de produtividade chegou a 100% (ALVES, 2006). O incremento tecnológico e toda reorganização do setor produtivo que envolve a reestruturação produtiva é uma constante no sistema capitalista. E a não adequação do capitalista ao novo modelo produtivo resultará em sua ruína eminente, como MARX (1848) já apontava no Manifesto Comunista. Entretanto, o que se verifica como consequências deste processo para os trabalhadores é a agudização das péssimas e precárias condições de vida e de trabalho, sobretudo, para aqueles que se encontra em relações informais de trabalho, como é o caso do trabalhador migrante. É o *“empregador cada vez mais milionário e o trabalhador cada vez mais sofrido”*³⁶.

Estes impactos promovidos pela reestruturação produtiva tem afetado profundamente o sindicalismo rural. Percebemos que a redução de postos de trabalho

³⁶ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG. Entrevista realizada em 19/10/11.

tem se apresentado como uma constante do processo de reestruturação produtiva, não somente no setor sucroalcooleiro. Há uma conjugação de modalidades tradicionais de exploração da força de trabalho com novas tecnologias. É o que se apresenta, neste caso particular, entre a utilização do trabalhador migrante e a mecanização do processo produtivo. Para o sindicalismo rural esta realidade tem se apresentado como limite para sua atuação. A mecanização promove o desemprego do próprio setor produtivo e do setor de serviços local ao contratar empresas que terceirizam seu serviço fora do município onde se instala. A falta de perspectivas e de melhoria das condições de vida e, até mesmo, de manutenção de sua condição de trabalhador que se vê ameaçada, coloca no horizonte, para a grande maioria dos trabalhadores, que são alijados de seus postos de trabalho, o “*fosso da exclusão social*” (SILVA e WENSKO, 2003), o que contribui para uma redução no número de greves e mobilizações.

Constatamos que o discurso de qualificação dos trabalhadores se verifica em uma parcela ínfima se comparado com aqueles que se veem desempregados por este mesmo processo. E que os limites para qualificação não são somente de ordem estrutural, “*nem tem espaço pra tanto*” trabalhador qualificado ou se qualificar. Mas é também uma limitação imposta pela própria condição humana inserida em um contexto de trabalho tão degradante, que segundo o entrevistado, “*é inviável para o ser humano*”³⁷. A própria natureza do trabalho do corte da cana restringe, biológica e mentalmente, uma possível qualificação após uma jornada de trabalho. Tanto é assim, que o trabalho forçado e repetitivo conjugado com uma alimentação aquém de seu esforço físico compromete sua saúde de tal forma que após os 35 anos de idade já não são mais aceitos para desempenhar esta função.

O sindicalismo rural participa como espectador de todo o processo de reestruturação produtiva. O não reconhecimento da importância do sindicato rural para a defesa dos direitos dos trabalhadores manifesta-se, sobretudo, no descontentamento quanto à postura do Ministério do Trabalho e Emprego. Que segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG, além de não fiscalizar as empresas se posiciona contra os trabalhadores em situações de conflito.

Cumprir destacar que os limites colocados para atuação do sindicato rural extrapola a falta de reconhecimento de sua importância, quer seja para o complexo agroindustrial ou para o Estado. O desemprego que se apresenta como consequência da

³⁷ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG. Entrevista realizada em 19/10/11.

mecanização tem servido de fator inibidor para a mobilização e luta dos trabalhadores e do sindicato.

Outro fator inibidor da mobilização, organização e luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho, pode ser identificada naquilo que ALVES (2000) denominou de mecanismos de comprometimento na dimensão subjetiva do trabalhador. Identificamos duas modalidades de mecanismos de comprometimento da subjetividade do trabalhador. Um que poderíamos chamar de mais seletivo, destinados às lideranças políticas que apresentam potencial perigo para a usina. E outro, mais extensivo, que se destinaria a todos os trabalhadores e que se apresentaria como uma política de incentivo ou motivacional, na forma de metas, gratificações ou bônus.

Percebemos que a promoção a encarregado, operador ou motorista pode ser uma forma de seduzir o trabalhador que se encontra em uma rotina de movimentos desgastantes e repetitivos e que se apresenta como liderança negativa aos interesses da indústria.

A segunda forma de comprometimento da subjetividade do trabalhador é mais extensiva e destina-se a todos envolvidos no corte da cana. Esta modalidade apresenta sobre a forma de gratificações e bônus, que serviria como complementariedade aos salários. E que envolve o zelo pelo maquinário e ferramentas de trabalho, a assiduidade do trabalhador e seu comportamento no interior da empresa. Se o trabalhador “*atingiu aqueles níveis que eles exigem*” terá direito na participação dos lucros e resultados (PRL) da empresa e “*se atingiu aquelas metas consegue ganhar um ganho diferenciado*”³⁸. Contraditoriamente a própria empresa que exige o zelo pelos equipamentos não demonstra zelo pelos trabalhadores ao não praticar a reposição adequada dos equipamentos de proteção individual (EPI). Amparadas pela falta de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego acabam por descumprirem a legislação sem ônus algum.

Podemos concluir que reestruturação produtiva do setor sucroalcooleiro se apresenta altamente lucrativa para os proprietários das usinas que são amparados, sobretudo, com incentivos governamentais. Mas que, contraditoriamente, não tem se traduzido em melhorias das condições de trabalho e de vida da grande maioria dos trabalhadores envolvidos no processo produtivo. Pelo contrário tem intensificado o grau de exploração do trabalho, o caráter sazonal de sua atividade e, ainda, a utilização de

³⁸ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG. Entrevista realizada em 19/10/11.

força de trabalho migrante. Estas condições têm refletido negativamente na capacidade representativa, de mobilização e de intervenção do sindicato dos trabalhadores rurais na busca por garantir, minimamente, a aplicação da legislação que resguarde a saúde do trabalhador e a valorização do trabalho. No caso particular estudado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba – MG os objetivos do sindicato não apontam para a superação da ordem social capitalista vigente. Circunscrevem-se no âmbito dos caminhos da legalidade, apesar, de haver um reconhecimento dos limites desses caminhos em sua atuação local e na apreciação do movimento sindical nacional. Este caráter ambíguo do sindicalismo local tem correspondência, segundo a literatura pesquisada, com sindicalismo nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ABREU, A. et al. Projeto II Reestruturação Produtiva e Qualificação. Subprojeto IV Reestruturação produtiva, trabalho e educação: os efeitos sociais da terceirização Industrial em três regiões do país. Relatório Final. CEDES/FINEP/CNPq-PCDT. 1998.
- ALVES, F. Por que morrem os cortadores de cana? Saúde e Sociedade v.15, n.3, p.90-98, set. – dez. 2006.
- ALVES, G. O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo. 2000.
- ALVES, G. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo no Brasil. Tese de Doutorado IFHC/Unicamp, 1998.
- ANDRADE, E. T. et al. Programa do Proálcool e o etanol no Brasil. ENGEVISTA, V. 11, n. 2. pp. 127-136, dezembro 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/engevista/seer/index.php/engevista/article/viewArticle/236>. Acessado em: 06/10/2010.
- ANDRADE, M. C. Lutas Camponesas no Nordeste. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Editora Boitempo. São Paulo.1999.
- ANTUNES, R. Os caminhos da liofilização organizacional: as formas diferenciadas da reestruturação produtiva no Brasil. In: O Averso do trabalho. Revista Idéias do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Ano 9. São Paulo: Unicamp, 2003, pp. 13-24.
- ARRUDA, F. A mistificação burguesa do campo e a atualidade da revolução agrária. Jornal A Nova Democracia, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, julho-agosto de 2002. Disponível em: < <http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1447-amistificacao-burguesa-do-campo-e-a-atualidade-da-revolucao-agraria>>. Acesso em: 07/06/12
- BABSON, S "Lean Production and Labor: empowerment and exploitation", IN: BABSON, S. (Ed). Lean Work: empowerment and exploitation in the global industry. Detroit:Wayne State University Press. 1995.
- BARBOSA, Z. M. Reestruturação Produtiva e Movimento Sindical - reflexões para uma prática de esquerda. Lutas Sociais (PUCSP), São Paulo, v. 1, p. 41-54, 2001.
- BERNARDO, J. Crise dos trabalhadores, ou crise do sindicalismo? Revista Crítica Marxista, 4: 123 – 139. São Paulo. 1997. Disponível em: <www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Bernardo.pdf> Acesso em: 22 de jun. 2010.
- BEYNON, H. “Changes at Work”. In: Working Paper N. 19. University of Manchester. International Centre for Labour Studies. 1993.
- BIHR, A. Da noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BIHR, A. & CHESNAIS, F. Abaixo a propriedade privada. 2003. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br/acervo.php?id=830&tipo=acervo&PHPSESSID=7344ed5e82e51d5534f731688bd39468>> Acesso em: 05 de julho de 2010.
- BORGES, A. Origem e Papel dos Sindicatos. I Modulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006. Disponível em:

- http://www.teiadigital.com.br/Central2.0/images/Site_6/origemsind.pdf.
Acessado em: 17/10/2010.
- BORGES, C. R. C. Karl Marx, os sindicatos e a Central Única dos Trabalhadores frente à reestruturação do capital. II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Londrina, 2006, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/celiareginacongilioborges.pdf>. Acessado em: 24/10/2010.
- BRESCIANI, L. P. O Contrato da Mudança: a inovação e os papéis dos trabalhadores na indústria brasileira de caminhões. Tese de Doutorado. Campinas: IG/UNICAMP. 2001.
- BRITTO, M. J. et al. Processo de negociação coletiva no espaço rural mineiro: uma análise retrospectiva da década de 1990. Organizações & Sociedade, Salvador, vol. 11, n. 30, mai./ago. 2004. pp. 49-65.
- CARCERELLI, L. C. O desvio de direita no Partido Comunista do Brasil. A nova democracia, março de 2004. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-17/878-o-desvio-de-direita-no-partido-comunista-do-brasil>. Acessado em 06/10/10.
- CEPES. Uberlândia: Painel de informações municipais – 2009. IE: UFU, 2009.
- CHESNAIS, F. & SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Crítica Marxista. n° 16. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.
- CLARKE. S. What in F’ Name in Fordims. In: GILBERT, et al (Ed). Fordism and flexibility: divisions and changes. London: Macmillan Press, 1994.
- COSTA, M. A. et al. Bioenergia: cadeias produtivas e co-produtos em Minas Gerais. Belo Horizonte: Instituto de Estudos Pró-cidadania – PRÓ-CITTÀ/SECTES, 2009.
- DUARTE, E. L. As mulheres trabalhadoras rurais: uma interlocução entre gênero e movimento sindical na Paraíba. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2008, pp. 1-17. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Duarte_EL.pdf. Acessado em 17/10/2010.
- FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica. 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- FOLADORI, G. A Questão Ambiental em Marx. In: CRÍTICA MARXISTA, São Paulo: Xamã, 1997, n° 4.
- FONTES, V. Determinação, História e Materialidade. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v.7 n.2, p. 209-229, jul./out.2009.
- FORMAN, S. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GALVÃO, A. As disputas políticas pelo controle do sindicalismo rural paulista. Revista de Sociologia Política. Curitiba, 1998. pp. 157-160.
- GITAHY, L et al. Relações Interfirmas e Gestão de Recursos Humanos na Cadeia Produtiva de Autopeças. Relatório de Pesquisa: Projeto “Reestruturação Produtiva, Trabalho e Educação. Campinas. FINEP/CEDES/CNPq. 1997.
- GOMES, R. M. Terra, exclusão e resistência: Uma reflexão sobre a realidade agrária brasileira. Dissertação de conclusão de curso de graduação. Uberlândia: FAFICS/UFU. 2002.
- GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. In: Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

- GRAZIANO da SILVA, J. A globalização da agricultura. IN: SILVEIRA, M. A. da; VILELA, S. L. de O. ed. Globalização e sustentabilidade da agricultura. Jaguariúna: Embrapa-CNPMA, 1998. pp. 29-42.
- GRAZIANO da SILVA, J. O que é questão agrária? Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, São Paulo, 1980.
- GUERRA, G. A. D. Sindicatos patronais rurais x sindicatos de trabalhadores rurais do Pará: novas estratégias de representação política. Fragmentos de Cultura: Goiânia, v. 9, n. 6, pp. 1409-1427, 1999.
- GULLAR, F. Toda poesia. (1950-1987)/Ferreira Gullar; prefácio de Franklin de Oliveira. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.
- IANNI, O. Revoluções camponesas na América Latina. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). Revoluções camponesas na América Latina. São Paulo: Ícone; Campinas: UNICAMP, 1985. pp. 15-45.
- LEITE, S. & ÁVILA, R. El sentido de la reforma agrária em los procesos de desarrollo: por uma crítica a los limites de la vision econômico-reduccionista y al modelo de modernización agrícola. In: Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. Expressão Popular. São Paulo. 2008. pp. 303-323.
- LÊNIN, V. I. Karl Marx: Breve Esboço Biográfico Seguido de uma Exposição do Marxismo. 1914. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1914/marx/index.htm>. Acessado em: 17/10/2010.
- LÊNIN, V. I. Que Fazer? As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1979.
- LESSA, Sonia Sampaio Navarro. O Movimento Sindical Rural em Pernambuco:1958-1968. Dissertação de Mestrado – UFPE, Recife, 1985.
- LIMA, M. S. A. O sindicalismo rural em Pernambuco e o golpe de 1964. 2005. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_ pernambuco_01.pdf. Acessado em 06/10/2010.
- MARQUES, F. O alvo é o bagaço. IN: Ciência e tecnologia no Brasil: Pesquisa FAPESP, setembro de 2009, número 163, pp. 16-20.
- MARTINS, J. S. Campesinato e Política no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1981.
- MARX, K. O capital. Crítica da economia política. Livro 1 e 2. 2ª Ed. Nova Cultural. São Paulo. 1985.
- MARX, K. Salário, Preço e Lucro. 1898. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/salarioprecoelucro.pdf>. Acessado em: 24/10/2010.
- MARX, K. ENGELS, F. O sindicalismo I: teoria, organização atividade. Porto: Escorpião, 1972.
- MARX, K. & ENGELS, F. “A produção da consciência”. IN: MARX: Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1996.
- MARX, K. & F. ENGELS. Obras Escogidas, en tres tomos. t. III. Moscou: Editorial Progreso. 1974. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/m-e/cartas/e21-9-90.htm>> Acesso em: 06 de julho de 2009.
- MARX, K. ENGELS, F. Selected Correspondance. Londres, 1934.
- MAZOYER, M. Defendendo al campesinado en un context de globalización. In: Crise agrícola, crise alimentar e crise geral contemporânea, 2003. Disponível: www.cpe.org Acesso em: 07 de junho de 2010.

- MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.
- MEZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Contexto, 2002.
- MONTENEGRO, A. T. As ligas camponesas e o golpe de 64. Disponível em: www.fundaj.gov.br/licitacao/observa_ pernambuco_02.pdf. Acessado em 17/10/2010.
- OLIVEIRA, U. J. A questão agrária, as Ligas Camponesas e o Golpe de 64 (1955-1964). 2005. Disponível em: www.rida.com.br. Acesso em 17/10/2010.
- PAULILO, M. I. S. O Peso do Trabalho Leve. Revista Ciência Hoje – n° 28, 1987.
- PRADO, C. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- PREVITALI, F. “Aspectos teóricos e estudos empíricos setoriais”. In: O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital. Curitiba: CRV. 2011, pp. 35-84.
- PREVITALI, F. S. e FARIA, A. F. Reestruturação Produtiva, Trabalho e Qualificação: um estudo sobre o setor de tabaco em Uberlândia/MG. IN: LUCENA, C. (Org). Trabalho, Precarização e Emancipação Humana. Campinas: Alínea. 2008. pp. 85-110.
- PREVITALI, F. Dinámica del progreso técnico y relaciones de clase en el capitalismo: el caso de una empresa de montaje em el Brasil de los años noventas. IN: Estudios Latinoamericanos. Nueva Época, núm. 21, enero-junio, 2008. pág. 61-84.
- RIBEIRO, V. V. A voz camponesa: os trabalhadores rurais face ao Varguismo e ao Peronismo. 2006. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/17%20GT%20Vanderlei%20Vazelesk%20Ribeiro.pdf>. Acessado em 17/10/2010.
- RICCI, R. A CONTAG no governo de transição: um ator a procura de um texto. Caderno CEDEC, São Paulo, n.15, 1990.
- TEIXEIRA, Francisco José S. O capital e suas formas de produção de mercadorias: rumo ao fim da economia política. Revista Marxista, 10: 67-93. São Paulo, 2000.
- THOMAZ JR, A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria – qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. Expressão Popular. São Paulo. 2008. Pág. 275-302.
- VIAN, C. E. F. e GONÇALVES, D. B. “Modernização empresarial e tecnológica e seus impactos na organização do trabalho e nas questões ambientais na agroindústria canavieira”. IN: Economia Ensaios. Vol. 22. N. 1. Uberlândia: EDUFU, 2007.
- VILADESAU, T. P. El agronegocio de La soja em Paraguay – Antecedentes e impactos sociales y económicos. IN: Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008, pp. 17-44.
- SCOPINHO, R. A. e VALARELLI, L. “Modernização e Impactos Sociais”. Rio de Janeiro: FASE. 1995.
- SALSA, C. “Árvore ‘genealógica’ dos biocombustíveis: várias gerações do etanol e tecnologias associadas”. Portal EcoDebate. Pesquisado em 20/06/10. Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/09/25/arvore-genealogica-dos-biocombustiveis-varias-geracoes-do-etanol-e-tecnologias-associadas-artigo-carol-salsa/>.

- SILVA, C. M. “Assentamento Rio das Pedras: O desafio para permanecer na terra de trabalho”. Dissertação de conclusão de curso de graduação. Uberlândia: IG/UFU. 2002.
- SILVA, G. Cadeias Produtivas do Setor Sucroalcooleiro: etapas e mudanças tecnológicas em produtos e processos. 2009. Disponível em: http://prope.unesp.br/xxi_cic/27_36833900850.pdf. Acessado em: 01/06/12.
- SILVA, L. M. O. “A Apropriação Territorial Na Primeira República”. IN: História e Perspectivas. Vol. 1. N. 10. Uberlândia: EDUFU, 1994.
- SILVA, M. Se eu pudesse quebraria todas as máquinas. In: O Averso do trabalho. Revista Idéias do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, Ano 9. São Paulo: Unicamp, 2003, pp. 25-64.
- SILVA, M. A. M. Errantes do fim do século. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SILVA, M. & MARTINS, R. C. A modernidade da economia Junker à moda contemporânea do rural paulista: a degradação social do trabalho e da natureza. In: NAVARRO, V & PADILHA, V. (org.). Retratos do trabalho no Brasil. Uberlândia: Edufu, 2009, pp. 279-327.
- SILVA, M. A. M. e WENSKO, A. A. Trabalhadores rurais em luta pelos direitos. In: Anais do XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais: Trabalho, Sindicatos e a Nova Questão Social. Caxambu, MG: ANPOCS. 2003, pp. 286-306.
- SIQUEIRA, P. H. L. & REIS, B. S. Determinantes de competitividade da agroindústria processadora de cana-de-açúcar no Triângulo Mineiro e no Alto Paranaíba, Minas Gerais. IN: Organizações rurais & agroindustriais, ano/volume 8, número 002. Universidade Federal de Lavras: Lavras, 2006, pp. 202-215.
- SIQUEIRA, P. H. L. & REIS, B. S. Análise da competitividade da cadeia agroindustrial do açúcar e do álcool em Minas Gerais: o caso da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. In: XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá. Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, 2004.
- SZMRECSÁNYI, T. O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1979.
- THOMAS, K. O homem e o Mundo Natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- TRUZZI, O. M. S. “Automação e Trabalho na Indústria Sucro-alcoólica”. IN: Cadernos da Engenharia de Produção. Ano V. N. 14. 1989. pp: 262 – 286.
- WANDERLEI, M. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da ANPOCS. Gt 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu, MG. Outubro 1996.
- WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia; o campesinato como ordem moral. Brasília, UnB, 1990, (Anuário Antropológico, 87).

ANEXOS:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - FAFCS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - FAGED

PROJETO DE PESQUISA

**REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, TRABALHO E EDUCAÇÃO NO SETOR SUCROALCOOLEIRO NA
REGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO A PARTIR DA DÉCADA DE 2000**

INCIS/PPCS/UFU

APOIO: FAPEMIG e CNPQ

ROTEIRO DE ENTREVISTA: Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Ituiutaba

INCIS/PPCS/UFU

**Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali (Coordenadora)
Pablo Guilherme Marcelino Pereira (Pesquisador Ms)**

Uberlândia, Abril de 2011.

Nome do Sindicato:

Ramo de Atividade do Sindicato:

Endereço do sindicato visitado:

Nome(s) do(s) entrevistador(es): _____

Data da entrevista: _____

Nome do(s) entrevistado(s): _____

Cargo(s): _____

Tel.: _____

I) Informações gerais

1) Como surgiu o sindicato, qual foi sua trajetória?

2) Como é composta a diretoria do sindicato:

4) Quantos trabalhadores têm na base do sindicato hoje (2010)? E filiados? Fornecer histórico dos últimos 10 anos:

N. de Trabalhadores na Base	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Homens													
Mulheres													
Total													
N. de Filiados ao sindicato	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Homens													
Mulheres													
Total													

5) Favor comentar as tabelas acima, considerando a evolução do número de trabalhadores.

6) Quais as dificuldades de ter trabalhadores rurais sindicalizados:

II – Perfil dos Trabalhadores Rurais

1) Qual o local de origem dos trabalhadores? Fornecer dados percentuais.

() da região

() de outras regiões (NE, CO)

() outros

2) Qual a atividade anterior dos trabalhadores? (fornecer dados percentuais)

proprietários rurais

meeiros

trabalhadores rurais

4) Qual o grau de escolaridade dos trabalhadores:

analfabetos

ensino fundamental completo

ensino fundamental incompleto

5) Houve mudanças nos últimos 10 anos quanto ao perfil da força de trabalho na produção?

6) Quais? A que são atribuídas essas diferenças?

7) Qual a forma de remuneração dos trabalhadores:

8) sempre foi assim: quando mudou e por quê:

II) Usina/Unidade Produtiva

1) Quais as usinas onde os trabalhadores atuam:

2) O sindicato tem conhecimento da composição do capital das usinas (em %): S N
Como:

pela própria usina

pela imprensa

3) O sindicato tem conhecimento do faturamento das usinas: S N

Como:

pela própria usina

pela imprensa

5) O que o sindicato pensa sobre o tipo de produto fabricado pela usina?

III) REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MECANIZAÇÃO DO CAMPO

1) As usinas têm introduzido mudanças nos últimos 10 anos?

2) Quais são as mudanças introduzidas (reestruturação produtiva)?

mecanização do campo

insumos agrícolas

política de qualidade

terceizações, ex: transporte dos trabalhadores

outro: comentar

3) Qual é a visão do sindicato sobre essas mudanças?

- 4) Como a reestruturação produtiva ou mecanização tem impactado no sindicato?
- 5) Quais têm sido as principais conseqüências da reestruturação para os trabalhadores?
- () desemprego
- () redução do número de filiados
- () perdas salariais
- () mudanças nas formas de luta/reivindicações
- () mudança no perfil da força de trabalho (qualificação, idade, sexo, raça)
- () outros
- 5) Como o sindicato vê a sua participação no processo de reestruturação produtiva?
- 6) A usina informa o sindicato sobre o processo de mecanização?
- 7) Quais são os pontos positivos e negativos da reestruturação produtiva na visão do sindicato?
- 8) As mudanças implementadas pelas usinas têm impactado nas condições de trabalho dos trabalhadores rurais?Especificar de que forma?
- 9) Quais as inovações tecnológicas que estão sendo utilizadas pelas usinas?
- 10) Em que medida as inovações estão relacionadas com qualificação dos trabalhadores?
- 11) Em que medida as inovações estão relacionadas com as condições de trabalho dos trabalhadores?

IV) POLÍTICA SALARIAL

- 1)Qual o salário de um cortador de cana?
- 2) Como é pago o salário?
- () semanal
- () quinzenal
- () mensal
- () outro: especificar:
- 3) Qual a política salarial da usina para com os trabalhadores? Existe uma política de avaliação por desempenho? Como e com que finalidade ela é
- Como e por quem ela é definida? Com que frequência é feita a avaliação?
- 4)Existe algum tipo de premiação por desempenho? Quais os principais indicadores utilizados:
- () metas mensais/semanais de produção
- () índice de produtividade individual
- () índice de produtividade coletivo (grupo de trabalho)
- () absenteísmo
- () acidente de trabalho

() outros:

5) Quais os fatores que incidem na fixação dos salários da usina?

Fatores de ordem interna (assinalar):

- () nível de qualificação/experiência
 () nível de responsabilidade/iniciativa/interesse envolvido com o cargo
 () nível de periculosidade/insalubridade envolvidos com o cargo
 () tempo de dedicação do empregado à usina
 () cursos de reciclagem profissional promovidos pela usina (dentro e fora da usina)
 () cursos de reciclagem profissional por iniciativa do funcionário
 () idade do empregado
 () sexo do empregado
 () atitudes (quais?)
 () habilidades (quais?)
 () outro(s) (especificar):

6) Quais dos seguintes elementos de salários indiretos e benefícios sociais são proporcionados pela usina aos trabalhadores?

- | | |
|------------------------------------|--|
| () serviço de transporte | () vale transporte |
| () creche | () auxílio creche |
| () salário família | () casa |
| () assistência médica (convênios) | () assistência odontológica |
| () restaurante | () ticket restaurante |
| () cesta básica de alimentos | () seguro de vida |
| () auxílio estudos | () dispensa para cursos de especialização |
| () plano de aposentadoria | () outro(s) (especificar): |

7) Existe algum programa de participação nos lucros e resultados (PLR)? Como funciona?

8) Qual a política salarial do sindicato em relação ao aumento de salários e benefícios?

V) POSTO E PROCESSO DE TRABALHO

1) Favor definir

Posto de Trabalho	Área da Fábrica	Como era (1995, 2000)	Como é 2011	Novas habilidades requeridas

2) Como estão organizados os postos de trabalho:

- () divisão rígida de cargos,
 () rotação de cargos,
 () enriquecimento de cargos,
 () polivalência,
 () trabalho em grupo,
 () grupos semi-autônomos

3) Em relação aos postos na produção, favor preencher as opções abaixo:

- () Postos definidos de forma estreita e rígida; não se supõe que um trabalhador deva fazer nada além desses limites;
- () Postos definidos de forma estreita, mas a usina espera que os trabalhadores, quando solicitados, realizem tarefas fora desta definição;
- () Postos definidos de forma ampla, mas detalhada; definição com considerável justaposição, visando à polivalência;
- () Postos definidos de forma solta, de modo que a gama de tarefas varia consideravelmente;
- () Trabalho em grupos/times e equipes multifuncionais.

4) No caso de haver trabalho em equipes/times:

Quando foram introduzidas e quais os objetivos?

Como são formadas as equipes? Quais as exigências para o trabalho em equipes? Em que nível de decisão está a formação das equipes (gerência, sugestões dos trabalhadores, do sindicato)?

c) Em quais etapas do processo produtivo há a presença dos times?

d) Quais os impactos nos trabalhadores na passagem do posto fixo para a realização do trabalho em equipes?

Quais as novas qualificações exigidas?

Há maior acúmulo de trabalho no trabalho em grupo? Quais os novos trabalhos?

Há a presença de um líder? Como são escolhidos os líderes de cada equipe?

Como ocorre a organização/coordenação das tarefas no interior das equipes?

Como são traçadas as metas de produção e como são avaliadas?

j) Os membros das equipes participam da programação da produção? Em que nível?

k) Qual o nível de autonomia e decisão das equipes? Elas têm o poder de interromper a produção quando necessário? Elas têm o poder de opinar na contratação de novos empregados?

l) Há a presença de mulheres nos times ou times compostos somente por mulheres?

Há mulheres na posição de líder de time?

O que ocorreu com o antigo supervisor? Desapareceu, se mantém, qual o seu papel nos grupos?

Qual a política da unidade produtiva para aqueles que não querem participar dos times?

5) No caso de haver polivalência/multifuncionalidade, especificar:

Quando foram introduzidos e quais os objetivos ?

b) Em quais etapas do processo produtivo ocorrem?

c) Houve a participação do sindicato na implementação da mudança ? Em que sentido?

d) Quais as mudanças ocorridas na passagem do posto fixo para a realização da multifuncionalidade? Por exemplo:

() houve mudanças na produtividade/desempenho?

Como são medidas essas variáveis?

() Houve intensificação do trabalho? Como pode-se verificar?

() Houve acúmulo de tarefas? Comentar.

6) Favor especificar quais das seguintes atividades estão sendo realizadas pelos trabalhadores da produção:

Atividades	Já fazia	Fazem mais	Só fazem agora	Não fazem
1. Inspeção visual do produto				
2. Inspeção com instrumento de medida				
3. Preencher cartão do CEP				
4. Manutenção preventiva ou de rotina				
5. Produzir dentro do prazo programado				
6. Participação em grupos ou em círculos de qde				
7. Capacidade de efetuar funções diferentes				
8. Operar mais que uma máquina				
9. Preparar a máquina				
10. Troca de ferramenta				
11. Programação da máquina				
Outros:				

VI) TRABALHO FEMININO

- 1) A usina utiliza trabalho feminino? Desde quando? Em que setores?
- 2) Quais as tarefas realizadas por mulheres na produção? E pelos homens?
- 3) As mulheres estão satisfeitas com o trabalho que fazem na fábrica?
- 4) Qual a porcentagem de mulheres na produção? Fornecer dados nos últimos 10 anos.
Qual a porcentagem de mulheres sindicalizadas atualmente (2008)?
- 5) As mulheres recebem o mesmo salário que os homens? () sim () não
- 6) As mulheres sofrem algum tipo de discriminação? Quais? Quais as ações do sindicato?
- 7) Como o sindicato vê o trabalho feminino na fábrica?
- 8) Há a participação de mulheres na diretoria do sindicato? Quantas?
- 9) Há reivindicações específicas das trabalhadoras no local de trabalho? Quais?
- 10) As mulheres se sentem representadas pelo sindicato?
- 11) Quais são as reivindicações das mulheres para o sindicato?

VII) AÇÃO SINDICAL

- 1) As negociações entre o sindicato e a usina envolvem:
 - () regulação das formas de ingresso/recrutamento da mão-de-obra;
 - () flexibilidade da jornada de trabalho;
 - () salários e benefícios trabalhistas;
 - () planos de demissão;
 - () introdução de novas formas de organização do trabalho (trabalho em equipe, polivalência);
 - () introdução de novas tecnologias;
 - () terceirização;
 - () outro(s) (especificar):
- 2) O que é o PSN (programa de produção ininterrupta)?
- 3) Como e quando o PSN foi implementado?
- 4) Qual o tipo de negociação que envolveu com o sindicato?

5) Quais as conseqüências do PSN para os trabalhadores:

- () Aumento da jornada de trabalho;
- () Perda de direitos/benefícios;
- () outros (especificar):

6) Como andam as negociações atuais com a fábrica sobre o PSN?

7) Quais são as principais reivindicações dos trabalhadores? Favor preencher a tabela

Anos	Reivindicações
1995	
2000	
2002	
2005	
2007	
2008	

8) Houve greve(s) recente(s) na usina? Qual foi a última? Caso positivo, relacionar motivo(s), data da greve, período de paralisação e número de funcionários envolvidos.

9) O sindicato considera que tem havido perdas de direitos dos trabalhadores na usina? Quais? Qual é o nível de dificuldade (maior ou menor) para mobilizar a base do sindicato para tomar medidas contra o ataque da usina aos direitos dos trabalhadores?

10) Qual é a ação do sindicato perante a usina quando esta atinge negativamente os direitos dos trabalhadores? (assinale).

- () Opta pela via do diálogo;
- () Paralisação;
- () Greve;
- () outros.

11) Qual o trabalho de politização que o sindicato faz com os trabalhadores da fábrica, por exemplo: jornais, reuniões de debates políticos, etc.? Com que frequência ?

12) Quais os mecanismos de cooptação do trabalhador por parte da usina e como isto afeta o trabalho do sindicato? O sindicato está tendo que concorrer com a usina?

Como o sindicato busca conquistar o trabalhador? Quais os mecanismos?

13) O sindicato tem alguma estratégia em longo prazo para melhorar a condição de vida e trabalho dos trabalhadores da usina?

14) Há encontros freqüentes entre sindicato e usina?

15) Como o sindicato se posiciona em relação a política de rotatividade da usina?

16) Hoje se pode dizer que os trabalhadores se sentem efetivamente defendidos pelo sindicato?

17) Quais os níveis de trabalhadores que o sindicato abrange, por exemplo: o sindicato abrange trabalhadores terceirizados?

18) Qual é a política do sindicato sobre os terceirizados?

19) Como o sindicato avalia atualmente (2008) sua estratégia de ação junto à unidade produtiva. Comentar.

- () ótima
- () boa
- () regular

- 20) Favor mencionar os pontos positivos e negativos da estratégia adotada.
- 21) A estratégia sofreu alterações ao longo do tempo. Favor comentar.
- 22) O sindicato considera sua estratégia eficaz? Favor comentar.
- 23) Qual o tipo de assistência/serviços que o sindicato oferece aos trabalhadores da usina? Eles utilizam tais serviços? Há diferenças de benefício para a diretoria do sindicato?
- () convênio médico () seguro de vida
- () auxílio estudos () convenio odontológico
- () creche ou convenio creche () cesta básica de alimentos
- () empréstimos () assistência jurídica
- () compra de ações () financiamentos (casa, carros)
- () ticket restaurante, vale compras () plano de aposentadoria complementar
- 24) O sindicato deseja ampliar os serviços prestados aos sindicalizados? Comentar.
- 25) Como se ocorrem as negociações com a usina?
- 26) O que é negociável? E o que não é?
- 27) Qual a avaliação do sindicato sobre a remuneração flexível, por ex: PLR, banco de horas, férias flexíveis?
- 28) Como são discutidas as propostas de chapa na época de eleição?
- 29) Todos os membros da diretoria estão trabalhando na fábrica?
- 30) Existem divergências políticas entre os diretores? Quais são elas? Como são resolvidas?
- 31) O sindicato é filiado a CUT? Como analisa a relação da CUT com o governo Lula?
- 32) Para onde caminha o movimento sindical?
- 33) É possível pensar em termos de oposição e luta de classes?

VIII) FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA

- 1) Como o sindicato avalia a flexibilização das leis trabalhistas? Está havendo a perda de direitos?
- 2) Você consideraria a usina mais avançada ou igual às outras em termos de respeito aos direitos dos trabalhadores?
- 3) Quais as principais mudanças na legislação trabalhista durante todo este período de reestruturação produtiva?
- 4) Na visão do sindicato estas mudanças na legislação trabalhista são positivas ou negativas?
- 5) Se negativas, quais as formas de defesa do sindicato contra a perda de direitos trabalhistas?
- 6) Houve mudança na organização do sindicato devido a mudanças na legislação trabalhista?
- 7) Qual a análise do sindicato sobre a nova reforma trabalhista? Destacando os aspectos positivos e negativos.

IX) ACIDENTES DE TRABALHO

- 1) Como tem se comportado o índice de acidentes de trabalho nos últimos 10 anos? (favor fornecer dados).
- 2) Quais os acidentes de trabalho mais comuns? Sempre foram estes ou houve mudanças com a introdução das inovações? Quais têm sido as principais causas nos últimos 10 anos?
- 3) Como é formada a comissão da CIPA? Há trabalhadores?
- 4) Qual a incidência de doenças profissionais nos trabalhadores de chão de fábrica? Qual a mais freqüente? Há a incidência de LER? E o stress?
- 5) O sindicato discute os acidentes e/ou doenças com os trabalhadores ? Comentar.
- 6) Os trabalhadores faltam muito? Quais os motivos?
- 7) Como tem se comportado os afastamentos por motivos de saúde/acidente de trabalho. Comentar nos últimos 10 anos.